



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 49

III Sessão Legislativa

Horta, Sexta-feira, 2 de Dezembro de 1994

Presidente: Deputado Madruga da Costa

Secretários: Deputados Gaspar da Silva e Hélio Pombo (substituído no decorrer da sessão pelo Sr. Deputado António Gomes).

Sumário

(Os trabalhos iniciaram-se às 10.20 horas)

No **Período da Ordem do Dia** deu-se continuidade à apreciação das Propostas do Plano e Orçamento para 1995.

Intervieram no debate os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Victor Cruz (*PSD*), Victor Evaristo (*PSD*), Fernando Lopes (*PS*), Carlos César (*PS*), Fátima Oliveira (*PSD*), Rui Melo (*PSD*), Duarte Pires (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), Jorge Cabral (*PSD*), António Gomes (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), Manuel Gil Ávila (*PSD*), Mark Marques (*PSD*), Artur Martins (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Lisete Silveira (*PS*), José Aguiar (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Gustavo Frazão (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), Rogério Serpa (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Álvaro Manito (*PSD*), Gastão Pacheco (*PSD*), Fernando Fonte (*PS*), Ricardo Barros (*PS*) e ainda os Srs. Secretários das Finanças, Planeamento e

Administração Pública (*Bastos e Silva*), da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*), da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*), da Saúde e Segurança Social (*António Meneses*) e o Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*).

Os trabalhos terminaram às 20: 00 horas.

Presidente: Srs. Deputados muito bom dia, agradece que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Carlos Morais, Carlos Silva, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Gustavo Medeiros, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Amaral, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Gomes, António Silva Melo, Carlos César, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Lisete Silveira, Manuel Serpa, Ricardo Barros, Rogério Serpa; PCP - Paulo Valadão; CDS/PP - Alvarino Pinheiro; Dep. Indep. - Manuel António Martins).

Estão presentes 47 Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão, pode entrar o público.

Srs. Deputados, da nossa Ordem de Trabalhos para hoje consta a apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1995" e também a Proposta de Resolução sobre o "Plano da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1995".

A disciplina que vamos utilizar para a apreciação destes documentos é a do tempo global estabelecida no artigo 145.º do nosso Regimento.

Na divisão dos tempos combinada na Conferência ficou estabelecido o seguinte:

Governo - 4 horas

PSD - 4 horas

PS - 3 horas e 45 minutos

CDS/Partido Popular - 30 minutos

PCP - 30 minutos

Dep. Ind. - 15 minutos

Estes tempos compreendem todo o tipo de intervenções incluindo as que se fazem na tribuna, pedidos de esclarecimento, prestação de esclarecimentos, perguntas e declarações finais.

Dando início ao debate e conforme prescreve o nosso Regimento, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública para uma intervenção.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A discussão anual do Orçamento e Plano, constitui um marco significativo da vida económica e financeira da Região, para além da relevância que assume no plano político e da vivência democrática. É, de facto, a oportunidade para efectuar o balanço do ano em conclusão e de perspectivar o futuro.

Na minha intervenção do ano transacto referi três objectivos essenciais para 1994:

- 1.º- A importância, a curto prazo, do programa de estabilização financeira;
- 2.º- O início da recuperação de médio prazo e o fim da crise que parecia definitivamente instalada em 1993;
- 3.º- A execução do PDR 94-99 como a estratégia de longo prazo para o crescimento económico, a melhoria da competitividade e o aumento do emprego.

A recuperação da economia está a ser lenta e difícil em toda a Europa e aqui também. Tínhamos, por isso, razão, quando apresentámos para 1994 uma proposta em que o investimento público previsto era de valor muito superior ao de anos anteriores. Ao

longo deste ano, mais concretamente em Agosto, concluímos o programa de estabilização financeira de curto prazo no que se refere às pequenas e médias empresas dos Açores e mantivemos ao longo do ano absoluta regularidade na tesouraria.

O rigor no controlo da despesa foi efectivo, tendo sido possível viver com um orçamento de funcionamento muito apertado e sem recorrer de forma significativa à dotação provisional.

Foi também um ano em que foram dados passos significativos no processo das privatizações, em que se reformularam os sistemas de incentivos ao investimento privado bem como as suas estruturas de gestão, indo ao encontro das novas necessidades dos empresários Açoreanos, e iniciou-se a execução do novo QCA com a aprovação de 12 projectos a executar pelo Governo Regional, 21 da iniciativa das autarquias, e 11 das empresas públicas, representando um investimento em novos projectos da ordem dos 10 milhões de contos.

Em paralelo, e no domínio dos negócios privados, assistiu-se a uma profunda alteração no sector da indústria dos lacticínios e adoptou-se finalmente uma solução para a Caixa Económica Açoreana que assegura de forma estável e positiva a continuidade dos postos de trabalho e das operações bancárias que aquela instituição desenvolvia nos Açores.

No que se refere ao relacionamento financeiro com o Governo da República, e embora seja área onde terão de se verificar evoluções significativas, há a realçar a ultrapassagem da figura do acordo financeiro plurianual previsto na cláusula 2 do acordo intercalar assinado em 7 de Dezembro de 1993, e que esteve no centro das discussões da sessão legislativa do ORAA 94. Para isso, contribuiu de forma significativa o bom comportamento da despesa pública nos Açores ao longo deste ano.

Este breve balanço é essencial para compreender a proposta de Orçamento e Plano para 1995, apresentado pelo Governo Regional a esta Assembleia no passado dia 25 de Outubro.

A proposta em discussão procura harmonizar duas vertentes: dinamizar a execução do novo QCA e conter, pelo segundo ano consecutivo, o crescimento da despesa

corrente continuando a assegurar um nível de prestação de serviços públicos, em particular nas áreas da Educação e da Saúde, com qualidade padrão e de acordo com as obrigações de Estado que o Governo Regional assegura na Região.

Procura-se ainda consolidar o processo de estabilização financeira e de recuperação económica com um esforço acrescido para debelar a crise, prosseguir a retoma num contexto agora mais favorável da economia nacional e europeia, dinamizar o investimento e promover o emprego.

O valor global da despesa previsto para 1995, ascende a 128,2 milhões de contos incluindo as Contas de Ordem.

As despesas de funcionamento orçamentadas são de 66,8 milhões de contos, montante praticamente equivalente ao considerado em 1994. Realce-se contudo o facto de em 1995 não estar contemplada qualquer transferência para a Universidade dos Açores, a qual passou a ser suportada financeiramente pelo Orçamento de Estado, o que se traduz na redução em cerca de 7,4 % da rubrica das Transferências Correntes e de 21,7% nas Transferências de Capital.

E um orçamento de rigor, pois que as despesas correntes não sofrem qualquer aumento, e se não considerarmos os encargos correntes da dívida, decrescem 2,3%. Este facto permite, mesmo no quadro actual de insuficiência de receitas regionais, libertar os recursos financeiros para as despesas de investimento, em particular as necessárias à execução do PDR 94-99, visando o reajustamento estrutural e o crescimento económico.

Os sinais de optimismo moderado que transmitimos aos agentes económicos decorrem da evolução positiva da conjuntura europeia e mesmo nacional, que está a ter também os seus reflexos na economia dos Açores.

Espera-se que o investimento seja estimulado quer pelo investimento público quer pelo investimento privado, progressivamente dinamizado pelos programas operacionais de apoio aos vários sectores da economia e que recentemente entraram em vigor.

Pela nossa parte é necessário manter a linha de rumo da política económica e financeira, recusando o zigue zague, o oscilar entre o imobilismo e o tratamento de

choque que poderia trazer benefícios de curto prazo, mas retirar-nos-ia a credibilidade de médio prazo que é a que interessa.

O reconhecimento da justeza da linha de rumo e da necessidade em perseverar não nos faz esquecer o extraordinário esforço que se tem exigido dos agentes económicos e sociais. É que nos Açores, como no resto do território nacional não havia, com excepção de algumas indústrias, tradição de economia aberta, pelo que o mercado único europeu obrigou a agricultura, o comércio e os serviços, nomeadamente a banca, a uma adaptação rapidíssima à concorrência.

A adaptação ao mercado aberto e global por parte dos agentes económicos dos Açores, constitui, por isso, o problema fundamental.

Não se trata de problema fácil, em particular nas condições da pequena e frágil economia dos Açores, e é assunto que precisa de mais seriedade e menos chicana política. É que o relançamento conjuntural da procura ocorrerá, mas o que precisamos de conseguir em conjunto é a recuperação do atraso estrutural em que nos encontramos, e por via do investimento privado.

O investimento público directo, constituído pelas verbas previstas na Proposta do Plano para 1995, de 31,05 milhões de contos, e pelos Fundos Comunitários extra-plano do novo QCA, estimados em mais 14 milhões de contos, procurarão contribuir para esta necessária alteração estrutural da economia, para responder aos novos desafios da competitividade em mercado aberto.

Trata-se de um substancial esforço que tem que ser compreendido à luz das dificuldades financeiras da Região.

E uma parte significativa deste esforço é destinado à dinamização do sector privado da economia, seja na agricultura e nas pescas, no turismo, no comércio ou na indústria, onde se verificam crescimentos significativos do investimento.

Em termos de aplicação das despesas correntes constata-se que são a Educação e a Saúde com, respectivamente, 20.5 e 20.6 milhões de contos as áreas com maiores dotações orçamentais: representam em conjunto 78 % das verbas dotadas em despesas correntes (s/juros e s/dotação provisional). Representam ainda três quartos das despesas totais com pessoal (incluindo Fundos e Serviços Autónomos).

O investimento total nestes dois sectores (funcionamento e plano) ascende a quase 50 milhões de contos.

Em matéria de receitas procurou estimar-se as transferências fiscais e de fundos comunitários de forma realista e tendo em consideração a experiência de anos anteriores. Prevê-se um endividamento bruto de 16,2 milhões de contos que se traduz, em termos líquidos, no aumento dos passivos financeiros em 14,2 milhões de contos, inferior ao do ano transacto e mesmo ao valor da autorização constante da proposta de Orçamento de Estado para 1995.

O valor das transferências do OE, de 14,8 milhões de contos, é igual ao de 1994. Contudo, deve ter-se em atenção que esta verba não inclui nem as despesas da Universidade dos Açores nem a comparticipação nacional dos sistemas de incentivo ao investimento privado, estimada em 4,3 milhões de contos.

Esta situação do endividamento e da insuficiência das transferências, conjugada com o recente caso do incumprimento do Art.º 57 do OE 94 (Lei n.º 75/93, de 20 de Dezembro), que se refere à transferência de uma dotação específica correspondente à despesa de funcionamento da Universidade dos Açores, que ainda subsiste apesar da votação unânime em sede da Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia da República, no sentido de não poder deixar de ser cumprida a "previsão imperativa" do OE 94 sobre essa matéria, leva-nos a reflectir com preocupação sobre o quadro actual do financiamento das autonomias regionais.

Entendi e entendo que é nesta Assembleia, órgão máximo da Autonomia Açoreana, eleito por sufrágio directo dos cidadãos, que devo suscitar o importante debate sobre a situação financeira da Região, tendo em consideração o seu défice estrutural de receitas, e o efeito a que essa situação poderá conduzir na óptica da Autonomia.

E faço-o, na esperança de um debate sério, que possa esclarecer a verdade e ser útil aos Açores.

- É que os últimos desenvolvimentos neste tema, não têm sido animadores pois que o objectivo tem sido, não sabemos com que propósito, ou talvez saibamos, semear a discórdia e a polémica numa discussão onde, afinal, temos todos razão para sentirmos aproximação e consenso.

O que se pretende ver esclarecido é o seguinte: de que forma é que o Estado, respeitando o princípio da subsidiariedade e por isso, a Autonomia Regional, pode e deve, salvaguardar o princípio da igualdade dos cidadãos quanto à prestação de cuidados básicos, e garantir a convergência económica comunitária, dando tradução prática ao dever de solidariedade nacional expresso no nº 1 do artigo 231º da Constituição, que prevê que "os órgãos de soberania asseguram, em cooperação com os órgãos do Governo Regional, o desenvolvimento económico e social das regiões autónomas, visando, em especial, a correcção das desigualdades derivadas da insularidade".

Ora, quando se quer provar num texto supostamente técnico, que o Estado cumpriu, mesmo não estando corrigidas as desigualdades, e que a razão desse facto deriva do modelo de Autonomia, pelo seu pretenso gigantismo administrativo, o que está verdadeiramente em jogo? O propósito sério de esclarecer a verdade e ser útil aos Açores? Ânsia de protagonismo? Rigor técnico?

Ou trata-se apenas de mais um episódio de afirmação do poder de expressão centralizadora, que vê no estrangulamento financeiro a possibilidade de subversão do modelo constitucional da Autonomia?

O que concertiza se pode concluir é que os números que nos apresentam para demonstrar um pretenso gigantismo da Administração Regional parecem feitos por medida para nos convencer da verdade dessa tese. Senão vejamos:

Segundo o texto em referência existem 395 900 efectivos na Administração Central e 19 200 na Administração Regional. Ora, o relatório do Orçamento de Estado de 1995 refere 516 250 efectivos, o Secretário de Estado do Orçamento mencionou em recente entrevista 525 644 efectivos, e o Relatório da Comissão para a Qualidade e Racionalização da Administração Pública, divulgado este ano, menciona 601 650 funcionários e agentes da Administração Central (pág. 26).

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O que é que nós temos a ver com isso?!

O Orador: Senhores Deputados se quisessem demonstrar o gigantismo relativo da Administração Regional, qual destes números utilizariam?

- É caso para dizer que nesta matéria temos estatísticas para todos os gostos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E a Administração Regional nem estatísticas teve!

O Orador: Mas há mais! A simples análise da despesa do Estado com pessoal que incluindo Fundos e Serviços Autónomos mas sem dotação provisional é de 1 737 milhões de contos no OE 95, conduziria a uma de 2 conclusões: ou cada funcionário do Estado custa em média 4 390 contos por ano e então só há nos Açores 9 100 funcionários (correspondentes aos 40 milhões de contos em despesa com pessoal incluindo Fundos e Serviços Autónomos) ou, sabendo que os 16.500 funcionários e agentes da Administração Regional...

Deputados Dionísio de Sousa (PS): Ah são 16.000!

O Orador: Fica a saber agora.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É porque aqui são 11.000!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Malcriação não vale a pena!

O Orador: ...têm um custo unitário médio de 2 420 contos anuais, conclui se que a Administração Central tem mais de 715 000 funcionários e agentes, e a conclusão do estudo sobre o gigantismo da máquina regional, que seria mais do dobro da que apresenta a Administração Central, não é séria, porque não resiste a uma tão simples análise.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Mas os factos verdadeiramente relevantes são outros que passo a expôr:

1995 é o segundo ano do novo Plano de Desenvolvimento Regional que canalizará para o país avultados recursos, provenientes da União Europeia; e a aplicação desses recursos vai ser fundamental para garantir que os Açores acompanham o esforço de convergência regional prevista no PDR 94-99.

Essa convergência exige um crescimento económico das ilhas dos Açores superior à média nacional; e, nesse sentido e com o objectivo de garantir um crescimento sustentado e de preparar os Açores para a competição numa economia global, o PDR 94-99 prevê o apoio a investimentos de finalidade estrutural, especialmente com vista ao desenvolvimento da base produtiva regional, à qualificação dos recursos humanos,

à defesa e valorização do património e à modernização das infra estruturas, investimentos e apoio que são indispensáveis e prioritários.

A convergência também exige que se prossiga a política em curso de rigor orçamental, sem travagem do investimento público, mas adoptando objectivos de estrita contenção das despesas correntes regionais, em paralelo com o Orçamento do Estado, e de equilíbrio do sector público empresarial regional.

Mas a convergência também impõe a criação de condições que dêem plena eficácia ao imperativo constitucional de solidariedade nacional; e que tal justifica a revisão imediata do método seguido no cálculo das transferências orçamentais e fiscais sem prejuízo de, em sede e momento adequado, se proceder à revisão do próprio regime financeiro das autonomias regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

E a luz dos princípios expostos, com a consciência das dificuldades, mas também com o optimismo que decorre da razão que nos assiste - felizmente também reconhecida pelo grupo de deputados da Assembleia da República que, recentemente, nos visitaram - que se deve perspectivar o futuro e encontrar plataformas de entendimento que tragam novas e vantajosas soluções para a Autonomia dos Açores.

Tenho dito.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Está a Assembleia Legislativa Regional dos Açores a apreciar o Plano e Orçamento para 1995 que será aprovado com os votos da maioria formada pelos incondicionais deputados regionais do PSD.

Deputado Humberto Melo (PSD): Eleitos pelo povo!

O Orador: Como veremos, trata-se de um acto dramaticamente irreflectido que em vez de contribuir para a resolução dos inúmeros problemas que a Região enfrenta nas

áreas económicas e sociais, vai acentuar o estrangulamento do esgotado e pré-falido modelo financeiro vigente que tal como anunciámos há alguns anos, está a pôr em causa a própria Autonomia.

Quando do início de 1989 a Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular demonstrou o irrealismo e o aventureirismo da estrutura financeira e da política subjacente ao último PMP 89/92, fomos acusados de miserabilistas e pessimistas pelo Governo do PSD e demais círculos que sobrevivem em seu redor.

O facto é que passados dois anos, o Governo Regional procedia a uma profunda redução dos objectivos dos Planos e dotações dos Orçamentos e mesmo assim já não impedia que o endividamento directo da Região atingisse os 42,6 milhões de contos em finais de 1992, o que adicionado aos cerca de 30 milhões de contos de dívida das Empresas Públicas, prefazia a já, na altura, preocupante casa dos 70 milhões, valor que confirmava as nossas previsões que apontavam, como todos ainda se lembram, para o chocante indicador de cerca de 1000 contos de dívida pública regional por família açoriana.

Atingido este patamar generalizou-se a convicção, mesmo junto dos ideólogos do regime e dos que o suportam no Parlamento, de que a Região não poderia continuar a recorrer tão levemente ao endividamento incontrolado.

Neste contexto o próprio Governo Regional, embora falhando o seu objectivo da revisão das fontes de financiamento, fez aprovar no Parlamento para o actual PMP 93/96 o recurso a 40 milhões de contos em empréstimos que se traduzia num acréscimo líquido da dívida pública directa não superior a 20 milhões de contos, o que correspondia a admitir amortizar nesse período cerca de 20 milhões.

Porém, o Governo Regional, logo depois de conseguir a ingénua ou inconsciente aprovação dos seus deputados, procedeu a uma profunda alteração das fontes de financiamento.

Assim, em 1993, em vez do previsto endividamento líquido de 7 milhões de contos o Governo Regional endividou-se logo em mais 21 milhões de contos, ultrapassando assim no primeiro ano o montante global previsto para o quadriénio.

Em 1994 o crescimento do endividamento foi de 14,4 milhões de contos, o que atirará a dívida directa Governamental para próximo dos 80 milhões de contos nos

finais de Dezembro, que adicionados à dívida já assumida perante a Caixa Geral de Depósitos ultrapassa os 100 milhões de contos.

Para 1995 os deputados do PSD vão dar ao Governo do Dr. Mota Amaral mais uma autorização para um empréstimo de 16,2 milhões de contos. Como as amortizações da dívida serão de apenas 2 milhões, assistir-se-á a um acréscimo de 14,4 milhões de contos um pouco menos do que os 14,2 previstos o ano passado. Essa situação fará que em finais do próximo ano rondará assim os 115 milhões de contos da dívida pública directa, o que já ultrapassará 50 % do PIB Regional.

Paralelamente ao descalabro das finanças do Sector Administrativo tem sido política do Governo Regional diminuir drasticamente as transferências para as empresas públicas, o que aliado à má gestão das mesmas, fez com que acumulassem nos últimos anos um endividamento que se traduzirá em quase 45 milhões de contos nos finais de Dezembro.

Se adicionarmos as reconhecidas necessidades de consolidação do passivo destas empresas, só a EDA apresenta em 1993, um fundo de maneiio negativo de 4,3 milhões de contos, e se considerarmos o recurso a empréstimos para financiar os investimentos previstos para 95, conclui-se que a dívida do Sector Público Empresarial atingirá os 55 milhões de contos.

Assim, o conjunto do Sector Público Regional apresentará uma dívida próxima dos 170 milhões de contos, após a execução do previsto Orçamento para 1995.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É o total descalabro do Sector Público Regional para o qual o encaixe resultante da venda do Banco Comercial dos Açores, "a Jóia da Coroa", como ridiculamente foi chamado, tem apenas um significado próximo dos 5 %.

Os açorianos não podem ficar indiferentes perante um tão desastroso resultado da gestão Social Democrata dos Açores que efectivamente conduziu esta Região a um beco financeiro, desacreditando as instituições regionais e a própria Autonomia que ao contrário dum requerido processo de auto-governo com base numa organização simples, eficiente e rigorosa, criou uma gigantesca máquina política, escandalosamente partidarizada, suportada por uma administração

hiperdimensionada, pouco produtiva e insuportável pela desfazada realidade económica dos Açores, cuja crise assume cada vez mais carácter estrutural.

Importa pois salientar que a irresponsável progressão do desequilíbrio do orçamento regional sempre foi atempadamente denunciada pela Representação Parlamentar do CDS/PP à luz da insuficiente evolução das receitas fiscais, do incontrolado crescimento das despesas correntes, com o previsível reflexo do serviço da dívida, e da relativa estagnação das Transferências do Estado.

Porém, o facto é que apesar das sucessivas promessas do Governo Regional quanto ao controlo de déficit corrente da Região este continua a agravar-se, estando as despesas correntes a progredir mais rapidamente do que as receitas fiscais.

Basta ter presente que se em 1990 o déficit corrente foi de 2,8 milhões, em 92 era de 6,1 milhões, para em 1993 atingir os 11,2 milhões.

Curiosamente para o corrente ano de 94, previa-se uma quebra do déficit para 9,5 milhões, mas de acordo com a síntese da Conta Provisória referente ao primeiro semestre já se havia atingido 6,2 milhões e apenas se tinha pago 16 % dos encargos da dívida. Daí que as perspectivas para 94, como está demonstrado, não foram brilhantes.

Relativamente a 1995, o presente orçamento continua a apontar para um aumento do déficit, cujo valor previsto chega aos 11,8 milhões de contos, uma vez que se espera uma quebra nas receitas de 2,3 milhões de contos face a 94, o que confirma a subestimação das receitas fiscais que caracterizava o orçamento anterior como forma habilidosa de diluir o déficit.

Aqui reside pois um ciclo viciado. Mesmo que houvesse alguma contenção nas despesas de funcionamento, com o progressivo aumento dos encargos da dívida a tendência será sempre para o crescimento do déficit. Registe-se que se adicionarmos aos 11,8 milhões do déficit as amortizações da dívida, absorve-se praticamente todas as transferências do Orçamento do Estado. O que deixa o investimento nos Açores absolutamente dependente da União Europeia e, claro, dos empréstimos, que já ultrapassaram tudo o que era razoável. Possivelmente quando os responsáveis norte americanos perguntaram recentemente se o Dr. Mota Amaral governava os Açores em part-time já sabiam das nossas contas.

Em relação ao mau comportamento destas variáveis orçamentais, a responsabilidade é totalmente do Governo Regional do PSD, já que nuns casos são consequência directa das políticas económicas e financeiras por ele conduzidas e, noutro, pela sua total incapacidade de conceder uma eficaz articulação entre o Orçamento do Estado e a Região e de exigir uma adequada e justa compensação da República ao suporte do Desenvolvimento Regional.

Pelo contrário, o Executivo do Dr. Mota Amaral, antes se submeteu docilmente à política anti-autonomista do governo de Cavaco Silva...

Deputado Paulo Valadão (PCP) Muito bem! Muito bem!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... no quadro do servilismo partidário que como já o afirmei, - e volto a afirmá-lo nesta Câmara - o transformou numa figura semelhante a um qualquer dependente Governador Civil, que se limita frustradamente a desencadear ridículas guerrilhas locais de diversão, a pretexto de uma qualquer sinopse.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Aonde?!

Deputado Rui Melo (PSD): Mais um "avante"!

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Não apoiado!

O Orador: Perante a evidência do colapso da anterior política financeira, este Governo Regional, com a mudança do titular das Finanças, o ano passado, acabou por dar razão às nossas exigências que apontavam para a necessidade de se mudar de política, de concepção de meios e processos.

Foi como uma proposta aparentemente de mudança que o Governo Regional viu aprovado o seu Plano e Orçamento para 1994.

Na apresentação destes documentos, o Secretário Regional das Finanças, fez depender a viabilização das metas dos Planos Regionais do Acordo Financeiro entre o Governo da República e o Governo Regional, no quadro dum protocolo global, cujas negociações se iniciaram há mais de um ano.

Entretanto, a assinatura do Acordo Intercalar, traduziu-se, como havíamos denunciado, num mau negócio para a Região, pois esta limitou-se a receber um aval para um empréstimo de 10 milhões de contos coisa que esta Região fazia com

frequência e como perdeu o crédito precisou de recorrer à boa vontade de Cavaco para lhe dar um aval,...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*): Está enganado!

O Orador: ... mas em contrapartida desse favor do Dr. Cavaco Silva, a Região assumiu a liquidação da dívida à Caixa Geral de Depósitos e a eliminação da conta gratuita de que usufrui no Banco de Portugal.

Quanto ao cumprimento do restante conteúdo e da continuação das negociações foi um absoluto falhanço.

O que é feito - Sr. Presidente, Srs. Deputados - do Acordo Financeiro Plurianual com o Governo da República para contenção do endividamento e da despesa total de uma forma compatível com as disponibilidades financeiras regionais?

O que é feito - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo - com o compromisso do Governo da República para rever o método seguido no cálculo das transferências das receitas fiscais, bem como em relação ao princípio de procurar assegurar que as referidas transferências correspondam ao imperativo da solidariedade nacional.

Deputado Jorge Cabral (*PSD*): Foi para pagar algumas avenças!

O Orador: O que é feito do compromisso do Governo Regional em assegurar o equilíbrio financeiro do sector público empresarial? Ou será que a venda do BCA é na verdade uma imposição resultante do dito Acordo?

Deputado Jorge Cabral (*PSD*): Deus nos livre!

O Orador: Apesar das declarações do Governo Regional, o ano passado, quanto ao seu optimismo realista sobre o referido Acordo, o assunto foi politicamente enterrado tratando-se de mais uma fraude técnica em que os Açorianos foram envolvidos pelo desespero e desorientação do Governo Regional do PSD, que já nem merece o respeito e a consideração dos seus correligionários a nível nacional.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): Não apoiado!

O Orador: O que está à vista de todos é a consideração que o Governo da República tem pelo Governo Regional.

Entretanto as "comadres" não são capazes sequer de se entenderem quanto ao conteúdo das transferências a receber no presente ano de 94, já que os 2 milhões da Universidade dos Açores parecem ter ficado no Banco Princesa Alice.

Para 95, as transferências do Estado ficam-se pelos 14,8 milhões de contos e só o serviço da Dívida da Região atinge os 10 milhões de contos, num orçamento corrente com um déficit de 12 milhões.

E importa ter presente que, como já referi - e é importante voltar a referi-lo nesta Casa - só para pagamento de juros da Dívida Directa do Governo Regional este gasta diariamente 22.000 contos dos impostos dos contribuintes açorianos. Isto é, 60 % do total do IRS cobrado nos Açores vai para o pagamento dos juros da dívida.

Mas se considerarmos os encargos do serviço da dívida, esses valores passam para 29 000 contos diários e para cerca de 75 a 80% da cobrança do IRS dos Açores.

Aliás, o limite legal para o montante do serviço da dívida em 95 seria de 13 milhões de contos, pelo que estamos muito próximo, apesar do baixo nível das amortizações previstas.

Quanto à amortização da dívida, efectivamente o Dr. Mota Amaral já desistiu, uma vez que para o efeito só reserva 2 milhões de contos em 1995, - como tinha reservado 2 milhões de contos em 94, 3 milhões em 93, mas arrependeu-se e possivelmente também reservará 2 milhões em 96 - o que pressupõe uma amortização a 50 anos, altura em que provavelmente o responsável por esta bela herança transitará do Governo Regional para a Presidência da República.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): É uma boa esperança!

O Orador: Como...?

É uma boa esperança para o próprio, para os açorianos e para Cavaco Silva.

(Risos do PSD)

Perante esta "camisa de sete varas", em que o Governo Regional do PSD se envolveu, qual o sentido da programação do investimento previsto para 95 e o seu enquadramento nos objectivos gerais deste Governo?

Neste domínio começamos por afirmar que já não há Plano de Médio Prazo 93-96 - e todos nesta Sala o sabem - dado que o documento aprovado pelo Parlamento, há pouco mais de um ano com aquele nome, está totalmente transfigurado, posto em causa nos seus objectivos e a programação e as suas principais variáveis foram anuladas ou incontrolavelmente ultrapassadas. Senão vejamos:

O Plano de Médio Prazo 93-96, previa um investimento global para os primeiros três anos de 65 milhões de contos e para aquele período, o Governo Regional já fez os seus deputados aprovarem investimentos na ordem de 92 milhões de contos.

Há pois que concluir o seguinte:

1.º - Não é verdade que não tem havido dinheiro nos Açores, pois que vai-se investir entre 93 e 95 mais 27 milhões de contos, do que estava previsto há mais de um ano.

Secretário Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública: E acha mal?!

O Orador: Não acho mal Sr. Secretário!

O que eu acho mal é o facto dos senhores não alterarem um documento destes, como há um ano já vêm dizendo!

O que eu acho mal é que os deputados do seu partido e os senhores, como Membros do Governo andem **sistematicamente** a justificar perante os açorianos que não cumprem com as suas promessas porque não têm dinheiro!

E o que eu quero demonstrar aqui é que os senhores num espaço de um e ano tal, têm mais 27 milhões do que tinham previsto.

Portanto, é falso, não é verdade!

Espero que a partir de hoje, nenhum Membro do Governo, nenhum deputado da maioria vá dizer ao povo dos Açores que não se faz isto e aquilo que estava previsto para 93, 94, 95, porque não têm dinheiro! Porque os Senhores têm mais 27 milhões do que previam!

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

O Orador: O dinheiro não é para o Benfica. O dinheiro é para os Açores.

Isto aqui não há "saco azul" para dar dinheiro aos jogadores do Benfica!

(Risos da Câmara)

Presidente do Governo Regional (*Mota Amaral*): Deixe-se de piadas foleiras!

O Orador: Diga Sr. Presidente...?

As piadas não são **foleiras**! O que é **foleiro** é a política que os Srs. fazem nos Açores!

(Aparte inaudível do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Com o devido respeito o Sr. não me consegue perturbar...

Presidente do Governo Regional (*Mota Amaral*): Nem quero perturbá-lo!!

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que não estabelecessem diálogo.

O Orador: Pois não, até porque é costume o Sr. sair quando eu falo.

Se bem me lembro, há dois anos, o Sr. recebeu um "telefonema" mais ou menos nesta face do meu discurso em que vou agora.

Mas voltando ao meu discurso, não é verdade que o Governo não tem dinheiro, porque até vai investir mais 27 milhões do que tinha previsto há um ano e tal.

2.º - Não é verdade que tenha havido uma contracção nas despesas do Plano pois que estas cresceram mais 40 % entre 93 e 95 em relação ao que estava previsto.

3.º - Não é verdade que os objectivos do PMP tenham sido cumpridos pois toda a gente sabe que as obras previstas para o seu período de vigência estão por fazer ou avançam a um ritmo insatisfatório.

4.º - Não é verdade - e isto é dito por todos os sectores envolvidos, pelos responsáveis do PSD do maior número das Ilhas da Região e também é dito há muitos anos pela oposição - que haja seriedade, rigor e competência na gestão do Governo Regional do PSD porque de 93 a 95 vai-se gastar 92 milhões de contos, verba superior aos 85 milhões que estavam previstos até 96 e toda a gente constata que o investimento público baixou nesta Região, e muito do que se propõe investir em 1995 é para pagar dívidas de 1993.

5.º - Não é verdade que a democracia parlamentar funcione em pleno nos Açores já que a Assembleia Regional não exerce eficazmente a sua primordial função de

fiscalização do executivo, nem este, na prática, responde politicamente perante ela e os seus deputados.

Caem assim por terra todos os argumentos que os apoiantes de regime de Mota Amaral utilizam para justificar a inoperância do Governo e a sua falta de respostas aos problemas dos Açores.

Do lado financeiro, a grande alteração estrutural ao quadro financeiro previsto para 93-96 dá-se, como já vimos, no recurso aos empréstimos, que do acréscimo estimado de 20 milhões de contos para os quatro anos, a Região já consumou, só nos primeiros três, 50 milhões.

É, reconheça-se, um panorama desolador, que obriga ao Governo Regional, se pretende assegurar um mínimo de seriedade na condução da vida pública da Região, à revisão imediata dos pressupostos e objectivos para o PMP 93/96, agora que estamos a meio do período.

E aqui o desafio apresentado pelo Sr. Secretário das Finanças perante esta Câmara para discutir e reflectir sobre a situação financeira da Região, é importante que isso seja feito. Não na base da tal sinopse, mas na base do quadro e das soluções financeiras para esta Região que insustentavelmente poderá continuar com a actual política deste Governo Regional.

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, dispõe de mais 5 minutos.

O Orador: Obrigado Sr. Presidente.

Perante esta situação importa ter presente que "pouco ganha quem tarde acorda". Aliás, é este o trágico cenário que o Governo Regional do PSD, conduziu os Açores e está claramente fundamentado.

Pela nossa parte só nos podem acusar de termos com demasiada antecedência previsto o beco a que esta aventureira e irresponsável política conduziu a Região e a Autonomia, perante o descrédito dos cidadãos e o pessimismo dos agentes económicos.

Tenho dito.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais a Assembleia Legislativa Regional dos Açores se reúne para apreciar as propostas de Plano e Orçamento apresentadas pelo Governo Regional.

Momento outrora dos mais nobres da actividade parlamentar, o debate que hoje se inicia, perdeu contudo grande parte da sua importância.

Na realidade, a permanência das mesmas acções nos sucessivos planos sem que sejam alguma vez executadas, as práticas posteriores do Governo ao sabor das conjunturas, os atrasos permanentes na execução das obras e as dificuldades congénitas de financiamento, fazem com que a apresentação e debate destes documentos se transformem num ritual cíclico de relevo cada vez menor.

Na verdade, este Governo não cumpre grande parte daquilo que propõe.

É por isso que lhe falta hoje credibilidade e não existe na sociedade açoriana uma relação de confiança entre governantes e governados.

Presidente do Governo Regional (*Mota Amaral*): Não apoiado!

O Orador: Porque não se cultiva o rigor da competência e não se exercita a capacidade de previsão.

Na política deste Governo não se percebe a estratégia global e não se encontra coerência na acção política.

O Governo transmite um sentimento geral de desânimo que não potencia a recuperação económica.

No plano institucional não se fez a revisão constitucional e deixou-se cair a Revisão do Estatuto. Não existe hoje por parte de quem nos governa uma atitude positiva que permita relançar a autonomia como factor decisivo para o nosso desenvolvimento.

O relacionamento financeiro entre a Região e o Estado continua por clarificar sem que exista vontade política para alterar este estado de coisas. Aumenta penosamente o recurso ao crédito e é quase intolerável o serviço da dívida.

A Região produz diplomas declarados logo a seguir inconstitucionais em virtude de interpretações restritivas mas o poder político cá e lá não se empenha com vigor para alterar esta situação.

Esta Assembleia menoriza-se e a Região é apresentada pelo 1º Ministro como exemplo a não seguir, em alegações produzidas contra a regionalização do nosso país.

Presidente do Governo Regional (*Mota Amaral*): Não foi isso que ele disse.

O Orador: A reacção do Governo Regional e do PSD é, como sempre, débil, temerosa e respeitadora.

No plano político a autonomia perde consistência.

No plano económico e financeiro, a autonomia reduz-se ao endividamento.

Quase 20 anos de Administração Regional Autónoma geraram uma relação social de "padrinhos e afilhados" e uma vergonhosa subordinação a clientelas.

Partidarizou-se a máquina administrativa e instalou-se a dependência e o receio, ultrajando-se a democracia.

À falta de melhor, procuraram-se "bodes expiatórios" e o Ministro da República passou a constituir "força de bloqueio".

Deputado Jorge Cabral (*PSD*): E é!

(Risos de Mota Amaral)

A ética política foi postergada e a demissão de um Secretário, há tempos atrás, só foi possível por decisão de um tribunal superior. Contudo, num embuste total, foi a mesma pessoa colocada numa empresa pública à margem da legalidade e sem honra.

A nossa sociedade vive de esmola. O Governo Regional estende humildemente a mão a Lisboa na esperança vã de encontrar solidariedade.

O **subsídio** concedido muitas vezes sem regras, passou a ser a regra de todas as coisas, mas a sociedade não reage e não se mobiliza.

Como esta neblina que tantas vezes nos envolve, o clima é depressivo para cidadãos e empresas.

A agricultura reclama e exige, e as medidas tomadas não satisfazem.

As traineiras encostam ao cais, ficam por pagar e as fábricas importam atum de outras paragens.

Há escolas a rebentar pelas costuras, faltam professores habilitados e o ensino é deficiente.

A formação profissional é escassa, política cultural não se conhece e ainda se morre num canal entre duas ilhas.

Criam-se expectativas de milhões de contos para as autarquias, para a seguir se frustrarem as esperanças.

Financiam-se projectos mal dimensionados e mal estruturados e as falências aí estão nos tribunais num cortejo de execuções e penhoras.

Os principais indicadores económicos apresentam índices cada vez mais preocupantes, são visíveis situações de exclusão social e aumenta o desemprego.

Muitas obras estão por pagar e crescem os juros de mora. Os fornecedores desesperam por vezes.

Alega-se permanentemente com a conjuntura recessiva externa, mas já não é possível escamotear o fracasso desta política regional.

Este Governo que se apresentou para seguir "No Rumo Certo" perdeu definitivamente o Norte e anda à roda de si mesmo na presunção de que é impermeável ao erro.

É neste contexto que nos são apresentados o Plano e Orçamento para 95.

Um Plano e um Orçamento manifestamente insuficientes onde os objectivos de fortalecimento da economia, de valorização dos recursos humanos e da melhoria das condições de vida, continuam a ser tão só "boas intenções".

Estes documentos conseguiram contudo uma coisa notável.

A unanimidade do voto contra.

Dos partidos da oposição, das autarquias e dos parceiros sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora possa parecê-lo, este não é contudo um cenário do "Inferno" de Dante.

É porém e infelizmente um retrato da situação real.

Mas estamos também aqui para dizer que o PS não se conforma como irá demonstrar no decorrer do debate.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Vamos ver, vamos ver!

O Orador: Para nós, é urgente e inadiável enfrentar com determinação a crise e motivar a sociedade.

Para nós é indispensável atacar frontal e eficazmente os problemas estruturais da nossa Região para conseguir o desenvolvimento e alcançar o futuro.

No pressuposto de uma autonomia sólida o PS entende que é possível relançar a economia e atingir novos patamares de desenvolvimento.

Deputado Jorge Cabral (PSD): E a gente também!

O Orador: Não aceitamos pois que o Governo nos apresente um Plano e um Orçamento que são a imagem do desalento e da desmoralização...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não é não!

O Orador: ... traduzido na frase triste e melancólica "Este é o Plano possível".

Os açorianos merecem mais e melhor.

É nossa obrigação lutar por isso para fortalecer a autonomia e desenvolver a Região.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Iniciou-se o debate parlamentar das propostas de Plano e Orçamento para 95 e, como é nosso direito e dever político, iremos trazer a este debate, dentro do tempo que dispomos, a análise do PCP/Açores sobre as propostas em apreciação quer numa perspectiva global, quer em ópticas de maior pormenor.

Nesta primeira abordagem geral há que dizer, antes de mais, que as propostas governamentais são, na sua essência, politicamente iguais às dos anos imediatamente anteriores, reflectindo assim a manutenção de uma política, que, cada vez mais, têm menos a ver com os problemas e as necessidades objectivas da Região.

De facto ninguém, com seriedade, negará que os problemas económicos regionais se estão a agravar de um modo tal que as consequências são cada vez mais pesadas e evidentes para quem trabalha e para quem produz.

Ninguém, com seriedade e convicção, pode falar em "retoma económica" quando se sabe que o número de empresas em situação económica difícil é muito elevado e quando se sabe que o número de empresas a fechar ou em risco de fechar é também elevado.

Ninguém pode, também com seriedade, insistir na ideia da "retoma económica" quando se constata que o investimento público, essencial nesta Região à dinamização da economia e à oferta de emprego, continua a regredir.

Ninguém pode, ainda, acreditar que estas propostas, tão falhas de adequação à realidade, sejam apenas fruto de circunstâncias envolventes, como por exemplo, da carência de meios de financiamento do Plano. Não só não é assim, como diríamos mesmo que o Governo Regional optou deliberadamente por uma orientação que inclui a promoção do concentracionismo económico, que exclui, objectivamente, o recurso a regras de funcionamento adequadas à insularidade e à distância e, por ser assim, desvirtua substancialmente a razão de ser principal da existência do Sistema de Autonomia Político-Administrativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A economia regional dos Açores está a viver um momento sério de crise, associado a um processo desadequado de tendencial transformação estrutural.

A imposição sistemática por muitos anos de custos de crédito que não tem em conta a insularidade, associada à desadequação do sistema fiscal impôs artificialmente um quadro de acentuação real das dificuldades económicas de muitas pequenas e médias empresas e vai, paulatinamente, tornando inviáveis certas actividades.

A persistência com que se têm defendido, objectivamente, nos Açores, o modelo concentracionista impulsionado pelo cavaquismo, só é compreensível se levarmos o nosso raciocínio às áreas turvas do aproveitamento imediatista que alguns vislumbram com a aplicação, nestas ilhas, desse modelo.

(Risos do Presidente do Governo)

O Orador: É a realidade, Sr. Presidente!

De facto o Governo da República do PSD ao impor créditos caros e um sistema fiscal pesado, tem procurado transferir uma boa parte do valor criado por milhares de pequenas e médias empresas, para os grandes grupos económicos, associados ao capital estrangeiro, que estão a ser reconstituídos.

Essa transferência, feita pela banca no que respeita aos juros, e pelo sistema de incentivos, no que respeita ao produto da tributação, tem levado, no plano nacional, a um visível enfraquecimento da capacidade produtiva.

No plano regional este modelo fere, no seu âmago, o essencial da estrutura empresarial regional, constituída por pequenas e médias empresas que, pura e simplesmente, não aguentam esta situação e, naturalmente, que tudo se agrava quando, como agora acontece, o sector público investe menos, compra menos e, ainda por cima, paga tarde e a más horas.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Não é verdade. A regra não é essa, Sr. Deputado!

O Orador; É verdade e como prova disso, ainda há bem pouco tempo ficou constada a realidade de V. Exas. deverem à Federação dos municípios das Flores 12 contos de pagamentos que deviam ter sido feitos a partir de Fevereiro deste ano.

V. Exas têm um atraso para com uma pequeníssima empresa desde Fevereiro, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (*Mota Amaral*): Não é verdade!

O Orador: Não diga que não é verdade, Sr. Presidente! Tenha vergonha! Assuma a responsabilidade; assumo a desgraça que é a política deste Governo, Sr. Presidente!

(Risos do Presidente do Governo)

Não é pois de admirar que haja notícia de empresas a fechar as portas, como a fábrica de tintas CIN, ou a IBER AGAR, ou a TUNAPESCA, ou a FERROTEC que anuncia para breve o seu encerramento.

Não é pois de admirar que haja notícia de muitas outras empresas de várias ilhas, algumas das quais de média dimensão e de nome firmado e antigo, a braços com enormes dificuldades em satisfazerem os seus encargos financeiros, estando muitas confrontadas com a iminência de execuções judiciais vultuosas.

É exactamente neste quadro que o Governo Regional resolve propôr, ao Governo da República, nos termos em que foram anunciados. a privatização do BCA. Isto é, à debilitação progressiva das empresas por aplicação de regras inadequadas, junta-se

agora uma transformação estrutural regional, potencialmente conflitual com a estrutura económica ainda prevalecente de pequenas e médias empresas. Se somarmos a estes factos que resultam das orientações adoptadas, os factos que resultam directamente das consequências do processo concentracionista já visíveis, como por exemplo, no sector da indústria dos lacticínios, poderemos concluir que está em curso um processo acelerado de transformação estrutural da economia regional, que afasta da Região os centros de decisão, que é conflitual com os interesses de grande parte dos agentes económicos regionais, que torna a economia regional ainda mais dependente e que não dá quaisquer garantias de encarar o processo de desenvolvimento como um processo prioritariamente de interesse social. Estas razões, sumariamente apontadas, são suficientemente fortes para que o PCP/Açores discorde frontalmente da política do Governo Regional que dá suporte a este Plano e Orçamento.

Para o PCP/Açores, a estrutura económica actual (pequenas e médias empresas privadas, explorações agrícolas familiares e sector público) é, no essencial adequada; as regras de funcionamento da economia é que o não tem sido.

Para o PCP/Açores, a estrutura da nossa economia tem correspondido à dimensão da Região e à situação particular que a insularidade distante define; o que não tem sido adequado é o tipo de intervenção, muitas vezes inconsequente, parcial e "utilitarista" que o Governo Regional tem promovido.

Perante os efeitos negativos evidentes da aplicação de um modelo concentracionista inadequado, o Governo Regional faz, na prática, uma opção, que é a de **desistir de reivindicar, propor ou adoptar medidas específicas** e assume, integralmente, a política económica inadequada ditada pelo Governo da República, por muitos prejuízos que daí resultem, como estão de facto a resultar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os prejuízos sociais desta política são já muito fortes e bem visíveis.

O desemprego subiu muito nos últimos dois anos e tudo o indica, voltará a subir nestes últimos dois meses do ano em curso.

Os processos de despedimento, mesmo que camuflados com a figura do mútuo acordo, estão a tornar-se muito frequentes, como está a acontecer neste momento na

Agência Açoreanas de Viagens, recentemente adquirida pelo grupo regional de maior dimensão, ou na TUNAPESCA.

A oferta de novos empregos está muito longe de se aproximar do número daqueles que são extintos, como o caso do Grupo Sousa Lima, passado no início deste ano, muito bem demonstra.

A tendência de transferir para os trabalhadores os custos das dificuldades e dos erros políticos existentes, têm levado ao agravamento das condições de vida de largas faixas da população.

As dificuldades óbvias de sectores tão importantes como a agro-pecuária e a pesca completam um quadro difícil, com graves repercussões sociais.

E é exactamente com este quadro que, uma vez mais, aparece uma proposta de Plano e uma proposta de Orçamento, que se recusam a analisar e a considerar a situação real da economia e da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não pode deixar de ser referido, no entanto, que ao contrário de outros anos, a falta de credibilidade que as propostas inspiram está bem patente nas críticas, reservas ou reparos que os parceiros sociais e muitas autarquias fazem.

O descontentamento é geral por todas as ilhas, especialmente no que refere ao Plano.

A desconfiança de trabalhadores, empresários e agricultores é bem patente nos pareceres dos respectivos representantes.

Nunca antes tinham sido tão claros esses sintomas de rejeição. Ninguém acredita num Plano que inscreve muitas verbas que correspondem a despesa já feita.

Ninguém acredita num Plano que ignorou pretensões básicas de muitas ilhas e sectores, de forma sistemática.

Ninguém pode acreditar num Plano de um Governo que não se tem mostrado capaz de analisar o que se passa e muitos menos de enfrentar os verdadeiros problemas.

É partilhando dessa larga discordância que o PCP/Açores, irá, neste debate dar o seu contributo para demonstrar que muita coisa podia ser melhor.

Disse

Presidente: O Sr. Deputado Victor Cruz pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Victor Cruz (PSD): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda agora se iniciou o debate do Plano e Orçamento para 1995, e já todos percebemos o tom do mesmo.

Do lado da oposição somos um bando de incompetentes.

O Grupo Parlamentar do PSD, em referências - de resto - pouco democráticas e pouco dignificantes para este Parlamento, é um grupo de deputados que fecha os olhos e faz tudo o que o Governo quer como se não houvesse um projecto eleitoral, um programa eleitoral que foram sufragados pela população dos Açores.

A oposição dirá que há condições para salvar a autonomia. Faz o discurso do Apocalipse.

Nós temos em cima da mesa uma proposta de Plano de Revisão do Estatuto e não temos culpa de não ter sido feita a Revisão Constitucional.

De resto, admira-me bastante como se pode afirmar que deixamos "cair " a Revisão do Estatuto, quando nós afirmámos sempre que este é um dos nossos principais objectivos.

Se bem me lembro, não foi o Partido Social Democrata que não votou favoravelmente a oportunidade de Revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E não é oportuna!

O Orador: O debate não era oportuno, porque se ia fazer a revisão constitucional. Nós interrompemos, agora que não há Revisão Constitucional temos em cima da mesa uma proposta para rever o Estatuto Político-Administrativo dos Açores...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Também nós!

O Orador: ... então se o Sr. Deputado diz que "também nós", os senhores têm que se entender, porque foi o Presidente do seu Grupo Parlamentar que disse aqui que a Revisão do Estatuto tinha-se deixado "cair"!

Mas quem é que deixou cair a Revisão do Estatuto?!

Deputados Carlos César e Dionísio de Sousa (PS): O PSD!

O Orador: Ninguém!

Está em cima da mesa, Srs. Deputados!

Os Srs. é que porventura não estão, se calhar, muito interessados em fazer a Revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores!

Os Srs. foram eleitos e sobre esta alma de uma nova liderança, em tão pouco tempo, já estão desentendidos. Isso é que me parece grave.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Revisão do Estatuto vai manter-se!

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: O Partido Social Democrata e o Grupo Parlamentar do PSD vai demonstrar, neste debate, que não está de olhos fechados e que este Orçamento e este Plano são uma belíssima oportunidade para discutir alguns dos mais importantes problemas que se colocam aos Açores neste momento e o tempo assim o vai dizer.

Não admitimos que nos digam que estamos aqui de olhos fechados a fazer o que quer que seja.

Nós estamos aqui de olhos bem abertos, vamos demonstrá-lo neste debate e as contradições da oposição e o tom geral já foi aqui demonstrado.

Veremos então no debate se temos ou não razão.

Agora o que não fazemos é, antes do debate se iniciar, desrespeitar os Srs. Deputados e dizer que antes de ele se iniciar os senhores já não têm razão.

Uma coisa é certa: se o debate perdeu alguma importância, é também porque a oposição diz quase sempre, durante estes anos todos, a mesma coisa.

Tem dito isso e não tem ganho eleições!

Portanto, se este é porventura o Plano possível, eu diria que no fim do debate vamos demonstrar que esta é, sim, a oposição possível.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

- Na madrugada de 3ª feira passada, aí pelas 2,30 horas da manhã, acordei com a sensação de que alguém forçava a porta do meu quarto.

Vozes do PS: Oh Sr. Deputado!

O Orador: Afinal, não passava dum zeloso funcionário - ao que suponho - que achou por bem, àquela hora matutina, dar-me a conhecer as notícias veiculadas pelo jornal "Telégrafo".

- Desperto como fiquei, saltou-me à vista, em 1ª página e letras garrafais, o seguinte :

- **"Menezes reconduzido. PS propõe alterações ao Plano".**

- Fiquei na cartesiana dúvida - atendendo à hora - se o tal diligente funcionário agiu de "motu-próprio", ou mandado por alguém, com o inconfessável fim de me tirar o sono.

(Risos do PSD e do Governo)

Convenhamos não ser normal, **nem a hora, nem o barulho** que a criatura fez, como que a querer dizer: "levanta-te e adivinha as que o Partido Socialista vai fazer".

No desenvolvimento da notícia - aliás, mais ou menos repetida na 2ª página, certamente para não esquecer - dizia-se que a Direcção do Grupo Parlamentar, acompanhada pelo nosso líder do PS-Açores, o Sr. Deputado Carlos César, apresentaria cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia.

Já que estamos em matéria de cumprimentos - e como sempre tive intenção de o fazer na minha primeira intervenção - começaria por felicitar o Sr. Deputado Fernando Menezes pela sua reeleição e os Srs. Deputados Dionísio Sousa e Fernando Lopes pela ascensão a Vice-Presidentes do partido...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito obrigado!

O Orador: ... e de modo particular, saúdo o Sr. Deputado Carlos César por ter, **finalmente**, conseguido a liderança do Partido nos Açores.

Desejo-lhe as maiores felicidades.

E, se me permite, deixo um aviso. Antes de definir estratégias, antes de propor alterações ao Plano, antes de prometer mundos e fundos aos açorianos, antes de querer adivinhar o futuro, tenha presente esta coisa tão simples como comezinha:

cuidado com a cadeira que escolheu para se sentar! Olhe que esse aí, sempre foi o lugar do morto!

(Risos das bancadas do PSD e Governo)

Deputado Carlos César (PS): V. Ex.^a esquece-se que eu já estive aqui sentado antes!

O Orador: Talvez tenha uma segunda morte, Sr. Deputado. Os gatos têm sete.

(Risos)

Sem qualquer pretensão pré-monitória da adivinhação do futuro (**espero que em relação ao Sr. Deputado Carlos César o não seja**) permitam-me que recorde, hoje, algumas palavras que, nesta Sala proferi, em 20 de Novembro de 1992, aquando da discussão do V Programa do Governo Regional.

E cito: " Iniciou-se um período de recessão económica na Europa, cujos contornos estão definidos, mas que ninguém conseguirá, por bom senso e por enquanto, adivinhar todas as consequências e prever-lhe uma limitação temporal".

O desemprego alastrará pela Europa e com ele virão, inevitavelmente, os conflitos sociais.

A economia açoriana, fortemente dependente do exterior, sofrerá as consequências dos mercados europeus. E não poderá contar com o apoio do continente americano. A grande aposta do Partido Democrático nas eleições americanas será a de fortalecer a sua economia interna. Deveremos contar essencialmente connosco"- Fim de citação.

Decorridos que vão dois anos sobre estas palavras, creio que o meu vaticínio não sofrerá qualquer contestação.

A economia interna americana sai da estagnação em que caíu **lentamente, é certo**, mas o alargamento do espaço económico ao Canadá e México (**o chamado NAFTA**) possibilitará o extraordinário aumento das exportações, reporá, em breve **a economia e a moeda americana** nos elevados padrões em que, tradicionalmente, se baliza.

- **E na Europa?** Verifica-se, ou não, a tão **badalada retoma?** Creio que devemos ser prudentes numa análise dos factos.

O **condicionalismo** em que a maioria dos países aderentes à Comunidade Económica se movimenta é, ainda, de acentuada crise. **Crise económica, crise social e crise de valores. As economias arrastam-se num calvário de equilíbrios negociados ... O desemprego mantém-se, em taxas próximas do alarmante, em vários países. A corrupção campeia a vários níveis. A sida, o cancro, as guerras proliferam por esse mundo.**

E para todos estes males não tem havido uma resposta eficaz. Os povos interrogam-se, a descrença aumenta, o cansaço avizinha-se, a dúvida torna-se obsessão, a confiança em quem governa esvai-se, a crise de valores instalou-se.

- Este, meus senhores, não é um quadro ficcional. **É a radiografia que plasma o diagnóstico do que vai na alma de muitos milhões de europeus.**

- E com excepção do malífcio em que uma guerra se traduz, **aqui, nos Açores, embora de forma atenuada, é perceptível a onda choque que percorre a Europa.**

- Temos perfeita consciência disso.

Conhecemos as dificuldades que existem em todos os sectores e, por isso, cada vez mais, nos convencemos que, acima de tudo, **teremos que contar connosco.** Com a nossa **união**, com a nossa **perseverança**, com a nossa **capacidade de lutar por aquilo que acreditamos.**

E este Plano e Orçamento que apresentamos para 1995 é uma consequência da nossa luta, traduz o esforço de nos mantermos à superfície num mar encapelado em que se debatem todos os países, mesmo aqueles considerados, **tradicionalmente**, como os mais desenvolvidos.

Veja-se a situação em Espanha, em França, na Itália, etc, em que os governos se debatem com déficits astronómicos, em que o desemprego se transforma em chaga social, onde as falências ameaçam os cofres das Instituições Sociais de tal forma que começa já a ser posta em causa a garantia de pagamento das reformas.

- Neste quadro, que não sofre também contestação e que, infelizmente, também poderá atingir o nosso País se não agirmos com a devida prudência, considero que o Plano para 95 **não é um hiato, nem um conjunto de medidas circunstanciais tomadas à revelia da realidade dos Açores e dos açorianos. É um Plano possível dentro das limitadas condicionantes orçamentais de que dispomos.**

Certamente que ninguém mais do que o Governo e o Partido que o apoia, gostaria de investir mais e melhor de **planificar e realizar tudo aquilo que sabemos que falta fazer por essas Ilhas. Mas querer, nem sempre é poder.**

Não basta a vontade para fazer obras!

Quando os meios são escassos, **há que optar**. Este Plano é, pois, **uma opção. Certamente que haveria outras e há. Mas são as nossas e as que julgamos melhores.** O Plano teve que adaptar-se - entre outras coisas - à política comunitária definida com a aprovação do **Segundo Quadro Comunitário de Apoio** e consequentemente, é nossa obrigação e nosso dever, tirar o máximo proveito do PEDRAA-II.

(Plano específico de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.)

- Daí que a verba afecta às despesas do Plano para 95 (**31.050 milhares de contos**) apareçam distribuídas pelos 5 **principais eixos de desenvolvimento** que, já no PMP, foram eleitos como prioritários.

Os 11.250 milhares de contos destinados para dinamizar a actividade económica, tal como 6.950 milhares de contos para o desenvolvimento dos Recursos Humanos, como 7.690 milhares de contos para transportes e energia, como ainda 4.360 milhares de contos para o ambiente e qualidade de vida, traduzem de alguma maneira um considerável esforço.

A afectação das verbas aos diversos programas que integram os referidos eixos de desenvolvimento não foi aleatória ou casuística. Privilegiou-se o apoio à **actividade económica**, nomeadamente ao **sector privado**. Mantem-se o apoio que é visível e que é **vital** aos **transportes** e à **energia** e vislumbra-se um particular cuidado no âmbito do **ambiente** e da **qualidade de vida**.

Houve uma criteriosa repartição dos valores afectos ao Plano pelas várias ilhas, por forma a concreterizarem-se programas traduzidos em investimentos que, em nosso entender, e nesta difícil conjuntura financeira, seriam os mais aconselháveis para satisfazer as carências existentes.

- **É óbvio que muitas outras opções se poderiam tomar dentro dos limitados parâmetros financeiros de que dispomos.**

Por isso (e retomando o início desta intervenção) não me surpreendeu que venha o PS anunciar agora, em grande estilo, a apresentação de propostas de alteração ao Plano. Direi que o Partido Socialista faz o mais fácil e, ainda por cima, como habitualmente, traz "de braço dado as conhecidas primas" a demagogia e a falta de transparência.

(Risos da bancada do PSD)

- Faz o **mais fácil** porque, não tendo qualquer responsabilidade executiva, **contrapõe o investimento "x" a um existente e proposto no Plano ou, altera este, por outro qualquer de mera circunstância, que não passará de visão diferente da mesma realidade ou, o que será pior, limitará a sua opção a critérios de mero clientelismo partidário, matéria, aliás, em que são muito versados.**

- **E faz demagogia e usa de falta de transparência, entre outras, pelas liminares e evidentes razões:**

1- Não tenho conhecimento - e penso que ninguém do Partido Social Democrata o tem - que, qualquer deputado do PS, **em trabalho das Comissões Especializadas que apreciaram o Plano**, tivesse formulado qualquer proposta de alteração que, em sede própria, poderia e deveria ter sido logo debatida.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Isso não é verdade!

O Orador: 2- Votaram, em sede da Comissão, **na generalidade e na especialidade, negativamente o Plano**. Sem curar de apresentar as alternativas que entendessem melhores. O que, manifestamente, se traduz na mais elementar **falta de transparência** - para não lhe chamar outra coisa - quanto ao objectivo que preside e deve presidir aos trabalhos das Comissões.

O que nos leva a pensar, com o devido respeito,...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Vocês estão muito desassossegados!

O Orador: ... que o papel dos Srs. Deputados do PS nas Comissões se assemelha, em absoluto, ao mesma que **"a viola faz no enterro"**.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O morto é o Presidente!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: 3- Mas a acompanhar a falta de transparência no trabalho das Comissões, anunciou o PS nesta Sala, a entrada "**em grande**", da "**prima demagogia**".

Vem esta, além de saudar a sua prima ("falta de transparência") certamente, anunciar-nos coisas de espantar - será as tais propostas que vamos ouvir?-, as quais, suponho também, que à semelhança das outras, se traduzirão no anúncio da "**descoberta da pólvora**".

Imaginemos apenas a cena que vai aqui decorrer.

Com o habitual desplante do prestidigitador, mostrará aqui o PS um barril da dita (pólvora), sacará dele umas quantas propostas de alteração ao Plano, vai tecendo os maiores encómios, vai fazer crer a todos os presentes - **preferencialmente à Comunicação Social presente e ausente** - que, com a sua aprovação por parte da bancada do PSD, ficaria salvo o Plano, os Açores dariam um salto em termos de rendimento "per capita" que os colocava, em paralelo logo logo, a par dos alemães e os açorianos, espalhados pelos 4 cantos do mundo assim que soubessem destas propostas de alteração e da maravilha que passaria a ser os Açores, fariam as malas, à pressa, para voltarem a este paraíso que a imaginação socialista ainda e por enquanto não conseguiu construir em parte alguma do mundo.

(Risos do PSD e do Governo)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo

- **É bom que fique bem claro** - desde já - **que seremos nós a dar "o mote" na discussão do Plano e Orçamento.**

- Seremos nós, com o Governo que o apresentou, que defenderemos, com convicção, um documento em que acreditamos.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem! Muito bem!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Parece que não anda aí pelos corredores!

Deputado Paulo Valadão (PCP): Não foi isso que as Câmaras disseram.

O Orador: Sabemos que não é o Plano ideal, não é preciso que nos digam. Conhecemos as suas limitações, tão bem ou melhor que os senhores, mas não vamos admitir que outros, com o seu silêncio cúmplice, com o seu derrotismo primário, armados em pregadores de ilusões, venham desvirtuar um Plano que se quis e se apresentou com rigor, já com os estafados argumentos do aumento das despesas correntes, do endividamento e ainda outras similares quando nenhuma contribuição válida e atempada nos fizeram chegar com vista à sua eventual melhoria.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: Não vale a pena, Srs. Deputados do PS, incomodarem-se agora. **Agora já é tarde.**

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Foram feitas em Outubro e Novembro.

O Orador: - Resta-lhes como consolação o Trivial, ou seja, conferências de imprensa, as entrevistas e todos os demais expedientes em que demonstram ser autênticos "experts" explorando uma certa Comunicação Social que, normalmente, pouco mais tem para contar. Esquecem-se, amiudadas vezes, que o povo já **aprendeu a ler nas entrelinhas.**

E, uma vez mais, vai perceber que este Plano, dentro dos condicionalismos apontados, dentro da humildade com que é aqui apresentado, é o que melhor serve os interesses dos Açores.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vamos, pois, discuti-lo. E se verificarmos da necessidade de lhe introduzir algumas pequenas alterações, será o Grupo Parlamentar do PSD que tomará essa iniciativa sem demagogia,...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Por aí já não há!

O Orador: ... e sem principalmente anunciá-lo previamente à Comunicação Social. Com a simplicidade e humildade que caracterizam a nossa maneira de agir.

Não queria terminar sem três ligeiros comentários, uma vez que houve aqui três intervenções antes da minha.

Referindo-me à intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes, direi que V. Excelência condensou o "rosário de queixas" que o Partido Socialista desde os primórdios do regime autonómico vem fazendo ao PSD e ao Governo.

Sendo embora arbitrária a ordem porque alinhou as "contas do vosso rosário", não posso deixar de reconhecer o mérito da sistematização como também, não posso deixar de referi-lo que já é tempo do Partido Socialista inovar em matéria de queixas. É que a intervenção do Sr. Deputado, meu ilustre colega e amigo, fez-me lembrar, com a devia vénia e respeito, o "Breviário de Alarico".

Para a época, nada se lhe comparou na perfeição da forma, no rigor dos conceitos, na substância em si e, até, na apresentação dos textos.

Convenhamos que V. Ex.^a se limitou a compilar o "Rosário de lamentações" do seu partido.

Neste "rosário", V. Ex.^a foi perfeito.

Forma cuidada, rigor de raciocínio e apresentação de conteúdo.

Faltou-lhe, porém, a substância, o fermento que leveda as novas ideias, mas neste particular, Sr. Deputado, não se lhe pode assacar qualquer responsabilidade.

É que a substância que lhe forneceram, velha e caduca de quase 20 anos, já não reagiu ao fermento da sua capacidade que é muita.

(Risos do PSD e do Governo)

O Orador: Foi mais, com o devido respeito, um "d'jà vu".

De qualquer modo, o seu esforço, Sr. Deputado, merece os meus sinceros parabéns.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, apenas duas breves observações:

Em primeiro lugar, os números que V. Ex.^a citou, também os conhecemos. Não nos deu qualquer novidade.

Manipular números está ao alcance de qualquer contabilista e faço-lhe notar que como **economista**, tem no mínimo a **obrigação de os manipular melhor**, o que acabou aqui de fazer.

A segunda observação é que antes preferimos o Dr. Mota Amaral **cem anos como Governador Civil** (na expressão pejorativa que o senhor atribuiu a este cargo) do que o Senhor **um único dia** como Presidente do Governo Regional.

Veja lá bem o Senhor em que boa conta o temos...

(Risos do PSD)

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, apenas um comentário.

Remeto a sua intervenção para o **imaginário comunista** que, hoje em dia, talvez **só possa**, e é preciso que vá depressa, **aterrar em Cuba**.

Quanto ao Sr. Deputado **como pessoa**, o senhor é uma **simpatia**, e como **bem intencionado** que é, tem com certeza garantido um lugar no Céu.

Disse.

(Risos da bancada do PSD)

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Deputado Fernando Fonte (PS): Isso é que é uma discussão séria?!

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Lopes (PS): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente da Comissão de Economia e Finanças afirmou - e cito - "o que faz a oposição nas Comissões, é o que faz uma "viola num enterro".

Apresento o meu veemente protesto pela falta de verdade que não esperava do Senhor, pois o relatório da Comissão de Economia e Finanças, aprovado pela maioria, reflecte muitas das propostas de alteração que nós propusemos como também nas outras Comissões. E isso aparece nas conclusões e o relatório foi aprovado pela maioria do PSD, o que significa que acharam bem acolher algumas das nossas sugestões.

Por isso, a "viola" é outra, não é a viola do enterro Sr. Deputado.

Tenho dito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não é uma viola, é um violino!

Presidente: Srs. Deputados, antes de prosseguirmos, vamos fazer um intervalo de 15 minutos, após o que retomaremos os nossos trabalhos.

(Eram 11,55 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos prosseguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 12,15 horas)

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas queria fazer quatro ou cinco observações preliminares neste debate:

Deputado Rui Melo (PSD): Isso é uma imitação?

O Orador: A primeira tem a ver com a inusitada acusação feita ao Partido Socialista de estar em fase de procedimentos clientelares e de falta de transparência.

O que nós vamos fazer neste debate, e de forma séria, é provar que o **clientelismo** é propriedade política exclusiva do PSD e do Governo...

Deputado Rui Melo (PSD): E da Câmara da Lagoa!

O Orador ... e que a falta de transparência é o método de actuação do Governo Regional e do PSD!

Em segundo lugar, gostaria de dizer o seguinte:

Como é possível acusar, de forma sistemática, os partidos da oposição e, designadamente o Partido Socialista, de um discurso miserabilista, destrutivo; quando um partido da oposição anuncia que irá apresentar propostas de alteração ao Plano e Orçamento, é extorquido do simples direito de propor, quando até quem se permite fazer esta extorção nem conhece a opinião do PS nem conhece as Propostas que ele irá apresentar?!

Em terceiro lugar, evidentemente que é o PSD e o Governo que dão o mote desta discussão.

Dão o mote com dois documentos cuja deficiência nós provaremos!

Dão o mote com duas intervenções que se opuseram!

E dão o mote com um ambiente de desorientação e de divisionismo que não deixará de estar patente ao longo destes três dias de debate!

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Em quarto lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o que é que já se passou nestes curtos momentos de debate com que iniciámos a discussão de tão importantes documentos como o Plano e Orçamento?

Duas intervenções da área do Partido maioritário e do Governo.

Uma primeira intervenção de um membro do Governo que poderá ser sintetizada desta forma: um apelo a que o Plano e Orçamento não sejam discutidos sobre o signo da "chincana" política. Estávamos plenamente de acordo.

Em segundo lugar, um apelo para a união de esforços entre todas as forças políticas e os cidadãos de boa vontade, no sentido da procura das melhores formas de contribuir para o desenvolvimento regional. Também estávamos de acordo.

O que é que se passou na segunda intervenção na área do PSD e do Governo?

Uma intervenção **prenha** de chincana política!

Uma intervenção contra o **simples facto da oposição poder ter opinião e poder ter propostas!**

Uma intervenção cheia de uma sinalética de **prepotência, intolerância** e até de um **funerário sentido de humor.**

Isto significa que o PSD e o Governo, iniciaram a discussão do Plano e Orçamento para 1995 tal como esperávamos, contra si próprios.

Obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS e do CDS/PP)

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Victor Evaristo (PSD): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Surpreende-me muito a intervenção do Sr. Deputado Carlos César nesta altura.

Acho-a prematura. É o primeiro comentário que lhe tenho a fazer.

Em segundo lugar, não posso estar de acordo com ela e não estou de acordo pela seguinte razão: as palavras - como o Sr. Deputados devem saber - têm o peso, o valor e significado que as pessoas lhe querem atribuir.

Sr. Deputado, quando eu na minha intervenção falei em "clientelismo político", atribuí-lhe o significado que quis, possivelmente de acordo com aquele que lhe costumam dar.

A questão de clientelismo político pode ser vista, na minha óptica, em dois aspectos: no mau sentido, que foi aquele em que o Sr. Deputado interpretou, ou no bom sentido que é aquele que eu dou, porque me parece que não se pode exercer nem podem existir partidos políticos que não tenham clientelas, porque senão, não têm votos.

Sr. Deputado, não me parece que colha muita razão a sua intervenção agora.

Em segundo lugar, quando se falou em falta de transparência, o Sr. Deputado acabou por me dar razão, porque o Sr. Deputado disse que o Partido Socialista anunciou que vai fazer propostas.

A falta de transparência, na minha óptica, e se me permite porque tenho esse direito, é que se tivesse havido transparência, essas propostas - como eu disse na minha intervenção sem qualquer chincana - deveriam ter aparecido claramente expostas e formuladas em Sede de Comissão.

Deputado Duarte Pires (PS): E as suas, as que vai fazer?

Deputado Fernando Fonte (PS): E as propostas do PSD?

O Orador: Srs. Deputados, as propostas do PSD em princípio são as propostas do Plano que o Governo apresentou, essas é que são as propostas do PSD!

Deputado Manuel Serpa (PS): Porque é que não fizeram as alterações na Comissão?

O Orador: Diga Sr. Deputado...?

Presidente: Sr. Deputado Victor Evaristo...

O Orador: E quem disse ao Sr. Deputado que nós vamos fazer alterações?

Presidente: Sr. Deputado Victor Evaristo, agradecia que não estabelecesse diálogo.

O Orador: O Sr. Deputado ouviu mal o que eu disse, mas eu relembro-lhe.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: O que eu disse foi: " **se verificarmos da necessidade** de lhe introduzir algumas pequenas alterações ", isto é uma questão de Português.

Também não estou de acordo em que o Sr. Deputado Carlos César use, em relação à minha intervenção, os epítetos de **propotência** e de **intolerância**.

Primeiro, não o foram e nem foi esse o sentido da minha intervenção.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Se o Sr. Deputado tiver o mínimo de atenção, porque parece que não ouviu com essa intenção, verificará que há muita coisa séria aí dita nessa intervenção.

Por outro lado, houve uma parte...

Presidente: Sr. Deputado Victor Evaristo... Sr. Deputado Victor Evaristo...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ele não ouve bem!

O Orador: Desculpe... Eu termino já.

Por outro lado, isso não significa que não tivesse havido da minha parte - eu não direi que de alguma forma mais ou menos eivada - uma certa ironia. Admito e assumo.

Mas essa ironia não era de modo nenhum ofensiva para a bancada do Partido Socialista, como não o foi. E eu desafio os Senhores Deputados a apontarem na minha intervenção qualquer palavra ou qualquer frase em que se verifique daí - ou daí se possa tirar - que eu estava a ofender fosse quem fosse, porque não o estava.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Carlos César (PS): Para mais esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aceito o pedido de desculpas do Sr. Deputado Victor Evaristo formulado ao Sr. Secretário Regional das Finanças. Mas a única coisa que me sugere acrescentar neste contexto, é que não pode ser negado a um partido da oposição - até por maioria de

razão - o direito de questionar um Plano, um Orçamento e de ter como intenção apresentar propostas, quando se discute até se os deputados da Terceira do PSD têm ou não esse direito.

É tão legítimo a um dos sectores do PSD que mais estatuto de fugitivo mantem em relação ao "amarelismo", atribuir semelhante direito a um partido da oposição.

As nossas propostas têm tanta falta de transparência quanto aquelas que eventualmente tenham sido sugeridas pelos deputados do PSD da Terceira, do Pico ou de outras ilhas que tenham feito essas propostas.

Estes são momentos de discussão do futuro dos Açores e é muito natural que nestes termos ainda seja mais natural - e por maioria de razão - um partido da oposição ter esse direito.

Portanto, eu creio que mesmo assim, atribuindo a sua adjectivação de falta de transparência ou o facto do Partido Socialista ainda não ter anunciado todas as suas propostas, essa adjectivação não pode ser justamente considerada, porque trata-se do procedimento parlamentar próprio que envolve a discussão do Plano e do Orçamento. Eu penso que poderemos prosseguir o debate numa base em que a discussão destes documentos e a discussão destas propostas se está a fazer, pela nossa parte, da forma como devia ser feito.

Mesmo assim, quero salientar junto do Sr. Deputado, que é essa falta de transparência não é de forma nenhuma invocável neste procedimento e na forma como o Partido Socialista se coloca perante este debate que é uma forma séria e uma forma séria de análise dos documentos.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: É muito natural que na estratégia deste debate, nós iniciamos por proceder a uma caracterização daquilo que pensamos que é a situação social, económica e financeira da Região e, em tempo oportuno, passaremos a uma fase, dos nosso ponto de vista, da forma de superação da crise em que nos encontramos nesses diversos domínios.

Portanto, assente o debate nestas circunstâncias, é legítimo de todas as partes, um procedimento adequado e ajustado à forma como ele tem vindo a decorrer no que diz respeito ao Partido Socialista.

Presidente: A Sr^a. Deputada Fátima Oliveira pretende a palavra com que finalidade?

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero dizer ao Sr. Deputado Carlos César que a oposição tem todo o direito de apresentar as propostas de alteração que muito bem entender.

Mas tanto quanto sei, os deputados da Ilha Terceira aos quais o Senhor sempre se refere nesta Câmara tentando uma divisão dentro do Grupo Parlamentar do PSD, **estão e estarão** sempre unidos dentro do partido e resolverão os seus problemas internamente e **nunca** lhe passaram a si...

Deputado Carlos César (PS): E ainda bem!

A Oradora: ...nem a quem quer que fosse do Partido Socialista, qualquer procuração para falar em nome deles.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dar um esclarecimento na sequência da intervenção do Sr. Deputado Carlos César.

A intervenção do Sr. Deputado é a reacção e a prova que este debate vai no início, "a procissão ainda está no adro" e para o Partido Socialista já não está a correr bem.

A excitação e a necessidade do Sr. Deputado ter que intervir - depois de uma intervenção de um líder da sua bancada que nada de novo nos trouxe e o Sr. teve consciência disso, apercebeu-se disso, aliás, acabrunhou-se a certa altura - mostra bem essa realidade.

(Risos do PSD)

O Orador: Oh Sr. Deputado Carlos César, o senhor fala em chincana política!

Não será "gincana" política as intervenções da sua bancada virem sempre a falar...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não é "gincana", é chincana!

O Orador: Está bem é como os Srs. quiserem, eu assumo de onde sou natural por isso falo à moda de Vila Franca.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas fale correcto!

O Orador: Queria-lhe dizer Sr. Deputado - os Srs. estão tentando cortar o meu raciocínio - que o Sr. sabe muito bem que as evasivas constantes que a sua bancada e as vossas intervenções revelam não serão chincana política em corrupção, em clientelismo, constantemente? Não será isso?

Vozes do PS: Diz-se "chincana". Não é "gincana"!

O Orador: Os Srs. estão-me desviando... Sr. Presidente será que posso continuar?

Será que não são os Srs. que constantemente estão a tentar desviar as atenções do debate, da proposta em discussão?

O Sr. Deputado vem falar aqui nos direitos da oposição? E os direitos da **posição**?! E os direitos do Governo?! E os direitos do PSD?!

Nós não temos direitos, só temos deveres?!

Depois Sr. Deputado, o Partido Social Democrata conhece as vossas propostas.

Conhece pelo Sr. Deputado Carlos César que constantemente está a visitar diversas ilhas, aliás, diz que visita São Jorge e o Pico e depois só vai ao Pico, aliás isso é próprio da sua maneira de fazer política...

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: Esteve em trânsito para o Faial...

Pois quero-lhe dizer que o Sr. neste momento é aquilo que nós podemos chamar o "Pai Natal da política açoriana".

O Sr. promete tudo por onde passa. É aeroporto para o Pico; na Ilha Terceira uma rede de frio ...

O senhor tudo promete, tudo deseja e tudo vai fazer.

É a irresponsabilidade de quem pensa que nunca vai ter poder, é demagogia pura num plágio do seu líder nacional.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 1995 tem uma dotação global de 31.050.000 contos, apenas mais 170.000 contos do que em 1989. Se tivermos em linha de conta o aumento dos custos e os montantes que o Governo continua devendo de obras já executadas, concluiremos que o investimento real em 1995 será menor do que há seis anos atrás.

Como se isso já não bastasse existem ilhas mais penalizadas que outras, deixando-se cair no esquecimento o tão propagandeado desenvolvimento harmónico da Região.

Em 1994, para citarmos apenas o exemplo das duas ilhas com maior número de habitantes da Região, verificamos que, enquanto São Miguel teve como verba ajustada 11.856.309 contos, (um aumento que talvez não satisfaça os Micaelenses face às reais carências da ilha no seu todo) o que nos dá a indicação que atingirá o seu maior investimento de sempre, a Ilha Terceira teve no mesmo ano a verba ajustada de 3.942.619 contos, o que deverá significar o mais baixo investimento dos últimos 6 anos, inferior em 1.020.230 contos a 1989.

Para 1995, apesar de para São Miguel se prever menos do que em 1994, comparativamente com 1989 verificamos um saldo positivo de 11.049 contos (aumento muito pequeno para 6 anos), enquanto a Ilha Terceira terá para 1995, e também comparando com 1989, um decréscimo de 2.561.026 contos, (um exagero).

Se alguma leitura política é possível fazer desta situação, é sem dúvida a de que os responsáveis da Ilha Terceira do PSD fizeram mais um "mau negócio" o que poderá ser revelador do peso real que detêm actualmente.

O Dr. Mota Amaral já percebeu que apesar de manifestarem pública insatisfação, a coisa não vai para além disso, pois ao fim e ao cabo sempre recomendaram a votação em bloco no seu Grupo Parlamentar. É que apesar de serem necessários poucos votos (apenas 3) que somados aos da oposição poderiam alterar alguma coisa, os Planos vão passando ano após ano...

Por vezes é necessário avivar a memória de alguns, recordando factos que exemplificam a razão de ser das nossas críticas:

- Por isso lembramos que as Marinas da Horta e Ponta Delgada foram construídas pelo Governo. Quando a última acabou, foi recomendado à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que candidatasse ela própria aos Fundos Comunitários as obras de reconversão do Porto das Pipas.

- Em termos desportivos, enquanto que nalguns sítios se duplicou e muito bem as instalações, a Praia da Vitória apesar de ter actualmente a única equipa de futebol dos Açores a participar na segunda divisão Nacional, parte significativa da sua população está impedida de assistir aos jogos pelo facto destes se realizarem em Angra. É que os "grandes" Governantes que temos e tivemos, programaram e construíram na Secundária da Praia um campo para bonecas.

- Terá que ser agora a Autarquia Praiense, mais uma vez e em prejuízo das áreas da sua competência, a colmatar a falta de visão do Governo Social Democrata.

- Também, e apesar de garantido por um governante, que a piscina prevista para o complexo desportivo João Paulo II seria transferida para a Praia da Vitória, numa perspectiva de complementaridade, uma vez que o INATEL tinha construído uma piscina em Angra do Heroísmo, os anos vão passando, a obra não se inicia, mas o dinheiro desapareceu.

- Relativamente ao Parque Industrial da Ribeira Grande, enquanto não foi concluído, nunca faltou dinheiro nos Planos. Quando este terminou, o Governo Regional apressou-se a mudar de estratégia, impondo a constituição duma empresa, que entre outros, envolvesse a Câmara do Comércio e as duas Câmaras Municipais da Ilha Terceira, que ficaria com a incumbência de substituir o Governo na construção do Parque Industrial do Porto da Praia da Vitória.

- Mas já que falamos no Porto da Praia da Vitória, irmão siamês do Aeroporto de Ponta Delgada, este concluído rapidamente, é necessário notar que o primeiro se encontra por acabar e necessitado de equipamento para poder operar satisfatoriamente.

Há investimentos que apesar da crise e dos erros sucessivos dos governantes do PSD, não podem parar, não só como forma de compensar as quebras doutras actividades

empregadoras como a Base das Lajes, mas também e fundamentalmente como meio de rentabilizar investimentos.

O Porto da Praia encontra-se nestas condições e é não só de importância para a Ilha Terceira como para toda a Região.

Para se rentabilizar o porto - não sei se ainda se chama Oceanico ou não - há que pensar sempre que o mesmo é um projecto global que envolve o Porto Comercial, o Terminal Cimenteiro, o Porto de Pescas e respectiva Rede de Frio (que poderá retardar ainda mais o início do seu funcionamento), o Entreposto Frigorífico, que já chegou a estar dotado no Plano de 1990 com 200 mil contos, o Parque Industrial e a Zona de Tancagem de Combustíveis Líquidos, inexplicavelmente a funcionar ainda em Angra do Heroísmo.

Mesmo esquecendo o Estaleiro Naval, também propagandeado, qualquer destes empreendimentos estão naturalmente interligados, não se podendo interromper nem adiar investimentos, sob pena de não serem rentabilizados os capitais aplicados sem se frustrar as expectativas e sem se deixar de ser acusado de mau gestor.

Depois de se ter propagandeado um porto Oceanico em plena operacionalidade para fins da década de oitenta ou primeiros anos da década de 90, se a administração regional não inverter a sua forma de pensar e agir, serão justamente acusados de terem reduzido o porto oceanico nem sequer ao Porto da Ilha Terceira que não é, mas sim a pouco mais do que um simples terminal de contentores como se vê.

Os Planos dos sucessivos Governos do PSD, não têm credibilidade, porque ao longo dos anos não foram mais do que elencagens de obras transitando de ano para ano por falta de execução, ficando muitas pelo caminho.

No caso da Ilha Terceira, muitos empreendimentos previstos, desapareceram pura e simplesmente dos planos sem serem executados, casos do Entreposto Frigorífico da Praia da Vitória, da solução para o Bairro da Serra de Santiago e do Matadouro Industrial que nós entedemos ser urgente em função da sua localização e da real importância que tem e sempre teve no bom escoamento da carne, com repercussão directa no rendimento dos produtores. Outros nunca recuperaram do atraso e da lentidão com que propositadamente estão sendo executadas como é o caso da via rápida Angra/Praia, iniciada apenas há 15 anos.

A repavimentação das estradas regionais continua por fazer apesar de já constar há vários anos nos Planos e manda a verdade dizer que mercê das novas tecnologias têm execução bastante rápida, sendo portanto inconcebível que depois de tanto atraso e mercê do elevado estado de degradação em que se encontram, o Governo tenha previsto um prazo de 26 meses para a sua execução, significando que os prejuízos acrescidos para os utentes daquelas vias, vão ainda ser prolongados.

A abertura ou correcção das vias de acesso às explorações agrícolas, apesar de iniciadas não têm ritmo satisfatório. O Centro de Saúde da Praia da Vitória, que foi prenda negociada e contentou também naquela altura políticos já retirados, continua com a mesma fraquíssima dotação. Relativamente às instalações para o Polo Universitário da Terra Chã, tudo indica que marcarão passo mais um ano. Os estudos de ordenamento das zonas limitrofes do Porto da Praia da Vitória e respectiva articulação com a cidade, caíram no esquecimento, apesar de terem sido em tempos recomendados pelo Conselho de Ilha, que o Governo não quer ouvir desrespeitando a legislação em vigor.

O facto de se estar há muitos anos no poder, acomoda os titulares dos cargos, retirando-lhes poder de intervenção. Terá sido certamente por isso que os responsáveis governamentais não acudiram de imediato às catástrofes que de tempos a tempos acontecem à nossa população.

Está neste caso os prejuízos causados pelas chuvas torrenciais que afectaram a freguesia de São Bento na Ilha Terceira, na noite de 30 de Outubro último, alguns deles provocados por situações de execução inadequada de obras públicas, que não mereceram até ao momento resposta por quem de direito.

É nessa medida que aqui desta tribuna pergunto ao responsável pela SRHOPTC quais as medidas que pensa tomar para resolver o problema das pessoas que justamente esperam ser indemnizadas pela perda dos seus haveres, e se pensa ou não em colaboração com a Junta de Freguesia Local, encontrar soluções que respondam satisfatoriamente aos problemas causados pelas referidas inundações?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por muita boa vontade que tivéssemos, nunca poderíamos apoiar documentos que não agradam a ninguém.

Este Plano e este Orçamento são fruto dos devaneios e da prepotência dos seus principais responsáveis, encerram as contradições internas do PSD e distorcem ainda mais as reais carências das várias ilhas.

Em relação à Ilha Terceira, cujas verbas não deveriam descer abaixo dos 20% (era preocupante dizia Melo Alves), na actualidade tal dotação fica-se apenas pelos 11,3%.

Se tivermos em consideração que destas verbas 615 mil contos (que nós conhecemos) são para pagar obras já feitas, constatamos que apenas restarão 2.895.594 (9,32%) para investimentos.

Como os secretários instalados não "abrem o jogo", é de esperar, como habitualmente acontece, que desta verba alguma parte seja para pagar despesas feitas anteriormente e não referenciadas nos documentos em apreciação.

Se a tudo isto adicionarmos o facto que nos ajustamentos é prática corrente fazer-se a redução da dotação inicial não será difícil concluir que a ilha Terceira terá deste Plano um investimento abaixo ainda dos 9,32%.

Nunca na sua história a Ilha Terceira foi tão mal tratada.

Tenham vergonha e tomem juízo senhores do PSD.

Disse

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: A Sra. Deputada Fátima Oliveira pediu a palavra com que finalidade?

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção as palavras do Sr. Deputado Duarte Pires e gostaria de dizer que a Terceira é feliz por ter os Deputados do PSD a zelar pelos seus interesses, porque se estivessem nas mãos do Partido Socialista, certamente que eles andariam pelas "ruas da amargura".

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, quero dizer que como membros do partido que suporta o Governo, temos sempre em atenção a Região e não só a Ilha Terceira no seu conjunto.

Por isso, e começaria por lhe dar resposta a vários problemas que levantou.

Quanto à realização dos jogos da Praia da Vitória serem realizados em Angra, eu recorro que a Ilha é pequena. A distância entre a Praia e o estádio "João Paulo II" é de 22 km e quem vai aos jogos, são todos aqueles que na maioria têm carro.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

A Oradora: Isto não quer dizer que nós tenhamos abdicado do campo de jogos para a Praia da Vitória, mas quando tal for possível fazer.

Pelo contrário, também lhe recorro que as instalações da Escola Vitorino Nemésio são utilizadas para os treinos das equipas de futebol. O que não estava previsto inicialmente para obviar às dificuldades que pudessem daí advir às equipas da Praia da Vitória.

Por outro lado, queria dizer-lhe que apesar de não estar este ano contemplado no programa - e como o Sr. Secretário Regional informou em Comissão - a piscina ou o tanque de aprendizagem, como lhe queiramos chamar...

Deputado Fernando Fonte (PS): Isso são coisas diferentes!

A Oradora: ... que era para ser construída anexa à Escola Secundária Vitorino Nemésio, irá ser construída e isso eu posso-lhe garantir.

Deputado Duarte Pires (PS): Quando ?!

A Oradora: Não se preocupe com o quando...

Presidente: A Sra. Deputada dispõe de mais um minuto.

A Oradora: Quanto ao Parque Industrial, desafio e peço-lhe meças e **pergunto-lhe** qual foi o trabalho que o Sr. Deputado Duarte Pires - e os seus colegas do Partido Socialista - desenvolveram para tentar resolver o problema?

Considero, que na realidade, é uma feliz decisão tentar criar uma associação de tal maneira que o Parque Industrial passe a ser e a ter o interesse dos particulares que nele se possam envolver, envolvendo assim a sociedade civil.

Deputado Fernando Fonte (PS): A Sra. Deputada naquele tempo dizia o contrário!

A Oradora: É uma inflexão de política governamental que pode não ser bem interpretada, mas que é, segundo as afirmações que fez uma contradição em relação àquilo que os senhores aqui argumentam, ou seja, que o Governo passa a sua vida a dar subsídios e a fazer aquilo que cabia à iniciativa privada.

Por outro lado, gostaria de dizer-lhe que quanto ao equipamento ...

Presidente: Sra. Deputada agradecia que terminasse.

A Oradora: Só mais momento Sr. Presidente, acabo já.

... do porto da Praia está devidamente e será a Junta Autónoma do Porto de Angra e Praia a fazê-lo.

O Parque de combustíveis mais cedo não avançou, porque as gasoleiras com representação na Ilha Terceira não se entenderam ainda entre si.

Eu pergunto-lhe: qual foi a acção que o Sr. Deputado ou os seus colegas fizeram para tentar que as empresas ali instaladas realmente se entendessem entre si e cumprissem aquilo que têm obrigação de fazer, quando têm ao seu dispor meios para tal?

Quanto ao Bairro da Serra de Santiago, lembro-lhes...

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que terminasse porque o seu tempo está a esgotar-se.

A Oradora: ... que ele, finalmente, encontra a sua resolução através dos acordos que vão ser estabelecidos com o IGAPHE, o INH e a Câmara da Praia da Vitória.

Quanto ao matadouro, digo-lhe que é uma pura demagogia porque nas presentes circunstâncias a Ilha Terceira está medianamente servida...

Deputado Ricardo Barros (PS): A Sra. não o conhece, como pode falar?!

A Oradora: Eu não conheço, mas falo com as pessoas que lá estão, inclusivamente ...

Deputado Ricardo Barros (PS): É a sua obrigação conhecê-lo!

A Oradora: Sr. Deputado, é sua obrigação conhecer muita coisa que não conhece. Mas tenho as informações que me são dadas pelas próprias associações agrícolas!

Presidente: Sra. Deputada Fátima Oliveira, agradecia que terminasse, o seu tempo esgotou-se.

A Oradora: Quanto...

Presidente: A Sra. Deputada terá a oportunidade de falar noutras ocasiões.

A Oradora: Pronto, Sr. Presidente.

Aproveitarei outra altura para dar os outros esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para dar esclarecimentos.

Deputado Fernando Fonte (PS): O Governo não esclarece nada?!

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Isso já está esclarecido, o que é que o Senhor quer mais?!

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tenho a ideia de que o Partido Socialista, aparentemente, desde o início deste debate, teve alguma ausência relativamente à estratégia no que diz respeito ao Plano, porque anda mais preocupado com a situação dentro do PSD do que aquela que vive o PS/Açores.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: Queria dar alguns esclarecimentos relativamente à intervenção do Sr. Deputado Duarte Pires, porque o desafio que coloca e a dúvida que suscita, não tem cabimento dentro do Grupo Parlamentar do PSD.

Os Deputados do Partido Social Democrata de qualquer ilha da Região, têm sabido manter através do diálogo, da fundamentação das suas posições, dos argumentos por todos apresentados, encontrar consenso e encontrar situações que vão ao encontro do todo regional.

É nesta perspectiva que espero que o PS, se um dia for Governo, o Sr. Deputado também possa nessa perspectiva e nesse diálogo encontrar soluções consensuais.

Deputado Rui Melo (PSD): Nessa altura eu já estou nos anjinhos!

O Orador: É fácil chegar aqui e criticar. Mas quando a crítica é feita que seja feita sem demagogia.

Vir aqui afirmar que a Ilha Terceira tem neste Plano menos 1 milhão e 300 mil contos - já que o quer fazer - refira também comparativamente com as outras ilhas, nomeadamente com a Ilha de São Miguel, que foi a aquela que o Sr. Deputado aqui

referiu. Esta não é uma situação isolada, até porque há verbas que estão não desagregadas.

A preocupação que existe de concretização deve ser uma preocupação vista em todas as ilhas da Região e não apenas e só no que concerne à ilha que V. Ex.^a representa.

Relativamente a obras que aqui foram referidas, eu penso que há alguma demagogia, fundamentalmente no que diz respeito à repavimentação de estradas...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... e no que diz respeito à abertura às explorações agrícolas, o que tem sido feito está bem feito e Sr. Deputado sabe perfeitamente que em releação a uma das obras importantes para a ilha, o concurso já foi lançado.

Não vale a pena vir com demagogias relativamente a algumas das críticas que aí suscitou...

Deputado Fernando Fonte (PS): Respeitem quem vos elegeu e deixem-se de demagogias!

O Orador: Eu estou a falar em determinadas questões que foram aqui levantadas de uma forma demagógica. É essa a razão da minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires para esclarecimentos.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento ter que ser muito breve, até porque o meu Grupo Parlamentar tem pouco tempo e como tal não posso responder a todas as questões.

De qualquer das formas é com agrado e satisfação que vi os Deputados do PSD reagirem à minha intervenção e é com tristeza que vejo que consideram que a defesa dos interesses da minha ilha é divisionismo regional.

Eu não aceito, porque eu sou tão açoriano como os Srs. e prezo tanto a unidade regional como qualquer um dos Deputados do PSD.

Deputado João Cunha (PSD): Não parece!

O Orador: O que eu não prezo é que essa unidade seja feita à custa dos interesses reais da minha ilha.

De resto, e em relação à Sr^a. Deputada Fátima Oliveira, eu gostaria de lhe dizer rapidamente que não posso substituir o Governo nem os Deputados do PSD. Eu faço aquilo que posso dentro das minhas modestas capacidades.

Substituir o Governo... Deus me livre! Isso era sinal que o Governo valia bem pouco! De qualquer maneira gostaria de dizer que ela contenta-se com menos do que eu, porque parece que se vai contentando com os contratos feitos nos bastidores.

Deputado Fernando Fonte (PS): Ela ainda pensa que é Secretária dos Assuntos Sociais!!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Nessa altura andavas na linha!

O Orador: Eu gostaria de lhe recordar que em tempos, também o Centro de Saúde da Praia da Vitória foi "saída" para deputados que já não estão nesta Casa. Os deputados retiraram-se e o Centro de Saúde da Praia da Vitória continua tal como está.

Eu espero que a Sr^a Deputada tenha mais sorte e espero que quando chegarmos à Ilha Terceira, possamos dizer isso em público, porque é muito importante que a população terceirense saiba das vossas posições, porque não podemos estar a silenciar por mais tempo certas e determinadas posições dos Deputados da Terceira.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fátima Oliveira para mais esclarecimentos.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria apenas dar um esclarecimento e eu volto a repetir aquilo que já disse ao Sr. Deputado Duarte Pires.

Muito mal andaria a Ilha Terceira se andasse aos vossos cuidados!

Deputado Duarte Pires (PS): Mas anda. Nós é que somos maioritários na Ilha Terceira, Sr^a. Deputada.

A Oradora: Portanto, os Srs. falam com uma demagogia absoluta, sem conhecimento dos problemas nem das soluções dos mesmos.

Nunca os vi preocupados e nunca os vejo a andara saber o que é que se passa, nem o que é que se tem para poder resolver esses problemas.

Deputado Fernando Fonte (PS): A Sr^a. cale-se e não diga asneiras!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O esforço ciclópico de arrancar as ilhas da Região Autónoma a séculos de exploração e de subdesenvolvimento, tem, aqui e agora, mais um capítulo escrito pela geração que tomou nas suas mãos a primeira experiência da velha aspiração de concretizar a "livre administração dos Açores pelos açorianos".

Tarefa difícil, sem dúvida, mas plena de desafios, a que a tenacidade dos homens e das mulheres que prolongaram o sonho de viver nestas ilhas semeadas a meio do Atlântico Norte, dão corpo e alma a um sonho antigo.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Saída de um regime absoluto, dirigista, que exercia uma forma de poder pouco consentânea com a liberdade inerente à própria condição humana, a Autonomia democrática é, não tenho dúvidas ao afirmá-lo, a oportunidade mais preciosa que nos permite afirmar nos mais variados palcos políticos, que somos capazes de gerir a nossa vida colectiva, definir as nossas próprias prioridades, rentabilizar os nossos recursos e actuarmos de uma forma livre e responsável com vista à melhoria da qualidade de vida do povo a que pertencemos.

Tarefa histórica de que nos orgulhamos de assumir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Plano de Médio Prazo, apresentado ou elaborado pelo V Governo da Região Autónoma dos Açores, tem sofrido algumas agruras decorrentes de conjunturas que nos têm sido adversas.

Condicionantes externas, entre as quais as que se relacionam com uma profunda recessão económica, cujas consequências acabam sempre por se reflectir na nossa frágil economia, têm obrigado a acertos pontuais, obrigando os responsáveis pelo Governo dos Açores a uma definição rigorosa de prioridades por forma a atenuar, na medida do possível, os inconvenientes da dispersão geográfica e da insularidade.

Refiram-se, a propósito, as evoluções negativas no caso do volume das movimentações de mercadorias nos portos comerciais da Região, na diminuição das vendas de cimento, no decréscimo da implantação da importação de viaturas e para já não referir a baixa do número de passageiros movimentados nos aeroportos dos Açores (menos 3,5%) e a redução em 12% das ocupações hoteleiras, percentagens essas relativas ao ano anterior.

Com um certo arrefecimento da economia insular, é natural que aconteça uma tendência redutora no montante das receitas.

Por exemplo, a nível do IRS, gerou-se uma receita inferior em 700 mil contos quando comparada com 1992. Quanto ao IVA, as receitas baixaram cerca de 800 mil contos.

Na sequência destes e de outros indicadores económicos, o Governo dos Açores evidencia, neste Plano para 1995, um enorme esforço na contenção das despesas.

Enquanto que o Plano para 1994 rondava os 33 milhões de contos, o documento agora em apreciação atinge uma verba na ordem dos 31 milhões.

Sabendo-se que o Governo na Região Autónoma é segmento muito importante na dinamização da economia dos Açores, levanta-se aqui um outro tipo de preocupação: se a despesa pública não cresce a um ritmo adequado, será lógico que a restante economia não cresça, certamente, a um ritmo que seria desejável.

Por outro lado, sabe-se que a nossa economia não tem tido grande capacidade para aguentar aqui preciosas receitas resultantes do IVA.

Todas as grandes obras (portos, aeroportos, hospitais e até este edifício da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), geraram vultuosas receitas fiscais que não ficaram na Região.

Os projectos foram feitos por empresas e técnicos do Continente e a sua execução seguiu o mesmo caminho para além da necessária implementação de materiais para a respectiva construção.

Foram milhares e milhares de contos que percorreram as 800 milhas marítimas e se foram depositar na economia do Continente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Um dos factores emergentes deste Plano para 1995, prende-se com a necessidade de manter-se em andamento a máquina administrativa, no sentido de assegurar o funcionamento da Região Autónoma.

Permite, igualmente, manter alguns projectos e perspectivar o lançamento de outros. É óbvio que todos gostaríamos de fazer mais por estas terras, ao nível de outras paragens, onde problemas como a melhoria do abastecimento de água, a introdução do saneamento básico, a educação, saúde e cultura, há muito que giram qual máquina bem oleada em outros países.

Convinhamos, nestes 18 anos de experiência de auto-governo dos Açores, muito tem sido feito. Foi preciso dotar as nossa ilhas de infraestruturas para que os nossos concidadãos não continuassem a carregar sobre os ombros séculos de resignação e de sacrifício, perante o abandono do poder central e o **ódio** - e digo bem - de alguns ordenamentos fascizantes do Estado Novo e que encontram no novo Portugal democrático sinais evidentes de retoma a uma filosofia social e política que não se coaduna com os ideias humanistas que perfilhamos, onde o respeito pela pessoa humana e pela vontade democraticamente expressa, são valores que não prostituímos. Mas não se pense que nos sentimos satisfeitos e felizes com esta desobriga anual, de trazer a esta Câmara mais um instrumento de actuação.

O que sentimos, é que estamos a lutar com redobrado esforço para que ultrapassemos estes acidentes de percurso que cerceiam a nossa capacidade de iniciativa.

Lutando contra as coisas que vão acontecendo e contra os espíritos dos que não nos querem compreender, vamos em frente desbravando as dificuldades que alguns teimam em atirar-nos ao caminho que pretendemos percorrer seguros da nossa vontade e dos nossos mais sagrados objectivos.

Ainda recentemente, essa figura ainda constitucional que dá pelo nome de Ministro da República, quem sabe se com cumplicidade de sectores do Governo Central, distribuiu uma "sinopse" da nossa situação económica.

Apresenta-nos quase como uns nababos, com uma qualidade de vida excelente, com um poder de compra fora de série e com índices de conforto invejáveis.

Mal empregado esses seres que têm cifrões no coração não terem feito esse estudo em 24 de Abril de 1974, ou há 50 anos, quando se morria de fome e de doença dado o isolamento em que nos obrigaram a viver.

Estupidamente, tentaram sobrevalorizar a nossa existência, procurando dar argumentos aos que contam os escudos das transferências da República, limitando os nossos recursos e esquecendo que esses números minuciosamente procurados nos indicadores da nossa vida colectiva, constituem, por si só, um dos maiores elogios que alguma vez nos fizeram: afinal temos trabalhado bem ao serviço do povo dos Açores.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eles próprios, no seu desvario economicista, reconhecem que estamos bem e que o Governo dos Açores tem feito um bom trabalho. Deve doer-lhes essas realidades, fruto de um trabalho sério e sempre com o objectivo de melhorar a vida da nossa gente e desenvolver as nossas ilhas.

Como também deve doer-lhes, o facto, do Tribunal de Contas considerar que a Região Autónoma dos Açores é a que apresenta melhores condições de entre as contas apresentadas pelo Governo da República e pela Região Autónoma da Madeira. Temos crédito. Somos honestos. Honramos os nossos compromissos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Há dias, uma conceituada figura pública nacional, numa análise feita ao actual estado da economia portuguesa e à cornucópia dos dinheiros comunitários que têm sido despejados do nosso país, dizia que "só se pode rentabilizar o dinheiro se se dispuser de estruturas, de rentabilidade empresarial, de gente activa e empreendedora e de uma classe produtiva com conhecimentos e iniciativa. Doutro modo, a afluência de dinheiro, só gerará angústias, traumas e frustrações. E é isto que se está a passar com os dinheiros da Europa.

Desaparecem como água que se infiltra na areia sem deixar vestígios.

Consumem-se, sem se proporcionarem a consolidação de estruturas produtivas, capazes de garantir o futuro" - fim de citação.

Embora estejamos longe desta situação, temos de estar atentos aos sinais de euforia balofa, sem correspondência no terreno e que grassa no resto do nosso país.

Por cá, temos rentabilizado os fundos comunitários e temos mantido um ritmo de crescimento assinalável sem que tenhamos ainda alcançado um patamar seguro, com envolvimento de todos os nossos concidadãos que têm de despertar urgentemente, para o "day after" do fim dos incentivos comunitários.

Mas vamos no bom caminho. E havemos de lá chegar.

Pela nossa parte, continuamos fiéis aos princípios do Plano a Médio Prazo, onde se integra este Plano e Orçamento para 1995:

- Decidir nos Açores o que diz respeito aos Açores e aos açorianos;
- Abrir a sociedade açoriana ao mundo e realizar reformas em estabilidade e em segurança;
- Apostar nos açorianos e nas suas capacidades realizadoras;
- Encontrar novas formas de solidariedade nacional e europeia;
- Desenvolver um projecto de solidariedade, de unidade e de afirmação da identidade regional;
- Projectar os Açores no mundo, com especial destaque nas comunidades açorianas emigradas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ninguém vence uma batalha se no íntimo do seu pensamento não está consciente e determinado; se admite que pode tornear o essencial com o facto consumado do acessório; se concede no adiamento do prioritário e se embarca na espera emoliente dos adversários desse seu objectivo.

Tenho esperança - todos devemos ter esperança - na capacidade dos Açores e dos açorianos para cumprirem esse sonho de séculos feito realidade hoje.

Com adversidades, ataques, oposições, incompreensões, descrenças e azedumes, vamos para a frente.

E temos força para não confundir os erros, as insatisfações e as contestações do presente, com pessimismo ou cepticismo.

A perfeição não é deste mundo, mas continuamos num tempo de esperança.

Sabemos o que queremos e porque o queremos. Temos todas as condições para continuar a mudar a face dos Açores.

E apesar de não vermos contempladas algumas obras e acções que nos pareciam essenciais, aceitamos outras prioridades, porque o que realmente interessa está acima de tudo e de todos:

O serviço aos Açorianos! O serviço aos Açores!

Muito obrigado!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço, voltaremos a reunir às 15 horas para prosseguirmos com os mesmos.

Boa tarde e muito obrigado.

(Eram 13.05 horas)

Presidente: Srs Deputados, muito boa tarde. Agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 15.20 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Discutir um Plano Regional e o seu respectivo Orçamento é sempre uma tarefa difícil que exige de todos os senhores deputados uma postura responsável e orientada para a solidariedade regional.

Por esse facto, os diplomas em apreciação deverão ser conscientemente analisados e só votados, favoravelmente, quando estejam expressas as possíveis e justas pretensões de quem aqui, com toda a legitimidade, representamos. Saibamos cumprir esta nobre missão!

Neste pressuposto julgo que prestamos um bom serviço ao povo desta Região se efectivamente conseguirmos rectificar os diplomas que nos apresentou o Governo e

para os quais, possivelmente, irei, também, apresentar algumas propostas de alteração.

Espero que os senhores deputados não deixem escapar esta oportunidade para, no local certo, manifestarem a sua solidariedade e vontade de servir a quem aqui vos colocou com o seu voto. Assim, apelo ao bom senso das bancadas parlamentares, para uma maior justiça na distribuição do bolo regional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Os jorgenses, são de longe, os açorianos mais prejudicados com as intenções do Governo para o ano de 1995.

Nas Propostas do Plano e Orçamento para o próximo ano só constam 780 mil contos, dos quais, cerca de 200 mil são para pagar facturas atrasadas, algumas reportando-se ainda ao ano de 1992. Possivelmente, estão também aqui incluídas as despesas realizadas, nesse ano, com contratos meramente eleitoralistas, como é o caso da variante entre Manadas e Urzelina, obra acabada pouco antes das últimas eleições para a Assembleia Legislativa Regional a troco de dezenas de milhares de contos, (segundo informação que chegou ao meu conhecimento por personagens ligadas a este processo).

Infelizmente, os objectivos eleitorais do P.S.D. têm contribuído, sobremaneira, para atrasos e/ou inviabilização de outras realizações muito desejadas pelos açorianos.

Esta afirmação tem suporte nas obras, menos prioritárias, que já foram executadas pelo Governo, algumas das quais, sem cobertura orçamental e por conseguinte sem o "visto" desta Assembleia. Atitudes deste género, para além de evidenciarem um claro desrespeito pelo Primeiro Órgão da Autonomia, apontam para irregularidades que são manifestamente graves.

À conta das obras já realizadas e nunca inscritas nos planos regionais e de outras que, segundo nos consta, foram antecipadas para a véspera de eleições, à custa de prémios financeiros, facilmente nos apercebemos de que este Governo está a pagar centenas de milhares de contos de juros, referente à respectiva facturação.

Estou de acordo que o Executivo Regional satisfaça o pagamento dos juros respeitantes às facturas que estão em tal situação. Não aceito é que tenha realizado investimentos inoportunos para uma Região em difícil situação financeira.

Perante factos consumados, resta-me, nesta hora de debate, indignar-me contra a forma como está programado o presente Plano e Orçamento, que esquece sobremaneira a Ilha de São Jorge.

Não aceito que sejam os jorgenses a pagar a maior factura das "leviandades" cometidas em ano de eleições, citando, a título de exemplo, o célebre "Monumento da Autonomia" que custou centenas de milhares de contos, importância bastante superior ao orçamento da malfadada "Empreitada em betão betuminoso entre Velas/Nortes e Ramal para a Calheta", que não obstante o facto de ter sido inscrita no Programa Nacional de Interesse Comunitário-Açores, do Governo ter inclusivamente pedido autorização a esta Assembleia para contrair um empréstimo no Banco Europeu de Investimento, com vista a satisfazer o seu compromisso com as obras do supracitado programa e de haver sérios indícios de ter vindo dinheiro da União Europeia para a acima referida empreitada de pavimentação, acontece que continua esquecida neste Plano. Até parece que este Governo se perdeu na sua contabilidade.

Querem ver que até tiveram o descaramento de apresentar em publicações, totalmente da sua responsabilidade, a realização da acima referida pavimentação, quando esta na realidade aguarda melhores dias para ser executada? Isto é o cúmulo do absurdo!

Então este Governo não sabe o que fez e o que deveria ter feito?!

Pelos vistos, a obra foi executada em termos orçamentais e a sua realização física aconteceu numa outra parcela da Região. Até fico na dúvida se à conta do supra desejado investimento, os jorgenses não serão os maiores accionistas do "Monumento da Autonomia".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vou aproveitar os poucos minutos que me restam para incidir a parte final da minha intervenção sobre outros sectores do Plano em apreciação, e no que concerne à tão esquecida Ilha de São Jorge.

Assim começando pela Agricultura, que é de longe a principal actividade dos jorgenses, este Plano, apresenta para caminhos rurais e abastecimento de água, respectivamente 3 500 contos e 14 200 contos. Com tão pouca dotação orçamental, teremos mais um ano sem rompimento de novos caminhos, e esta zona, que é a única

demarcada na Região, continuará a aguardar sem se saber até quando o imprescindível abastecimento de água às explorações agrícolas.

Quanto ao apoio por parte do Governo na criação do fundo de maneio às cooperativas, o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, continua a dizer que ainda está em fase de estudo. Sempre a mesma resposta durante dois anos!

Relativamente às pescas, as promessas de planos anteriores já foram esquecidas. O cais do Norte Grande passa (a coberto do novo estatuto) para a Câmara e a construção da lota, neste porto, e no da Urzelina será para um dia, que ainda não se sabe quando.

Em matéria que diga respeito à juventude, apresentam-nos 1500 contos para o apoio a jovens empresários, e 3 000 contos para financiar a habitação destinada a este grupo etário. Fica claramente demonstrado que os jovens dependentes de tais importâncias não terão qualquer realização ao nível empresarial e os que ainda não têm casa continuarão à espera que a sorte lhes bata à porta para realizarem um dos seus maiores sonhos.

Ao nível de estradas confrontamo-nos com 150 000 contos para liquidar mais uma factura atrasada da construção da variante entre Manadas e Urzelina, e 100 000 contos para a E.R. 2-2ª Ribeira Seca/Topo.

A E.R.1-2ª entre Velas/Nortes e Calheta, como acima disse, continua esquecida e a ligação da Canada do Cruzeiro à Estrada Regional não está mencionada nas verbas desagregadas.

Quanto ao porto da Calheta, aparece a irrisória quantia de 5 000 contos que serão, possivelmente, para substituir as lâmpadas e não para as esperadas obras de beneficiação.

No que diz respeito a construções escolares, este Plano não contempla nada para São Jorge, pelo que continuarão muitas crianças do 1º ciclo do ensino básico a assistir às aulas com chuva a cair-lhes em cima e pior do que isso, algumas vivem na iminência de serem atingidas por um bocado de estuque ou inclusivamente com a própria cobertura do edifício. Eu próprio, Sr. Presidente, testemunho este estado de coisas.

Conheço, inclusivamente, o caso de uma escola com espeques improvisados para suporte da respectiva cobertura, o que é gravíssimo para uma Região altamente penalizada por intempéries e tremores de terra.

Acham os Senhores Membros do Governo que este exemplo é pedagógico e que deve ser ensaiado nas escolas com crianças que lá vão aprender?

Ilustres Senhores, a nossa responsabilidade jamais poderá consentir tal estado de coisas!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Por indisponibilidade de tempo do meu Grupo Parlamentar não posso continuar a citar as mil e uma promessas feitas aos jorgenses por este e pelos anteriores Governos Regionais e que continuam nas gavetas dos Senhores Secretários Regionais.

Contudo, digo-vos que os jorgenses não estarão, certamente, dispostos a votar, indefinidamente, num partido que através do seu Governo os trate assim.

Disse.

Muito obrigado.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Não tem sido assim!

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Brasil pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Brasil (PSD): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Eu precisava que o Sr deputado me esclarecesse, ou seja, quais são as escolas que o Senhor Deputado conhece em São Jorge com o estuque a cair em cima da cabeça dos alunos?

Quanto à questão do porto do Norte Grande, como V. Ex.^a muito bem sabe, é um porto de recreio e não um porto de pesca, uma vez que não tem lota nem tem pescadores matriculados. Não sei se V. Ex.^a sabe desse caso?

Gostava que V. Ex.^a me esclarecesse estes assuntos para não fazer um retrato miserabilista de São Jorge conforme o fez aí.

Quanto ainda à Canada do Cruzeiro, gostaria de informá-lo que se for ao Diário da Região vai ver que num dos penúltimos Conselhos do Governo, o problema foi

encaminhado para quem de direito, uma vez que não há uma solução entre os utentes da propriedade ou os proprietários e os expropriadores, neste caso, o Governo Regional.

A expropriação terá que ser seguida - declarada de utilidade pública - através das vias competentes.

Estamos nessa fase e sem que ela siga os seus trâmites legais, neste momento terão que ser os Tribunais a ditá-lo. Como V. Ex.^a muito bem sabe, teremos que esperar por isso.

Uma vez concluído, a Canada do Cruzeiro vai ter solução e tanto quanto eu sei não é pelo empenho do Partido Socialista nem de V. Ex.^a que esta solução tenha sido tomada. Tem sido pelo nosso empenho e pelo empenho dos utentes da Canada do Cruzeiro.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila para prestar esclarecimentos.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Se não fosse um assunto que levantou aqui, eu com certeza não iria intervir porque o meu colega Manuel Brasil já frisou o resto.

De qualquer forma vou frisar o assunto sobre o Porto da Calheta.

Sr. Deputado, eu penso que tanto V. Ex.^a como nós do partido Social Democrata e a população de São Jorge, já tinham entendido de uma vez por todas que o Porto da Calheta teria que ser assim:

Primeiro, os estudos para para ver o que é que se deve fazer no Porto da Calheta;

Em seguida, fazer o projecto e estudar o mesmo com todas as pessoas de São Jorge, inclusivamente os pescadores para ver a melhor solução dos estudos que foram realizados;

Depois disso, aí sim, no próximo Plano (ou no Plano de 96, 97, 98, quando estiver pronto) fazermos,...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Daqui a 20 anos dá tempo bastante!

O Orador: ... porque aquele porto já "nasceu torto" desde o início. Não foi de agora, foi antes de nós termos nascido, Sr. Deputado.

Depois fez-se o que se fez, o que para nós e para si foi mal feito e isto tudo porque se andou a correr.

Agora que queremos andar com as coisas com calma e como devem ser, V. Ex.^a vem criticar.

De uma vez por todas, Sr. Deputado, decida-se o que é que deseja!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é óbvio, eu vou responder em primeiro lugar ao Sr. Deputado Manuel Brasil, mas antes que lhe dê respostas, tenho muita honra em lhe formular este convite, ou seja, convidá-lo a visitar as escolas primárias do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de São Jorge. Tenho muita honra em visitá-las acompanhado do Sr. Deputado Manuel Brasil.

Para sua informação, visite a Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico da Calheta e verá em que condições estão os tectos, pois estuques estão a cair.

Se for à Ribeira Seca vai ver uma escola com espeques a aguentarem a cobertura, o que é extremamente grave para uma zona sísmica...

Deputado Rui Pedro Ávila: Isso não é nada!

O Orador: ... e que poderá efectivamente criar uma situação gravíssima e oxalá que isso nunca aconteça.

Relativamente ao Porto do Norte Grande, aconselho o Sr. Deputado a ler os Planos do Governo Regional dos anos anteriores e lá verá que estão programado melhoramentos no Porto do Norte Grande e a construção da lota.

Portanto, é o próprio Governo que programou, porque o considera um porto de pesca que é o único da costa norte da Ilha de São Jorge e que poderá prestar um apoio extraordinário aos pescadores daquela ilha, porque não têm outro sítio naquela costa a que recorram, senão aquele que tem péssimas condições.

Relativamente ao Porto da Calheta, Sr. Deputado Manuel Gil Ávila, desculpe que lhe diga, mas lá fora o Senhor diz uma coisa e quando entra cá para dentro diz outra!

O senhor deputado **manifestou-se publicamente**, dizendo que **estava contra** a verba irrisória que este Governo atribuiu ao Porto da Calheta. Está a perceber?!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Também li, também li!

O Orador: Então não percebo como é que tem dois pesos e duas medidas!

E diga-me, Sr. Deputado Manuel Gil Ávila: acha que com 5 mil contos se faz alguma coisa no Porto da Calheta, mesmo em termos de estudo?

Eu sinceramente, suponho que isso será simplesmente para dizer que está lá o Porto da Calheta!

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila para dar um esclarecimento.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lopes:

Em primeiro lugar, eu desejava saber onde é que eu disse que estava contra aquilo que V. Ex.^a acabou de afirmar.

"Lá fora", o sítio é grande. Tem que se dizer as coisas pelos seus nomes.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Foi na Comunicação Social.

O Orador: Essa história do "lá fora diz" , " o senhor disse e quando se vem aprovar as coisas V. Ex.^a nunca diz as coisas como disse", já é conhecida.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Deputado Jorge Cabral (PSD): Vocês estão nervosos!

O Orador: O que eu disse e repito - V. Ex.^a não me consegue enervar ainda, já tenho muitos aninhos - foi que nós não queremos que se cometam os mesmos erros que já se cometeram antigamente, a fazer uma obra de qualquer forma e feitio.

Sr. Deputado, nós, os Deputados do Partido Social Democrata de São Jorge, também somos Deputados Regionais acima de tudo.

Nós não precisamos de pôr lá no Porto da Calheta, neste momento, 100 ou 200 mil contos, sabendo de antemão que em 95 aquele porto não vai ser feito!

Isso é que é demagogia, isto é, querer colocar verbas em algumas obras, sabendo-se à partida que elas não vão ser feitas.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Brasil pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Brasil (PSD): Para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava de dar mais um esclarecimento ao Sr. Deputado António Lopes.

É com muito prazer que eu vou correr as escolas de São Jorge consigo.

Deputado António Gomes (PS): Com muito gosto.

O Orador: Eu não sofro de doença nenhuma por andar acompanhado por um elemento da oposição, até porque o considero um bom rapaz.

Agora uma coisa quero-lhe dizer, ou seja, para começar, as escolas não estão dessa maneira e é preciso que isso fique aqui esclarecido.

Por outro lado, mesmo que as escolas estivessem nessas condições, as escolas que V. Ex.^a mencionou, não são pertencentes às Câmaras.

Em relação ao Porto do Norte Grande, é verdade que existem estudos feitos sobre este porto e que a seu tempo, quando houver disponibilidade financeira, eles poderão ser executados. Só que neste momento, dadas as condições que existem no aspecto financeiro, e todos nós sabemos que o porto não tem praticamente movimento nenhum de pescas, estarmos a empregar ali milhares de contos não está certo, há prioridades.

O que nós pretendemos em São Jorge como para os Açores, é resolver primeiro as prioridades e não resolver fantasias e problemas para a satisfação de um ou dois.

O que nós pretendemos é resolver problemas que satisfaçam a grande maioria da nossa população e não satisfaçam a população do Sr. Deputado ou de outro qualquer deputado do Partido Socialista. Entenda isto de uma vez por todas.

As prioridades dos Açores são aquelas que beneficiam mais gente e não aquelas que beneficiam "um padrinho" ou "um compadre". Nisso eu não alinho!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu infelizmente não me vou alongar por muito mais tempo, porque ele terá que ser devidamente gerido.

Subsecretário da Comunicação Social (Joaquim Machado): Vocês nem sabem gerir o tempo!

O Orador: Mas quero responder telegraficamente ao Sr. Deputado Manuel Brasil o seguinte: se tivesse os seus filhos nalgumas escolas que eu conheço no Concelho da Calheta, naturalmente que não falava dessa maneira, nem ia dizer que nós não estávamos aqui a defender os interesses do povo desta Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil para prestar mais esclarecimentos.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho um filho com 18 anos e uma filha com 15 anos.

Hoje o meu filho já está na Universidade, felizmente, e a minha filha ainda continua na Escola Secundária da Horta...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ah, mas é na Horta!

O Orador: Calma Sr. Deputado, eu já dou a resposta por completo.

A minha filha está na Escola Secundária da Horta e o meu filho fez a primária toda na Horta,...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Um Deputado de São Jorge que mora no Faial!

O Orador: ...mas fê-la numa escola da Horta bem conhecida de toda a gente e que era muito pior que as escolas que temos hoje em São Jorge a leccionar a primária.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto se o Sr. Deputado Francisco de Sousa tem dúvidas, está aí a dizer "muito bem", eu levo-o à escola onde o meu filho andou.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Segunda-feira estive lá!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Morar no Faial é uma regalia, não é nenhum defeito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques para prestar esclarecimentos.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu por acaso tenho um filho no Concelho na Calheta e por isso gostaria de esclarecer a Câmara que o meu colega António Gomes virou dramaturgo. Não é assim tão mau quanto isso.

Nós queríamos melhor. Todos nós queríamos!

Mais um esclarecimento: ele distribuiu uma informação do PS por São Jorge, a todos os domicílios - isto é só para esclarecer que parece que ele ultimamente não tem sido muito preciso - a qual passo a citar: "São Jorge tocou-lhe 700 mil contos".

O que eu vou dizer quando lá chegar é que o nosso Grupo Parlamentar, os 3 deputados de São Jorge, conseguimos 80 mil contos.

Muito obrigado.

Deputado António Gomes (PS): Isso são contratos ARAAL!

Contabilize o que tem a ver com Governo!

Deputado Manuel Serpa (PS): E não passou pela Comissão?!

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Não foi preciso ir à Comissão. Está aqui.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A discussão do Plano e Orçamento do Governo arrasta consigo mesmo, o debate sobre a vida política da Região.

É sabido que todos querem mais disponibilidades financeiras para afectar a outros investimentos de cada uma das nove ilhas e também é sabido que todos desejam conter o crescimento da dívida, princípios que representam vias distintas, que não se encontram e por isso difíceis ou impossíveis de conciliar.

Eu, como deputado eleito por uma ilha, que sempre soube esperar para dar lugar às ilhas que mais carências apresentavam, também quero mais investimento, quero mais recursos, quero maior celeridade na execução de projectos sociais, culturais e económicos.

Mas, analisando a conjuntura, tenho de reconhecer que não podemos dar o passo maior do que a perna, sob pena de não atingirmos os nossos objectivos.

As declarações públicas dos partidos da oposição sobre o Plano e Orçamento têm sido farisaicas e hipócritas, porque querem tudo ao mesmo tempo - mais investimento público, menos intervenção do Governo, mais contenção nos empréstimos, como que do "milagre das rosas" se tratasse.

É que o que a oposição pede, também gostaríamos...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Passa para aqui homem!

O Orador: ... de apresentar como proposta viável, mas encalhamos no problema dos problemas que é o das receitas da Região.

Deputado Duarte Pires (PS): E o das despesas?

O Orador: Este é que é o verdadeiro bico de obra do presente e do futuro que todos os açorianos têm de encarar com frontalidade e com verdade.

Os investimentos públicos feitos nas últimas duas décadas permitiram pôr a Região a flutuar, ou seja, criaram uma verdadeira Região fazendo com que os açorianos pudessem disfrutar de iguais oportunidades.

Porém, estes investimentos pouco acrescentaram às receitas da Região.

O último quadro comunitário permitiu injectar muito dinheiro na modernização e na criação de novas actividades económicas, mas a verdade é que alguns foram demasiado ambiciosos, outros não mediram os riscos, e hoje assistimos à agonia de muitos destes empreendimentos, com reflexos graves na economia global da Região, mormente no sector do emprego.

Acresce que, apesar de todo o investimento privado feito no âmbito do I Quadro Comunitário de Apoio, as nossas receitas não cresceram à taxa necessária para cobrir as necessidades da despesa.

A globalização das economias dificulta a determinação com clareza das receitas próprias da Região.

O Estado não tem cumprido as obrigações constitucionais de solidariedade para com a Região Autónoma dos Açores.

O tempo está a esgotar-se rapidamente e o Estado tem de dizer com clareza se assume o encargo de ter Regiões Autónomas, já que usufrui dos seus benefícios, ou então terá de arcar com as consequências futuras da sua persistente teimosia em não garantir as receitas necessárias para manter o Estado na Região.

Não estamos a mendigar ou esmolar nada, estamos a reclamar na postura do Estado para com a Região, que é tida por exemplo, nas Canárias ou na Córsega.

A definição do quadro legal das Receitas da Região tem "barba branca". Vem desde o início da implantação da Autonomia e até hoje, os governos do PS sózinhos, do PS com o CDS, do PS com o PSD, da AD e do PSD, não tiveram coragem política para resolver esta importante questão.

É o gosto pela tutela, é o exercício permanente do centralismo, é evitar o sucesso de outras formas de exercer o poder, que não sejam as do poder central.

Na demonstração da nossa razão e da justeza dos nossos princípios, os órgãos de governo próprio dos Açores têm estado sozinhos.

O Ministro da República está exclusivamente empenhado em demonstrar perante o poder central e os continentais, os encargos da autonomia, transformando os sucessos do desenvolvimento social e cultural num encargo excessivo, fazendo crer que não importa manter a Região emparceirada com os 2/3 dos continentais que têm níveis de conforto razoáveis, antes o que é preciso, no entender do Ministro da República, é

reduzir a qualidade de vida nos Açores e trazer o povo Açoriano para o patamar daquele terço que se encontra em condições precárias.

Só assim é que se entende, que o Ministro da República, tão lesto em fazer estudos e distribuí-los por tudo quanto é sítio, não se empenha na modernização dos serviços da Administração Central que ele coordena, e que são bem a imagem do desprezo e do desmazelo do Estado para com os seus serviços na Região.

Se não houvesse Autonomia e Governo próprio, os Açores e os Açorianos seriam tratados como estão a ser tratados os Serviços do Estado na Região.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Pela sua acção, o Ministro da República torna-se num simples agente de estudos...

Deputado Duarte Pires (PS): O Sr. vota no PS, por acaso?

O Orador: ... e informação que distribuí a esmo pelos corredores dos Ministérios e pelos labirintos da Assembleia da República, qual funcionário zeloso, imaginando a forma de melhor agradar os seus superiores.

Estamos entendidos quanto ao cargo e quanto às funções.

Mas, é preciso olhar em frente e do pouco fazer muito, administrando bem, envolvendo a sociedade civil e as comunidades locais em especial.

Há empreendimentos públicos em marcha, como sejam o Hospital do Divino Espírito Santo, os Centros de Saúde, em São Roque do Pico e Santa Maria que depois de concluídos e em funcionamento, garantirão a tranquilidade do sector da Saúde.

No campo escolar depois das ampliações das Escolas Canto da Maia, Antero Quental, Escola Preparatória de Angra do Heroísmo, e a entrada em funcionamento da Escola Secundária Vitorino Nemésio, espera-se a conclusão da Escola da Madalena do Pico.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isso é que está no Diário Regional!

O Orador: Compreende-se que quando as escolas atingem valores como 1,2 milhões de contos para a Vitorino Nemésio na Praia da Vitória e 800 mil contos na Madalena do Pico, não há dinheiro para fazer tudo ao mesmo tempo. Porém, não podemos deixar de reconhecer a necessidade da ampliação urgente da Escola Secundária da Ribeira Grande e da construção do seu parque desportivo. Os 100 mil contos consignados no Plano de 1995 marcam o início das obras a completar em 1996,

segundo os compromissos do Governo, mas é preciso arrancar em 1996 pelo menos com o Parque Desportivo, pois as obras são sempre morosas e, neste caso, nunca se farão em menos de 2 anos.

Os micaelenses são muito compreensivos e tolerantes e por isso mesmo, talvez, apenas de quando em vez, e de forma muito polida, lamentam o problema e a construção da Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

É deprimente o que se passa com aquela obra.

Tem de haver imaginação suficiente para ultrapassar o vexame que constitui, para todos nós, o projecto da Biblioteca Pública e recuperação do Colégio dos Jesuítas.

É uma obra comparticipada no I Quadro Comunitário de Apoio e praticamente é a única de vulto, que parou e não recomeçou.

As limitações de meios impõem opções. Se é verdade que 1/3 da nossa economia assenta na Pecuária e na Agricultura e neste sector as coisas estão equilibradas, também é verdade que não podemos esperar muito mais do sector primário, quer em emprego, quer em crescimento e contribuição para o P.I.B.. O sector atingiu, o que se pode dizer, a velocidade de cruzeiro.

Entendo, por isso, que o Governo tem de continuar a apostar como grande opção da sua política de desenvolvimento no Turismo.

O Plano do Turismo está ainda em debate público, mas há indicadores que permitem tomar opções desde já. Está constituído um grupo turístico na Região com alguma dimensão, criado à custa da concentração da capacidade hoteleira que existia, ou seja, por via das privatizações feitas pelo Governo.

Os meios financeiros que o Governo tem no Orçamento são parcos para as necessidades de apoio a este sector.

O SIFIT III não serve a estratégia de crescimento que se pretende para a Região e se o Governo quer de facto dinamizar este sector terá de dotá-lo com meios substancialmente maiores.

É um sector que merece mais cuidado, dinamismo e sobretudo incentivos aos empresários que estiverem dispostos a dar-lhe o seu contributo.

O Governo tem uma vertente humanista, resultante da social-democracia, que exige um grande esforço no campo da Habitação.

Há focos de pobreza que estão devidamente diagnosticados.

Há mesmo já um plano elaborado pela SRHOPTC para em conjunto com as Câmaras Municipais atacar o problema.

É urgente que o Instituto Nacional da Habitação e o IGAPHE aproveem os contratos que estão em seu poder e que levarão à construção de, pelo menos, 700 novos fogos para realojamento de famílias carenciadas.

Os terrenos estão quase todos disponíveis e estou certo que o arranque deste Programa terá implicações positivas para as famílias e para a economia.

Seria bastante relevante que neste ano Internacional da Família o arranque deste programa fosse um marco na Região a assinalar essa efeméride.

Era um contributo que ficaria além dos muitos debates e colóquios, sempre úteis, mas que se perderão no tempo.

É uma esperança que estamos certos, vai transformar-se em realidade!

Disse!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na prossecução das grandes linhas traçadas como orientações/padrão a ter sempre presentes na implementação do PMP 93/96, ou seja, o fortalecimento da economia, a valorização dos recursos humanos e a melhoria das condições de vida, a presente Proposta de Plano para 1995 surge-nos com 679.500 contos para a defesa e valorização do património e para a acção cultural, área que se situa sempre em relação essencial e indispensável com a essência do Homem que, aliás, só chega a um nível verdadeira e plenamente humano através do cultivo dos bens e valores naturais, ou seja, através da Cultura.

Numa Região rica neste âmbito, como a nossa, possuidora duma dinâmica e vitalidade que lhe possibilita, com poucos apoios, ter em funcionamento 98

filarmónicas, 81 grupos de folclore, 29 grupos de teatro, 42 escolas de música e de instrumentos de corda, 10 grupos de música popular e 11 coros, para não falarmos dos Institutos, Academias e outras Associações Culturais, que enriquecem o nosso quotidiano com a sua actividade, impõe-se continuar a investir no apoio não só à sua acção, como principalmente na FORMAÇÃO dos que nelas trabalham e nos seus potenciais continuadores tal como tem vindo a ser feito, por exemplo, no teatro, no folclore, na preparação de regentes musicais, no canto, no piano e órgão ou no jazz, de que cito, a título exemplificativo, a recente vinda até nós da Maria João e do Mário Laginha.

A temporada de concertos e exposições, com, de entre outros, um Gerhard Doderer, um Augustin Dumey, uma Maria João Pires ou um Antoine Cibertant Blanc, tem vindo também a animar o nosso panorama cultural, e acima de tudo a criar, nalguns casos, pontes, elos de ligação ou contactos privilegiados, que nos vão permitir, em colaboração com outras entidades, em 1995, tal como agora, em 1994, dar continuidade a iniciativas em boa hora encetadas. Não se descurou, nem se irá ter outro posicionamento, em relação a tudo quanto respeite aos incentivos que se prestam à realização dos festivais, das semanas culturais ou dos congressos. O 1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores que decorreu de 21 a 24 de Março, deste ano, foi um ponto alto na vida dos nossos museus, com todas as implicações que o seu melhor funcionamento tem na escola e na comunidade que servem e com quem têm de manter uma ligação muito estreita. A informatização e os inventários destas unidades, bem como das nossas Bibliotecas e Arquivos foi alvo de atenção e terão de continuar a ser dados passos importantes em tão vital âmbito de intervenção. Associando-nos às Comemorações do Ano Internacional da Família organizaremos, ainda neste ano, uma Exposição Bibliográfica e Documental, subordinada ao tema " A Família nos Açores" que é a 1ª iniciativa conjunta dos nossos Museus de Angra do Heroísmo, Horta e Carlos Machado mais as Bibliotecas Públicas e Arquivos dos Açores, devendo igualmente ainda em Dezembro, no âmbito da nossa actividade editorial dar-se à estampa uma Antologia de Textos de Autores Açorianos, intitulada " Pai a sua benção!". Pelo Natal sairá o primeiro CD com música executada em órgãos dos Açores por Gerhard Doderer e a Capela Lusitana.

Na impossibilidade de se avançar, como era nosso desejo e necessidade imperativa, pelas razões já amplamente divulgadas, com a continuação das obras no Colégio dos Jesuítas, arrancar-se-á já com obras na Casa Walter Bensaúde na Horta, e continuar-se-á a reconstrução do Convento de São Francisco e isto para só se destacarem obras de maior porte e envolvimento financeiro, pois ao Restauo de Fortes, Talhas e Órgãos, bem como à restante desagregação do plano de intervenção patrimonial, será dado todo o acompanhamento e apoio que tem vindo a ser efectuado pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Mas se é um facto que o Homem espera e busca, da tradição de culturas muito antigas e das diversas religiões, resposta para os recônditos enigmas da sua condição humana, parafraseando João Paulo II, no seu " Atravessar o Limiar da Esperança", não é menos verdade que as atenções generalizadas se centram no sector a quem hoje quase tudo se pede, seja para transmitir valores, seja para preparar recursos humanos, seja para afirmar a identidade pátria, ou seja, à EDUCAÇÃO, que é uma realidade humana de extraordinária amplitude e complexidade.

Nos nossos dias, mais do que nunca, tem de haver uma cooperação muito estreita entre pais, encarregados de educação e educadores/professores. As nossas crianças e jovens tornam-se adultos, neste final de século, num contexto económico, social, cultural e moral muito incerto e complexo, marcado pela crise de valores, pelo desmantelar da família nuclear, pela precariedade das coisas, face à constante inovação tecnológica, pelo consumismo mediaticamente propalado ao lado da violência gratuita, da sexualidade desregrada e pelos dramas da sida e da toxicoddependência.

A Escola só conseguirá responder a este desafio tremendo se aquilo que se lhe pede e exige se transformar num projecto colectivo que diga respeito a tudo e a todos e não só a alguns.

Tal como tem vindo a ser levado a cabo desde o início deste PMP, em 1993, a melhoria das condições de vida, neste caso concreto, do trabalho nos nossos estabelecimentos de educação e ensino, continuará a ser apanágio de todos quantos, em unísono, se debatem por promover o sucesso escolar. Muito embora não se possam fazer milagres com os 2.150.000 contos atribuídos às construções

escolares/equipamentos, uma coisa é certa, ou seja face à inviabilidade de se avançar, em simultâneo, com várias construções de raiz, com algum significado económico, urge continuar-se a modernizar e a ampliar a rede já em funcionamento, ao mesmo tempo que se mantém em andamento aquelas frentes, de maior fôlego, que não podem parar ou sofrer qualquer outro, abrandamento, sob risco da situação que já, hoje, só se controla com muito sacrifício, empenho, profissionalismo e vontade de bem fazer e de ajudar a ultrapassar a crise, do mesmo lado da barreira, vir a descambar na impossibilidade material e humana de se continuar a levar o barco a bom porto, se bem que com mar alterado.

Temos necessidade absoluta de avançarmos com o processo dos terrenos e com os projectos/programas funcionais das Escolas E-B-2/3+Ensino Artístico de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo ao mesmo tempo que há que dar continuidade, a ritmo muito diferente, à construção da Escola Geral, Básica e Secundária Cardeal Costa Nunes, na Madalena do Pico, que com a sua capacidade de resposta moderna e funcional para 900 alunos (30 turmas), se impõe que entre em funcionamento no final deste PMP. É bom que tenhamos presente que as projecções apontam para que os actuais cerca de 500 alunos do Concelho sejam 750, em 99, ou seja, junto à transição do milénio, a manterem-se os actuais indicadores estatísticos.

À semelhança do que foi implementado nestes últimos tempos com as grandes intervenções nas Escolas Gerais, Básicas e Secundárias Jerónimo Emiliano de Andrade e Antero de Quental e nas E-B-2/3 Canto da Maia e de Angra do Heroísmo que tão bons reflexos tiveram no arranque do ano lectivo, ao disponibilizarem 45 novas salas de aulas, 19 das quais modernos laboratórios de custo global aproximado de 20.000 contos cada, salas de grandes grupos e de Educação Visual e Tecnológica mais toda a gama de equipamento educativo, de material didáctico (69.000 contos), de mobiliário (58.000 contos), de material reprográfico (31.000 contos), de material informático (26.000 contos), mais de material de cozinha, buffet, laboratorial, etc, orçado tudo em cerca de 200.000 contos, que tem vindo a ser entregue e instalado nos nossos estabelecimentos de educação e ensino, fruto das aquisições feitas ao longo do ano, em curso, em 1995 avançar-se-á para a primeira fase da ampliação da Escola Geral Básica e Secundária da Ribeira Grande e da E-B-2/3 Gaspar Frutuoso e para a

continuação do reequipamento dos Ensinos Básico e Secundário, no montante de 200.000 contos, 50.000 dos quais para o apetrechamento das oficinas destinadas aos cursos tecnológicos da Escola Geral Básica e Secundária Vitorino Nemésio.

Dos 1.950.000 contos a consignarem-se à Universidade dos Açores, em 1995, 445.000 contos mais 50.000 contos para Construção/Equipamentos, atesta bem da abertura, do empenho e preocupação que o Governo Regional tem manifestado em relação ao Ensino Superior e às obras dos seus três Pólos. O Edifício de Ciências Humanas, a Reitoria, o Departamento de Geo-Ciências, mais os Pólos da Terra Chã e da Horta, serão ainda abrangidos por verbas do ORAA, no próximo ano de 1995, a partir do qual a Universidade dos Açores já poderá usufruir do financiamento do PRODEP, à semelhança das restantes Universidades do País, devendo todas as suas despesas de funcionamento e dos Serviços Sociais já serem contempladas pelo Orçamento do Ministério da Educação.

Emancipa-se assim a nossa Universidade, pondo-se fim a uma situação de flagrante desigualdade, bastas vezes denunciada pelas autoridades universitárias dos Açores, não obstante todo o esforço e carinho com que sempre se procurou equacionar os seus problemas. Nunca tendo sido uma competência transferida, o seu mero financiamento pelo ORAA, não só impedia o seu acesso ao PRODEP, como limitava, por exemplo, as competências autorizadas do seu Reitor e a sua intervenção directa em matéria de investimento.

Destinando-se o remanescente das verbas, de que estamos a falar, à regularização financeira de obras, entretanto já concluídas e em funcionamento na Rede, cabe aos milhares de contos do Orçamento para a EDUCAÇÃO, em matéria de despesas com o "manter da máquina a laborar", assegurar a continuidade e as inovações que ocorrerão na mesma.

Dos cerca de 66 milhões de contos de despesa global, para 1995, mais de 40 milhões vão para a EDUCAÇÃO e para a SAÚDE.

Sras. e Srs. Deputados:

No funcionamento da rede, não obstante termos plena consciência da sobreocupação de algumas das nossa maiores escolas, da ausência deste ou daquele equipamento ou material que tanto jeito daria ter à mão, das faltas de pessoal docente, auxiliar ou

administrativo, que ora aqui, ora ali, criam situações que tanto nos preocupam, enquanto não solucionadas, e, convenhamos que algumas cujo sanar nos ultrapassa completamente, nos tempos que correm, pelas razões que todos conhecem, e a que só, no tempo, a livre vontade de escolha das profissões dos nossos concidadãos e outros meios de apoio, poderão levar a um "volte face", o exemplo dado pelos pais e pelas Autarquias de São Jorge, em ligação estreita com as Escolas e a Direcção Regional da Educação para o arranque do ensino complementar nas Velas e na Calheta, é matéria que nos deve levar a todos à mais profunda reflexão. Quando há sintonia, união de esforços, chega-se onde se quer!

É dessa mesma comunhão de vontades de bem fazer, de partilha, de busca constante do que se tem, que bastas vezes não é tão pouco como alguns querem fazer crer, para se disponibilizar, para se colocar ao serviço de projectos colectivos que são os nossos Planos de Escola, em que dão as mãos aos pais, alunos, professores, auxiliares de educação educativa, Direcções e Delegações Escolares, Apoio Técnico Sistemático e Direcção Regional de Educação, que brotam, tantas e tão significativas iniciativas que animaram, vivificaram e vão continuar a estar actantes, em 1995, nos nossos estabelecimentos de educação e ensino, tanto nas Actividades de Complemento Curricular como na Área Escola.

Sras. e Srs. Deputados:

À crítica soez, mesquinha, de que nada se faz, que se estagnou, que está tudo mal, que não sabemos para onde vamos parar por este andar (permitam-me um aparte - esta deve ser devido ao desnorte, ao andar à deriva, ao não se terem conseguido até agora encontrar, que tem sido apanágio dos nossos costumeiros arautos da desgraça, que, felizmente o nosso povo topa à distância) dizemos alto e bom som, NÃO É VERDADE!

Já são 106 os clubes que temos na Rede - Europeus, desportivos, de vídeo, fotografia, informática, filatelia, rádio, cantares, ludoteca, jornalismo, etc, etc. Concursos foram mais que muitos, uma autêntica roda viva, que animou as "hostes", passe o termo, como os de Videogramas e Sequências AudioVisuais, Contos e Cantos, Europa em Jogo, Banda Desenhada, Escola e Família, Infante 94, que deram frutos tão significativos e motivantes como, por exemplo, a Caderneta de Cromos -

MaravILHAS DOS AÇORES, ou levaram a prémios como o de Manuel António de Vasconcelos cuja cerimónia de atribuição, para os melhores trabalhos em banda desenhada, alguns deles que nos deixam simplesmente maravilhados, ocorrerá em data a divulgar.

Dizem alguns que nada se faz na Escola para preservar e cultivar os nossos valores locais, o cerne da nossa Autonomia, da nossa identidade cultural, motivando e levando os jovens a respeitá-los, conhecê-los, amá-los e vivê-los! NÃO É VERDADE!

Que dizer ao envio dos Hinos Nacional e Regional gravados em cassete, das Bandeiras e folhetos explicativos, dos projectos pedagógicos na área da culinária açoriana, do traje, dos artistas, da Autonomia, do Baú de Jogos Tradicionais, do coleccionismo sobre temas locais, etc, etc!

Outros vociferam que o insucesso escolar (porque os alunos não sabem nada, porque os professores não ensinam "patavina") aumenta a olhos vistos! NÃO É VERDADE!

Se, pontualmente, a Matemática, o Português e as Línguas Estrangeiras, aliás à semelhança do que se passa no Continente, na União Europeia, ou nos EUA, e isto sem que o mal dos outros nos sirva de conforto, apresentam indicadores preocupantes, que nos têm levado, um pouco como por toda a parte, a tomar medidas de remediação excepcionais, para quê todo este agredir gratuito generalizado, com comparações terceiro-mundistas, perfeitamente injustas e descabidas, quando comparados os Sistemas de Ensino, em questão, e as oportunidades e condições em jogo? Será masoquismo? Gosto pela auto-flagelação? Ou será, pura e simplesmente, atirar areia para os olhos das pessoas, procurando confundi-las?

Os números falam por si e isto só para citar alguns : Prosseguimento de estudos - acima de 90% dos vários ciclos do Básico ao Secundário; aumento da Educação Pré-Escolar - 91.3% das nossas freguesias abrangidas; taxa de aprovação no 1º Ciclo/Primário - passou de 50%, em 1982, para 83.6%, em 1993; 2º Ciclo/Preparatório - de 69% para 90% ; 3º Ciclo/Unificado - de 61.5% para 84.5%; Secundário - de 34% para 65.5% (reparem só no 11º ano passou de 31% para 74.2%!).

Voltam à carga os "São Tomés", os incrédulos, os homens de pouca fé, que Nosso Senhor Jesus Cristo disse ...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não se deve invocar o Santo nome de Deus em vão!

O Orador: ...que sempre tínhamos connosco, tal como os pobres, infelizmente, até ao fim dos séculos, clamando que tudo é falso, que tudo é construído! NÃO É VERDADE!

É de pasmar para não se dizer outra coisa! Mas então o que é que fazem os nossos professores? Como é que passam o tempo os nossos alunos? Não continuamos a ter bons profissionais, bons engenheiros, bons técnicos, bons médicos, bons operários? Será que esta nova geração é "rasca", medíocre, menos dotada do que as que a precederam? Mas então como é que em confronto com jovens de outras Regiões, os nossos rapazes e raparigas, não nos deixam ficar mal, antes pelo contrário, têm afirmado e defendido o nome da Região, na EDUCAÇÃO na CULTURA e no DESPORTO? Será milagre? Será acaso? Ou, simplesmente, porque é que, humildemente, com o espírito de verdade, não se admite que o panorama, apesar de haver muitas coisas que ainda estão menos bem, apesar de haver muito ainda por fazer, está, francamente, melhor do que há alguns escassos anos atrás?

Hoje vamos buscar de táxi ou de autocarro os meninos a casa, lutamos por esbater as diferenças económicas, sociais e culturais, damos livros e material de graça, fatos de treino, sapatilhas, capas e botas de água, óculos, próteses auditivas, leite, merendas enriquecidas, etc, etc.

Sabem, Senhoras e Senhores Deputados, com o alargamento de benefícios, em correspondência ao aumento da escolaridade para nove anos (daqui a dias irá para doze!), por exemplo, quanto leite, felizmente note se bem, se está a distribuir gratuitamente? - 800.000 litros/ano!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ainda bem!

O Orador: Calculam, Senhoras e Senhores Deputados de 89 para 93/94, que acréscimos esta política de se procurar fazer mais e melhor nos está a trazer? - Ora vejam:- em matéria de refeições/ano, nas cantinas das escolas, passámos de 606.360 para 1.243.598!; transportávamos em 89, 11.291 alunos - em 94 transportamos

16.284!; os custos de transporte passaram só de 277.800 contos para os mais de 900.000 contos que vamos ter de suportar agora em 95!;...

Deputado Duarte Pires (PS): Estão pagos ou estarão por pagar?

O Orador: ... se juntarmos a isto seguros escolares, alojamento, portes dos manuais escolares e outras coisas que as Senhoras e Senhores Deputados bem sabem, verificamos que de 89 para 94, só este apoio do FRASE (Fundo Regional da Acção Social Escolar) aos alunos passou de 455.750 contos para 1.186.134 contos!

E, no entanto, persiste a crítica miserabilista, qual coro de tragédia grega, no alardear, aos quatro ventos, que não há apoios, que não se faz nada na compensação educativa, que o melhor é passar os alunos (permitam-me o aparte ainda bem que o profissionalismo dos nossos funcionários e agentes os levou a não embarcarem neste tentador facilitismo), que não há material nas escolas! NÃO É VERDADE!

A verdade é que, infelizmente, não há é tudo quanto gostaríamos que houvesse, e que reconhecemos que, nalguns casos é preciso. Agora deixemo-nos mas é de demagogias! Tem-se gasto e vão continuar-se a dispender, em 1995, milhares de contos em materiais, no subsídio de fixação dos docentes, no pagamento de horas extraordinárias para o apoio pedagógico acrescido de compensação educativa (por exemplo, só a Direcção Escolar de Ponta Delgada gastou em apoios ao 1º Ciclo/Primário 32.000 contos em horas extraordinárias!)

Na FORMAÇÃO dos funcionários e agentes de ensino (professores incluídos) milhares de contos foram investidos com apoio do FSE(Fundo Social Europeu) na formação contínua, integrada e em serviço, das didácticas específicas às metodologias, ao atendimento público ou à qualidade e manuseamento dos bens alimentares .

E quanto ao ENSINO ESPECIAL, que tanto nos preocupa, onde colocamos uma atenção e um cuidado inquestionáveis, é duro de se ouvir, para todos quanto lutam nesta área, que é só marasmo, que a demissão é total, que parece estar ao abandono! NÃO É VERDADE!

Aqui o problema é que "a Messe é grande e os trabalhadores e os meios especiais não abundam!". Mesmo assim passámos de 93/94 para 94/95 dos cerca de 900 alunos apoiados nas Escolas de Ensino Especial, Equipas de Educação Especial ou

integrados na Rede, para cerca de 1030, apesar da falta de professores do 1º Ciclo (Ensino Primário) de 114 para 128 no que toca ao número de docentes em dedicação exclusiva, para apoio, aos nossos alunos com necessidades educativas especiais. Para eles e para as suas famílias há sempre uma quota parte de atenção e de empenho muito acrescidos, muito embora tenhamos a noção de que há ainda bastante para se fazer. São só cerca de 70.000 contos/mês para esta área para apoio educativo! Não me vou alongar pelas unidades capitalizáveis, do Ensino Recorrente, da chamada Escolaridade de 2ª Oportunidade, onde o combate a todo e qualquer tipo de analfabetismo tem prosseguido, com custos elevadíssimos, mas sem sombra de dúvida com resultados gratificantes. A Orientação Escolar e Profissional e a Colocação de Professores/Funcionários e Agentes de Ensino continuará a ser alvo de todo o nosso empenho para que o bom trabalho, que tem sido levado a cabo, ainda se torne melhor.

Na EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO, fez-se, no âmbito das construções, tanto quanto os condicionalismos exógenos a quem tem esta responsabilidade directa, permitiram que se tornasse realidade. Melhor seria, para todos que as dificuldades levantadas pudessem ter sido desbloqueadas de forma mais expedita, para, em menor espaço de tempo, se disponibilizarem instalações para a prática desportiva que tão necessárias são.

Apostou-se, em 1994, e continuaremos a insistir, em 1995, na FORMAÇÃO a todos os níveis, com APOIO COMUNITÁRIO. Milhares de contos foram investidos em equipamento, em instalações, (destaco a entrada em funcionamento do Complexo Desportivo Vitorino Nemésio, integrado no Parque Desportivo da Ilha Terceira). As nossas Delegações de Educação Física e Desporto, verão até ao fim do ano, na generalidade, ultrapassados os seus problemas de funcionamento condigno, nomeadamente, quanto ao mínimo de pessoal. 1994 foi, aliás, na sequência dos anos anteriores, um ano de sucesso para o DESPORTO ESCOLAR. Cerca de 2.000 jovens estiveram envolvidos nas fases local, zonal e regional, dos JOGOS DESPORTIVOS ESCOLARES, alargados ao 9º ano com resultados extremamente animadores. O Desporto Local, Regional, e as participações nos Nacionais, foram alvo da celebração de protocolos/contratos programa, exigidos pela Lei, dentro do mais alargado espírito

de incentivo e de ajuda, traduzido na disponibilização total de todos os meios financeiros, angariados para tal desiderato. Especial atenção, como sempre, foi e continuará a dirigir-se para os ESCALÕES DE FORMAÇÃO, (Júniors, Juvenis e Iniciados). Um marco, sem dúvida, para o nosso Desporto, para a RAA, foi o termos aprovado aqui, nesta Assembleia Legislativa Regional, o diploma que estabelece as normas orientadoras à atribuição de apoios às associações de modalidade e dos desportos, clubes, agrupamentos de clubes e colectividades desportivas, de âmbito local, regional e nacional.

Sras. e Srs. Deputados:

Terminaria com o esforço colocado na ALTA COMPETIÇÃO, onde se legislou e disponibilizaram verbas para a efectividade dos apoios inerentes ao Estatuto da Alta Competição, tornando-os extensivos aos JOVENS TALENTOS REGIONAIS.

Temos atletas nossos no ATLETISMO e no JUDO, nos níveis propedêuticos do Percurso da Alta Competição.

Com grande júbilo tivemos atletas açorianos do JUDO, do Clube de Judo da Ilha Terceira, a representarem o nosso País, no seu escalão, no Campeonato do Mundo, mais concretamente no Egipto, atletas esses que voltarão a representar Portugal no Campeonato da Europa, dignificando a Região e fazendo jus ao investimento que tem vindo a ser feito, ao longo dos anos, no nosso Desporto.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente para os Açorianos não estamos a discutir um Orçamento e muito menos um Plano de investimentos para 1995. Estamos, outrossim, a autorizar uma calendarização de ordens de pagamentos de obras feitas nuns casos com planos e orçamentos ultrapassados e noutros sem planos e muito menos orçamentos.

Se alguém tem dúvidas veja-se o que se lê no Plano e respectivo Anexo no Programa 8 - Construções Escolares :

* Escola Primária das Sete Cidades - 20 mil contos, destina-se, ao pagamento de obras já feitas, ao empreiteiro.

* Escolas Primárias do Outeiro e Mouzinho da Silveira - projectos a elaborar, **estando, no caso concreto, a escola fechada há 2 anos.**

* Para o 1º ciclo do ensino básico apenas ficam 10 mil contos para cooperação com as 19 Câmaras desta Região para as pequenas e grandes reparações dos 304 edifícios existentes, dado que os 20 mil contos inscritos para Cooperação Financeira são para **pagamento às Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo, Horta e Vila Franca do Campo de obras já realizadas em 92 e 93.**

No âmbito dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, o quadro não é menos negro:

* Complexo Desportivo das Laranjeiras - 65 mil contos, para pagamentos de juros de mora.

* Ampliações das Escola Secundária Antero de Quental, Escola Secundária da Praia da Vitória, Reparação da Escola Preparatória da Horta, Ampliação da Escola Preparatória Canto da Maia, Escola Secundária da Lagoa - **705 mil contos que se destinam a pagamento de juros de mora desde 1992, projectos de 1987, obras e equipamentos de 93 e 94.**

* Apenas a **Escola Secundária da Madalena** tem verba para prosseguir e esperamos que não seja a "passe de caranguejo" e efectivamente, far-se-ão as ampliações da **Preparatória e da Secundária da Ribeira Grande**, porque, caso contrário, no próximo ano serão deslocados alunos residentes na Cidade da Ribeira Grande para a Preparatória de Rabo de Peixe, **num montante de 660 mil contos.**

* **É mais do que ridículo inscreverem-se 15 mil contos para melhorias de instalações das 28 escolas preparatórias e secundárias de Santa Maria às Flores.**

O Ensino Superior passa de parente pobre a filho abandonado.

* **Os dois milhões de contos do Orçamento do Estado para 94 nunca chegaram à Região.**

* **O Orçamento do Estado para 95 não discrimina** as verbas necessárias ao funcionamento corrente da Universidade dos Açores.

* **O Departamento de Oceanografia e Pescas continuará em auto-projecto.**

* As novas instalações que o Departamento das Ciências Agrárias, dotadas de 65.000 contos, estão condenadas a uma negociação infundável de terrenos.

O Programa 9 - Equipamentos Escolares, em 1995 sofre uma diminuição de 63%. Como se poderá concretizar o reequipamento das escolas, **como serão substituídas as carteiras dos anos 40 e 50**, algumas delas são mais velhas que a maioria dos Senhores Deputados e dos Senhores Governantes?

Como se dotarão as escolas dos meios audio-visuais indispensáveis ao cumprimento dos conteúdos dos programas escolares?

Como se tornarão atraentes as escolas se continuarem com velhos quadros pretos?

Com as verbas orçamentadas para o Fundo Regional da Acção Social Escolar como se pagarão as despesas com os transportes, alimentação, vestuário? **De onde sairá a verba necessária para pagar os juros bancários dos empresários** que foram convidados a recorrer à Banca para se pagarem de meio milhão de contos de transportes escolares este ano?

Não vi escriturada essa verba em parte nenhuma, Sr. Secretário!

Os Funcionários Públicos irão, uma vez mais, ter em atraso diversas remunerações posto que a verba de 1994 é apenas acrescida de 19.240 mil escudos para vencimentos, ou seja, 0,07% ,isto é, nem chega a 1%. Será que não vai haver aumento dos Funcionários na Região? Será que Mota Amaral é pior que Cavaco Silva para os Trabalhadores?.

Num estudo feito pelo Núcleo de Ponta Delgada do Serviço Regional de Estatística sobre o Ensino Secundário Complementar entre 1981 e 1991 realça-se os seguintes elementos:

* No grupo etário dos 15 aos 19 anos entre 1981 e 1991 **aumentou de 16,85%** o número de jovens que frequentavam o Ensino Secundário **no Continente, enquanto na Madeira este número aumentou de 14.40%**, para mal de todos nós, **nos Açores esse aumento foi de 8,72%**, ou seja, na Região crescemos rigorosamente metade em relação ao Continente e pouco menos de metade comparativamente com a Madeira.

* No grupo etário dos 20 aos 24 anos no mesmo período, de 10 anos, o **Continente cresceu em 4,70%, a Madeira 4,82% enquanto os Açores a mísera quantia de 2,77%**, novamente metade daquelas.

* Somente no grupo etário dos 25 aos 29 anos os valores são minimamente animadores dado que no **Continente** se deu uma **subida de 0,92%, na Madeira 1,08%, nos Açores 0,84%**.

Como poderemos, com este Plano e este Orçamento atingir os valores da Madeira e Continente ?

Passaremos mais um ano sem que entre na rede escolar qualquer nova escola?

Nos últimos dez anos apenas receberam alunos pela primeira vez a Escola Secundária das Lorangeiras e Escola Secundária Vitorino Nemésio.

Nem tão cedo os micalenses verão a Escola Secundária que o Senhor Presidente do Governo anunciou na sua recente visita ao Conservatório de Ponta Delgada. Ao menos que em 95 se adquiram os terrenos na Fajã de Baixo entre a primeira e a segunda circulares, Sr. Presidente - já era um bom passo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poderíamos apontar múltiplos números que demonstram que na Região Autónoma dos Açores à excepção da Educação Pré-Escolar, muito, mas mesmo muito, é indispensável ser investido, a fim de atingirmos índices equivalentes aos do resto do País para que "os padrões da União Europeia" - de que falava o Sr. Secretário há pouco - cheguem finalmente aos Açorianos.

Não acreditamos que as Propostas do Plano e Orçamento para 95 satisfaçam esses objectivos, por isso não lhes daremos o nosso aval.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uns breves esclarecimentos em relação à intervenção do Sr. Deputado Francisco de Sousa.

O Senhor Deputado não se preocupe em relação a pagamentos de pessoal, seja ele, docente, auxiliar administrativo, operário, porque nunca houve problemas grandes, nem irá haver no próximo ano.

Não se preocupe com equipamentos, acção social escolar ou material para salas de aulas, porque, como disse na minha intervenção, nós equipámos em cerca de 200 mil contos no ano transacto e este ano temos precisamente a mesma quantia para fazermos o equipamento dessas valências...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Eram 315 mil contos!

O Orador: O Sr. está a fazer confusão com o que está para o ensino superior.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não estou a fazer confusão nenhuma!

O Orador: Também quero-lhe dar mais um esclarecimento em relação à mudança de alunos, porque não era mudar os alunos da Ribeira Grande, como a sua intenção pode parecer, para Rabo de Peixe, mas sim mudar os alunos da Ribeira Grande apenas das freguesias de Santa Bárbara e Ribeira Seca.

Deputado Francisco de Sousa (PS): A Ribeira Seca é uma freguesia da cidade da Ribeira Grande - aprenda!

O Orador: É sim senhor, mas não é a cidade da Ribeira Grande como o Sr. está aqui a pretender fazer crer. Ribeira Grande, perto da Escola Secundária Raúl Galvão de Carvalho. Isso é um atirar de areia para os olhos, como de costume.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não estou a atirar areia nenhuma!

O Orador: Não se preocupe também em relação ao ritmo de reequipamento e o ritmo de dotação de materiais para as nossa escolas, porque há um plano integrado, nomeadamente para a substituição de mesas, cadeiras...

Este ano chegaram e vão continuar a chegar e isso está perfeitamente controlado.

Por último, Sr. Deputado, gostaria de fazer uma correcção, ou seja, neste Plano, escolas novas, não foram só as escolas que aqui numerou. Junte-lhe, por favor, no Primeiro Ciclo do Básico São João de Deus, Lages, Terra Chã, São Carlos entre outras.

Presidente: A Sra. Deputada Lisete Silveira pede a palavra com que finalidade?

Deputada Lisete Silveira (PS): Para pedir esclarecimentos, Senhor Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

(Protestos inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que deixassem a Sr^a. Deputada Lisete Silveira fazer a sua intervenção.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Educação e Cultura começou a sua intervenção pondo a tónica na defesa e preservação do património e na cultura...

No seu discurso não se exemiu em falar nos nossos discursos miserabilistas, que somos os arautos da desgraça..., enfim, que faltamos à verdade em relação às propostas do Governo.

Mas a acusação de falta de coordenação do Governo, de planificação devidamente pensada e séria, é justificada pelo pequeno grande exemplo que aqui quero dar.

Fizemos um requerimento, em 26 de Julho deste ano, sobre a instalação da Biblioteca de Arquivo da Horta na Casa Walter Bensaúde.

A propósito, a Biblioteca e Arquivo da Horta está a proceder a obras para não cair de vez.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Pois fazem-se obras é para não cair!

A Oradora: Posteriormente a este requerimento, obtivemos duas respostas muito interessantes:

Numa das respostas que foi dada pela Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, dizia-se que "**não tem** conhecimento da existência de um projecto para a recuperação da Casa Grande". Acrescenta-se ainda na resposta que "... a Secretaria da Educação e Cultura, através da Direcção Regional de Educação, solicitou o desenvolvimento de modificações e reparações nas instalações para serem ministrados os cursos de profissionalização para deficientes." Esta resposta foi-me dada em 10 de Agosto.

Em 5 de Setembro, a Secretaria Regional da Educação, responde dizendo haver um "projecto a ser elaborado pelo "Atelier Porto Pim", que está na posse do programa Base da Direcção Regional dos Assuntos Culturais - e presentemente está a ser elaborado um estudo prévio".

Isto quer dizer que as Secretarias não se entendem. A Secretaria da Habitação e Obras Públicas, **não tinha** conhecimento do projecto.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Pois é evidente que ela não tinha que saber. Isso é de outra Secretaria.

A Oradora: A Secretaria da Educação tinha mandado fazer um projecto.

Portanto, em que é que ficamos Sr. Secretário?

Mais uma vez eu me **permito duvidar** que a verba inscrita no Plano para a recuperação da "Casa Grande Walter Bensaúde", venha a ser posta em prática, dado que nos vários anos, é sempre esse projecto dotado com um valor que nunca é minimamente cumprido.

Tenho dito.

Presidente: para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vou fazer um esclarecimento muito rápido à Sra. Deputada Lisete Silveira.

Efectivamente, não há qualquer descoordenação ou qualquer falta de sintonia.

À Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, foi pedido, em tempos, para efectuar um estudo **da mera** possibilidade de enquanto não avançassem as obras na "Casa Walter Bensaúde", se adaptar uma dependência para se alargar ou melhorar o apoio aos alunos deficientes.

Esta informação é correcta. Isso foi pedido à Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas.

Portanto, foi sobre isso que a Secretaria se pronunciou e não tem mais nada que saber, em relação ao que se está a passar em paralelo noutra área que é da competência da Secretaria da Educação e Direcção Regional de Assuntos Culturais e

isto tem vindo no seguimento daquilo que tem sido a política da Secretaria para a "Casa Grande".

Deputada Lisete Silveira (PS): Não há política nenhuma, Sr. Secretário!

O Orador: Em relação à "Casa Grande", tem estado em elaboração no Gabinete de Porto Pim, como lhe foi respondido, um projecto para adaptação de instalações da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta.

É esse projecto que no próximo ano, com as verbas que os Srs. Deputados têm aí inscritas no Plano, vai dar possibilidade de se fazer obras na Casa Walter Bensaúde.

Não há qualquer dessintonia, nem confusão ou falta de diálogo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para pedir esclarecimentos.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura: Estamos a discutir o Plano e Orçamento e por isso quero fazer uma pergunta directa ao Sr. Presidente do Governo Regional.

V. Ex.^a anunciou no fim da semana passada que ia ser construído em Ponta Delgada uma escola secundária, na qual seria integrado o Conservatório de Ponta Delgada.

Pergunto a V. Ex.^a qual é essa escola, onde se situa e onde é que ela está prevista no Plano e Orçamento para 1995?

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

A V. Ex.^a gostaria de fazer uma pergunta, porque utilizou a expressão "emancipou-se a Universidade dos Açores, emancipou-se assim a nossa Universidade".

Sr. Secretário, pergunto-lhe como é que se emancipou a nossa Universidade quando olho para o Plano e Orçamento e verifico que no Orçamento foi retirado do seu gabinete a verba necessária ao normal funcionamento da mesma?

Onde está escrita e de quanto é a verba para o funcionamento da nossa Universidade para o próximo ano?

V. Ex.^a falou dos livros para os alunos.

Pergunto se sabe que até Sexta-feira passada, ainda não tinham chegado à Ilha da Graciosa, os livros para os alunos de que V. Ex.^a falou na sua intervenção?

A terceira questão a que ainda não me respondeu é de onde vão sair os juros para o pagamento do empréstimo que as empresas de transportes públicos fizeram?

Presidente: Tem a palavra o Secretário Regional das Finanças para dar um esclarecimento.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria apenas dar dois esclarecimentos em relação a duas dúvidas postas.

Uma é relativa ao fundo dos transportes, ou seja, os transportes das escolas.

Muito provavelmente vão ser liquidados na sua totalidade até ao fim deste ano, porque foi possível encontrar uma formulação jurídica adequada com o Tribunal de Contas para efectuá-los ainda este ano.

Portanto, o pequeno juro que decorre da utilização será menor do que se fosse pago no próximo ano e por isso fica já esclarecido que o mais depressa possível será regularizado.

Quanto à questão do aumento dos vencimentos, será pago por dotação provisional.

Por isso, este é o entendimento legal que não era imediatamente óbvio, mas que foi combinado assim.

Relativamente à questão do aumento dos vencimentos que também propôs na sua intervenção, este ano à semelhança do próprio Orçamento Geral do Estado, está em dotação provisional que tem uma verba de 5 milhões de contos para esse efeito.

Portanto, não está contabilizado em custos com pessoal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se o Sr. Presidente me permite, vou responder muito rapidamente à pergunta colocada pelo Sr. Deputado Francisco de Sousa em relação à escola que foi anunciada na Comunicação Social. Ela está mencionada no Plano a Médio Prazo e já a referi no meu discurso.

É uma escola com ensino artístico que está dotada de 25 mil contos e que já foi dito em Comissão - talvez alguns dos senhores presentes não o saibam - de acordo com o

Plano Director de Ponta Delgada, se situará ou no terrenos para os lados da Fajã de Baixo ou Fajã de Cima, ou para o oposto, no prolongamento da Avenida Antero de Quental.

Quanto às verbas para a Universidade, eu fui muito claro mas parece que não ouviram bem. Estas não tem nem têm estado no meu gabinete porque elas serão suportadas este ano pelo Ministério da Educação. É algo que está assumido e está no Orçamento do Estado, não havendo qualquer dúvida a esse respeito.

Em relação aos livros para a Graciosa, eu lamento muito saber que ainda faltam alguns livros naquela ilha, mas esse problema não é do Governo mas sim dos livreiros que os têm que pedir a tempo.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Os livreiros não receberam o dinheiro que os Srs. lhes devem!

O Orador: Os livreiros viram pagos os seus montantes há bem poucos dias.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Foi a semana passada!

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Já estão a mentir!

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do Governo e do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Lisete Silveira para esclarecimentos.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ainda há pouco se falou nas condições miseráveis onde andou o filho do Sr. Deputado Manuel Brasil.

Curiosamente, está uma escola prevista para substituir essa, incluída no Plano a Médio prazo 93/96 - essa e outra nos Flamengos.

Em 93, o relatório de execução apresenta um dispêndio de 666.834 contos para o seguinte:

- Escola Secundária do Flamengos - concluído o processo de aquisição de terrenos;
- Escola Primária da Horta - executado o estudo geotécnico dos terrenos de implantação.

Para o próximo ano estas escolas desapareceram.

Que se passa com elas, Sr. Secretário?

Porque se gastou este dinheiro?

Presidente: O Sr. Deputado José Aguiar pede a palavra com que finalidade?

Deputado José Aguiar (PSD): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou apenas fazer uma pergunta na sequência da afirmação que foi aqui feita de que faltavam livros para a escola da Graciosa.

Gostaria de informar a Câmara que tenho uma filha que já está na Escola Preparatória de Santa Cruz da Graciosa e felizmente não precisa de nenhum apoio nesse sentido, e nem tem direito naturalmente.

Sou eu que lhe compro os livros e ela ainda não tem os livros todos que necessita para fazer os seus estudos.

Gostava só de perguntar se a culpa também é do Governo?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que a Sra. Deputada Lisete Silveira disse aqui é um facto. Foi determinada a aquisição de terrenos, foram feitos estudos de implantação para construções escolares que ocorrerão quando houver disponibilidade financeira para se avançar.

Como não há essa disponibilidade neste próximo ano, é escusado estar ali para verbas encher.

Há-de aparecer quando houver possibilidade disso, mas isto não quer dizer que não seja preciso.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira para pedir mais esclarecimentos.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Queria pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário da Educação e Cultura que surgiu de um ligeiro reparo.

Creio que nos terrenos adquiridos para a construção da Escola Primária da Horta, já foi cedida uma parcela para a construção de um edifício particular. Confirma Sr. Secretário?

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Não confirmo nem desconfirmo, porque esse é um assunto que é da competência da Câmara Municipal da Horta.

Se quiser saber, terá que lhe perguntar isso.

Deputada Lisete Silveira (PS): Isso é com Governo. Não tem nada a ver com a Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para pedir esclarecimentos.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para fazer uma breve pergunta, porque fiquei na última quarta-feira um pouco "enredado".

Eu tenho em casa uma série de documentos feitos sobre a escola da Madalena, em que sempre me foi dito que a escola não se fazia por dificuldades financeiras.

Soube quarta-feira passada, para meu espanto, que o grande culpado é o empreiteiro e isto porque o Governo não tinha chegado a um acordo com ele.

Pergunto-lhe: é o mesmo empreiteiro que está agora a fazer a obra?

E pergunto-lhe mais: aqueles dois ou três trabalhadores que de vez em quando apareciam por lá quando se falava no assunto, a que empreitada pertencem?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Desconheço por completo quaisquer problemas com o empreiteiro.

A obra continua o ritmo que está a ter e isso está patente aos olhos de todos.

Temos prevista a verba que está em questão para o ano e nada nos foi transmitido a esse respeito.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Serpa pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Serpa (PS): Para um protesto veemente, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamento profundamente que nesta Assembleia tenha sido lido um relatório de uma Comissão que é responsável - onde esteve gente responsável - onde se dizia que a culpa era do empreiteiro, não havia acordo com o empreiteiro.

Que brincadeira é essa?

Já basta de brincadeira meus senhores!

(Aplausos das bancadas do PS e do PCP)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar enquadrar a intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa com o relatório da Comissão.

De facto, no relatório que a Comissão da Juventude e Assuntos Sociais faz consta essa afirmação, mas como os Srs. Deputados se aperceberam nessa altura, era um relatório exaustivo.

Tentámos, como disse a Sra. Deputada Fátima Oliveira na altura, que ele fosse o máximo esclarecedor e preciso nas informações que os Srs. Secretários deram.

Eu próprio disse, na altura, que o Sr. Secretário da Educação havia de esclarecer esse assunto.

O relatório foi lido e se esta frase sobre a Escola Cardeal Costa Nunes não corresponde à verdade, em nome da Comissão eu quero informar que não houve a nossa intenção que do relatório constasse...

Deputado Francisco de Sousa (PS): O que a Comissão fez está bem feito.

Deputado Fernando Fonte (PS): Foram ouvidos dois secretários...

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que deixassem o Sr. Deputado Rui Melo terminar.

Pode-se pedir esclarecimentos ou dar e as coisas ficarão gravadas e apurar-se-á a verdade sobre esta matéria.

Pode continuar Sr. Deputado Rui Melo.

O Orador: Penso que este assunto, da nossa parte, está esclarecido.

Se o relatório tem alguma imprecisão, ela não foi de má intenção, mas sim porque não fomos capazes de fazer um relatório à altura.

Presidente: Para prestar um esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era só para reiterar aquilo que há pouco afirmei.

Acabei de confirmar com o meu colega que tem a execução das obras a seu cargo e ele confirma que não há qualquer desavença com o empreiteiro.

Tem-se estado a reajustar em negociações um processo de compensação pelo abrandamento da obra.

Eu na Comissão falei naquilo que me cabe, ou seja, situações de menos acordo com outras obras, mas não essa.

Nada de confusões.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco de Sousa pede a palavra com que finalidade?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para defesa da honra, Sr. Presidente..

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para defesa da honra, porque em primeiro lugar, o relatório foi aprovado com os votos, exclusivamente, do PSD.

Em segundo lugar, a informação que lá vem, foi prestada pelo Sr. Secretário Regional das Obras Públicas. Foi uma informação dada por um Membro do Governo à Comissão e que corresponde na realidade àquilo que foi dito na Comissão.

Não foi dito pelo Sr. Secretário da Educação, mas sim, pelo Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Jaime Medeiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pretendo esclarecer que o que se passa em relação à obra da escola da Madalena foi que esta foi interrompida, porque acordou-se com o empreiteiro recomeçar os trabalhos.

Naturalmente durante o período de interrupção, o empreiteiro sente que tem direito a indemnizações por lucros cessantes, por isso apresentou esse montante e o que está neste momento em discussão é o valor desse montante.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco de Sousa pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu queria pedir esclarecimentos, uma vez que o Sr. Secretário Regional teve a amabilidade de nos informar correctamente sobre o sector da educação.

Gostaria de lhe perguntar quanto é que vamos pagar de juros de toda esta história do ano passado e deste ano?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Jaime Medeiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de lhe dar o número certo, mas neste momento é impossível porque se encontra em fase de negociação.

Os números não são correctos e qualquer número que eu lhe der agora não é fidedigno, uma vez que estamos em fase de negociação com o empreiteiro sobre os montantes que são justos e que são devidos legalmente.

Deputado Francisco Sousa (PS): São centenas de milhar?

O Orador: Não lhe posso adiantar nenhum número.

Presidente: A Sra. Deputada Lisete Silveira pretende a palavra com que finalidade?

Deputada Lisete Silveira (PS): Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário da Educação, quanto é que falta pagar da grande reparação da Escola Preparatória da Horta; se são apenas os 10 mil contos que vêm inscritos no Plano para 95?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):

Senhor Presidente; Srs. Deputados;

Fica pago este ano com esse montante!

(Risos do Presidente do Governo Regional e da Deputada Lisete Silveira)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Frazão.

Deputado Gustavo Frazão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É chegado o momento de além de nos debruçarmos sobre a análise e aprovação do Orçamento e Plano para 1995, podermos também analisar o enquadramento estrutural do quadro financeiro actual em que a Região se move.

Os Açores vindos de um enorme período de atraso económico, social e Cultural, necessitavam intensamente de num curto espaço temporal criar as infra-estruturas básicas tão importantes e imperativas ao tão desejado desenvolvimento económico e social.

Ao longo das últimas duas décadas tem sido um processo constante, e a dinâmica da mutação não se tem feito esperar.

E não é menos verdade que hoje passados 18 anos com a configuração Autónoma que a todos nos rege, possamos afirmar com vigor, os Açores encontram-se num estágio de desenvolvimento em que todos os Açorianos se sentem orgulhosos e os que não se sentem, deveriam sentir-se.

Mas este processo não foi fácil, nem tem sido fácil. Díficeis obstáculos foram ultrapassados, e muitos há a ultrapassar, pois ao caracterizarmos a nossa Região, podemos defini-la, como uma região dispersa geograficamente, frágil economicamente, e sensível socialmente. E é na base de estes agregados de enorme relevância, que devemos antes de mais, analisar a importância do denominado Ciclo económico, onde imperam factores condicionantes do nosso desenvolvimento.

Pode-se assim referir:

A uma redução do Investimento Público, a consequência imediata é a redução do Consumo Global (Público + Privado), o que implica uma redução dos resultados das empresas privadas, ou seja, uma diminuição da actividade do sector real, o que resulta no aumento do desemprego e logo o aumento dos gastos públicos e a diminuição do IRS.

Dos resultados das empresas privadas resulta a redução do IVA a liquidar e a redução do IRC, ou seja, a tributação sobre os lucros.

Perante isto, temos a redução de imposto e por consiguiente a redução da receita pública que por sua vez fecha o círculo e irá levar a uma redução do Investimento Público.

Assim, através de uma forma simples e sintética, podemos observar que cada vez que o Ciclo se inicia, as variáveis em causa sofrem cada vez mais, maior pressão, levando a que os obstáculos sejam cada vez maiores. Para que se consiga quebrar o circuito em causa, somente factores externos são passíveis de alterar as tendências das

variáveis do Ciclo e é aqui que se prova a validade do nosso discurso em termos de autonomia financeira, ou seja, é necessário inverter o rumo dos macro-agregados.

É na sequência desta análise técnica, que convém dedicar um pequeno espaço de reflexão ao actual contexto, focalizando a nossa atenção ao macro-agregado Receita Pública.

Para o efeito, não necessitamos de ir mais longe do que observarmos o que se encontra definido no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, ou seja, o n.º 1 do Artigo 9.º refere: passo a citar " - A Região terá sistema fiscal adequado à sua realidade e às necessidades do seu desenvolvimento económico e social, exerce poder tributário próprio e dispõe das receitas fiscais que lhe pertencem". citei.

O n.º 2 deste mesmo artigo, explicita os objectivos que servem de base à definição e estruturação do sistema fiscal regional, ou seja, as receitas próprias provenientes do sistema tributário.

No artigo 95.º, o Estatuto define o que constitui Receitas da Região.

Assim, depois deste enquadramento legislativo, observa-se que nestes 18 anos de autonomia, o processo político desenvolvido ao nível das relações da Região com o Estado, tem sido de conquistas permanentes, aos mais diversos níveis.

E uma das importantes conquistas, precisamente a do modelo que em termos de Receita Pública se traduz na afectação à Região dos Impostos gerados e cobrados nesta mesma Região, nomeadamente ao nível dos Impostos Directos, e ao considerarmos que a constante mutação que actualmente observamos, nos mais diversos cantos do mundo, no país e logicamente na Região, nos diversos domínios da actividade económica/social e também cultural, leva-nos à conclusão indesmentível, que o actual quadro, não serve de forma alguma a Região.

Mas esta análise leva-nos somente a focalizarmos o agregado Receita e não a Despesa, pois esta não pode estar sujeita a variações negativas, sob pena de aí sim, pormos em causa a garantia estável do funcionamento da administração pública, nos diversos sectores que a integram e ainda pormos em causa os recursos financeiros que possam ser afectos ao Investimento.

E é na base de todos os parâmetros definidos anteriormente, que hoje temos perante esta Câmara o Orçamento e Plano para 1995, elaborado com a observância do quadro financeiro actual e que nos permite perceber e justificar de uma forma perfeitamente plausível os objectivos propostos nos documentos em causa.

Senão, vejamos:

- Analisando como documento global o Orçamento, onde o montante afecto ao plano está integrado, observa-se como princípios básicos que presidiram à concepção dos elementos em causa a objectividade e o rigor orçamental.

Estou a referir uma óptica totalmente técnica, precisamente porque as Receitas Correntes e Receitas de Capital foram orçamentadas na base de valores históricos e reais, isto é, observou-se um nível de execução destes mesmos agregados, em relação aos anos anteriores, e ainda considerou-se as expectativas geradas para o próximo anos.

O mesmo se passa ao nível das Despesas, quer sejam Despesas Correntes ou de Capital. A orçamentação destas despesas, tiveram como objectivo primordial, garantir o normal funcionamento dos Serviços, garantir os compromissos assumidos, principalmente em relação à Dívida Pública e ainda em relação a outros gastos correntes, a satisfação das necessidades mínimas, as quais sem qualquer relevância orçamental.

Assim, surge-nos um montante afecto ao Investimento, que resulta do valor disponível depois de satisfeitas as necessidades básicas e essenciais à gestão do sector público administrativo.

Como primeira conclusão desta análise orçamental, podemos afirmar com rigor que, este orçamento permite manter estabilidade, permite potenciar os fluxos comunitários e ainda permite retomar o sentido ascendente da actividade económica e social da nossa Região, isto porque se tivermos em consideração que os parâmetros que serviram de base à sua elaboração, não são os mesmos que serviram de base à elaboração do mesmo documento para 1994.

Vejamos:

- em 1993, aquando da elaboração do orçamento para 1994, não eram conhecidas as regras específicas para a implementação na Região, do novo Quadro Comunitário de

Apoio, pois este, embora tenha sido definido na base do denominado "Plano de Desenvolvimento Regional", aprovado ainda em 1993, só foi discutido e aprovado pela Comissão em meados de 1994, permitindo assim que só para 1995 é que se poderá prever com um desvio mínimo os fluxos provenientes da Comunidade.

- Só no final do primeiro semestre de 1994 é que foi possível definir e regulamentar os principais sistemas de Incentivos Comunitários para a dinamização da actividade Económica, nomeadamente o PEDIP II e outros.

Assim, diversos factores se alteraram de 1994 para 1995, ou seja, em 1994 o Orçamento da Região Autónoma dos Açores suportava a comparticipação do Estado para qualquer tipo de investimento efectuado no âmbito dos sistemas de incentivos Comunitários.

Em 1995, no âmbito do PEDIP II, a comparticipação do Estado é suportado pelo Orçamento do Estado. No âmbito do SIFIT, algumas comparticipações passam a ser suportadas pelo Fundo do Turismo, o que se estima um valor global em termos de comparticipação Nacional para projectos regionais da ordem dos 4 milhões de contos. Pode-se assim constatar que em termos comparativos o montante afecto ao Plano é da ordem dos 35 milhões de contos, ou seja, um crescimento na ordem dos 6% em relação a 1994.

Sobre esta matéria, diversas ópticas podem ser observadas, só que na maior parte delas, necessariamente poderão enfermar de uma certa demagogia, de uma certa ignorância, de alguma falta de responsabilidade, o que nos leva assim a propôr que se incida a análise exclusivamente nos parâmetros reais e se aceite com frontalidade a justeza dos factos traduzidos no documento em análise.

O aumento da verba afecta ao Plano só poderá ter a contrapartida ao nível da Receita, no aumento dos passivos financeiros, o que não observará a norma da prudência e do bom senso.

A diminuição da mesma verba, só trará resultados nefastos, quer para a economia regional, quer para os diversos sectores sociais.

E é nesta óptica que penso, com responsabilidade e verdadeiro sentido de servir a Região, que iremos aprovar um Orçamento que irá servir os reais interesses da actual geração e da geração futura, irá continuar a permitir que o processo de

desenvolvimento dos Açores continue no rumo certo, pois não é menos verdade que as funções atribuídas à Região, continuaram a ser asseguradas bem como, novos investimentos irão ser realizados.

A vida não pára. O desenvolvimento continua, enquadrado em parâmetros de ordem financeira condicionados, mas que são os possíveis e quer queiramos quer não, o rumo certo não será alterado.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste centenário do decreto de Hintze Ribeiro é útil e pedagógico relembrar o roteiro histórico recente desta Autonomia que começou como Administrativa pela pena de Aristides Mota e de Montalverne Sequeira no século XIX cresceu em Autonomia Política pela mão dos constituintes e se metamorfoseou em Autonomia Progressiva com Mota Amaral ao leme na segunda metade do século XX.

No balanço da experiência de autonomia financeira iniciada em 1976, portas adentro do PSD de Ponta Delgada, o primeiro Secretário das Finanças do Governo Regional dos Açores em jeito de balanço concluiu que esta Autonomia Progressiva. Cito: "ganhou com a instabilidade do processo democrático". Fim de citação. Os governos de maioria PSD, e a estabilidade do Prof. Cavaco Silva, depois da guerra das bandeiras e da escaramuça dos gravatas pretas trouxe-nos a Autonomia Tranquila.

Progressiva, Tranquila, de Sucesso esta autonomia heterónima reinventou-se o ano passado como Autonomia Participativa no processo de negociação do Acordo Financeiro Intercalar. Gerado na angústia das dificuldades financeiras regionais aquele Acordo compromete o Governo Regional a assegurar o equilíbrio do sector público regional(clausula 4), a negociar a liquidação da dívida à Caixa Geral de Depósitos(clausula 5) e a eliminação da conta gratuita junto do Banco de Portugal.

O orçamento para 1994 introduziu também a participação do Ministério das Finanças nas consultas prévias e na definição de orientações de política orçamental para a região, comprometendo-se o Governo Regional nesse combate coordenado ao despesismo a não aumentar as despesas correntes.

Um ano passado, Mota Amaral vem dizer que o Protocolo Plurianual previsto para depois do acordo intercalar "ESFUMOU-SE"!!!

A história contada aos TSD anuncia que o Ministério das Finanças finalmente compreendeu que não existe despesismo nos Açores. Qual fábula de La Fontaine contada aos TSD o lobo mau Cavaco Silva, osso duro de roer segundo um dos participantes neste colóquio, metamorfoseou-se no compreensivo Capuchinho Laranja.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aos Srs Deputados, em sede da Comissão de Economia e Finanças, o Eng^o Bastos e Silva garantiu que o bom entendimento e a cooperação entre o Governo Regional e a Republica tornavam desnecessário a formalização dum protocolo plurianual.

Afinal, Sr. Presidente, o PROTOCOLO ESFUMOU-SE ou INFORMAL ?

Depois de invalidar uma Revisão Intercalar da Constituição, que permitisse uma clarificação do relacionamento financeiro entre a região e a República, o PSD confessa-se incapaz de negociar um quadro financeiro estável para o horizonte do Plano de Desenvolvimento Regional!!!

Apesar da contradição evidente das versões de Mota Amaral e do Secretário das Finanças é claro que esta tentativa política de criar pela via negocial um quadro financeiro mais favorável ao desenvolvimento regional falhou. Os estudos sobre o Potencial Endógeno Fiscal não produziram fruto e jazem ao lado das propostas de capitação para os impostos directos. E evidente que o Governo de Cavaco Silva com tempo e paciência vai sensibilizando o Governo Regional para as virtudes da devolução a Lisboa de competências e despesas . São os inventivos ao Turismo, parte dos incentivos à Indústria e o tempo se encarregará de revelar mais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

A proposta de Orçamento de Estado para 1995 demonstra claramente que o Governo Regional depois de aceitar que as regras de rigor orçamental

sejam definidas no Terreiro do Paço reconheceu também a dívida da Caixa Geral de Depósitos. O Artigo 74º do Orçamento de Estado prevê que ao limite de endividamento de 17 Milhões acresça o montante necessário à sua regularização.

Esta nova fase da Autonomia Endividada iniciada em 1990, é intercalar confessa Mota Amaral porque e citamos "a alternativa é ir sensibilizando os governantes continentais e o público em geral das realidades Açorianas com muita paciência e persistência". Entretanto a dívida regional directa aproxima-se dos 115 Milhões de contos! ! ! A dívida do Sector Público Empresarial ronda os 55 milhões. A dívida total do Sector Público Regional no fim de 1995 será de aproximadamente 170 Milhões de contos!!!

Quem assume a responsabilidade política deste descalabro Sr. Presidente?

Esta gestão da actual situação financeira retira margem de negociação à região para a resolução duma crise que é estrutural como já o admitem alguns assessores do Governo Regional e o próprio Secretário das Finanças.

Se o Secretário das Finanças ainda fala de relações desanuviadas com Lisboa o Presidente, timoneiro rijo, põe os pontos nos iis e fala grosso:

Não querem pagar pela televisão pública? DESLIGUEM-NA!!

Não querem que TAP voe para os Açores? ENTÃO NÃO VENHAM!!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chega de guerras e guerrinhas com Cavaco Silva!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Mais um dramaturgo! **O Orador:** Chega de escaramuças com o Ministro da República!

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Não chega, não chega!

O Orador: Os Açores necessitam dum relacionamento estável com o Governo da República!

O Partido Socialista propõe um compromisso no quadro da Lei das Finanças Regionais.

Chega de proclamações virtuosas de rigor orçamental!

O Partido Socialista propõe cortar no supérfluo e investir no essencial!

Chega de Planos Possíveis que cortam no investimento!

O Partido Socialista propõe investir na economia!

Chega de Governos Empresários e de Economia a Menos!

O Partido Socialista propõe que o capital das empresas públicas seja aberto aos pequenos accionistas regionais!

Esta proposta miserabilista do plano possível mereceu comentários negativos da maioria dos parceiros sociais:

A Câmara de Vila Franca deliberou por unanimidade manifestar o seu descontentamento no que respeita aos investimentos previstos para o Concelho.

Perguntamos ao Sr. Deputado Rui Melo se vota favoravelmente este plano contra o seu concelho.

A Câmara da Lagoa diz que o Concelho merece um plano melhor.

Perguntamos ao Sr. Deputado Gustavo Frazão se vota favoravelmente este plano contra o seu concelho.

A Câmara do Nordeste pretende a inclusão de várias obras há muito faladas neste plano Perguntamos ao Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral se vota favoravelmente este plano contra o seu concelho.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ainda não sei!

O Orador: A Câmara de Santa Cruz da Craciosa estranhou que a Graciosa fosse a menos contemplada com investimentos neste Plano.

Perguntamos ao Sr. Deputado João Cunha se vota favoravelmente este plano contra o seu concelho.

Deputado João Cunha (PSD): Com muito prazer!

O Orador: A Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e o seu Presidente Manuel Arruda manifestaram a sua preocupação relativamente às verbas inscritas neste plano dadas as mesmas se mostrarem insatisfatórias face às necessidades reais.

Perguntamos aos Srs Deputados do PSD se votam favoravelmente este Plano contra os interesses dos seus concelhos e das suas ilhas!

A Federação Agrícola dos Açores e a Associação Agrícola de S. Miguel manifestaram a sua discordância com os valores apresentados para o Plano de 1995 e a sua repartição sectorial.

Perguntamos ao Sr. Deputado António Almeida se vota favoravelmente este plano contra as organizações representativas da lavoura.

Deputado António Almeida (PSD): Voto, voto!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs, Membros do Governo:

Este orçamento de rigor apresenta um défice corrente de 11 milhões de contos coberto pelas Transferências do Estado diz a Comissão de Economia e Finanças em relatório aprovado pela maioria. As despesas do Plano só terão cobertura com o recurso ao endividamento de 16 milhões de contos diz a mesma Comissão.

O presente plano apresenta desvios de tal ordem em relação ao Plano de Médio Prazo que a maioria das Comissões recomenda a sua revisão e actualização.

Nas Comissões os deputados do PS manifestaram o seu desacordo com uma proposta de plano que chama investimento ao que é apenas despesa publica," que classifica como investimento para 1995 o que é apenas satisfação de compromissos financeiros de 1992, 93 e 94. **O Partido Socialista contrariando a atitude irresponsável e miserabilista deste Governo convida os Deputados do PSD a alterar este plano cumprindo o seu mandato de servir os Açores e promover a Autonomia.**

Disse.

(Aplausos do PS e do CDS/PP)

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Quando V. Ex.^a iniciou a sua intervenção, eu disse para comigo, finalmente vai-se fazer justiça por parte do Partido Socialista ao início da Autonomia Político-Administrativa dos Açores. **Tal desilusão!**

O PS ainda sofre de um síndrome, através de V. Ex.^a, que aderiu recentemente a essa formação partidária, síndrome esse que tenho alguma dificuldade em equacionar de que tipo será.

Tem alguma relutância em aceitar que esta geração dê corpo a um sonho de velhos séculos e essa geração que em 1974/75 ou 76, assumiu a condução dos destinos dos Açores, mais não fez do que dar corpo a tanta luta desenvolvida por ilustres autonomistas da Ilha de São Miguel entre os quais V. Ex.^a citou alguns.

O que não posso admitir Sr. Dr. Fernando Lopes, Deputado do Partido Socialista e Vice- Presidente, é que ponha, ainda que minimamente, em causa - e dou o benefício da dúvida que não o terá feito conscientemente - o ardor, o entusiasmo, a honestidade, o desprendimento destes primeiros homens e mulheres que em 76 assumiram a condução dos Açores reunindo hoje aqui, amanhã acolá, lutando com dificuldades de instalação e de saber porque caminhos se iriam iniciar estes novos ventos autonómicos.

É isto que não posso admitir que ponha em causa a boa vontade e a boa fé desta gente que deu a cara numa altura bem difícil e que nunca se retirou da sala, quando se falou na aprovação do hino e da bandeira dos Açores que hoje estão constitucionalmente consagrados.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mais Sr. Deputado Fernando Lopes.

Gostaria que V. Ex.^a - e sei que tem autoridade moral e científica para isso - elucidasse alguns dos seus colegas que, talvez eivados daquela fúria revolucionária do "Verão Quente", na altura em que andavam de cabelos compridos e não sei se de brinco na orelha, andavam numa fona total a querer destruir a concretização deste velho sonho e a querer, num integracionismo exacerbado, saciar qualquer veleidade da Autonomia Política para os Açores.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, convertidos que estão aos novos ventos, oportunisticamente agarrados a eles, quase que pedem que sejam enrolados com a bandeira dos Açores quando forem para o caixão.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César

O Orador: Isto não tem nada a ver com "asas levantadas" ou "asas baixas" Sr. Deputado Carlos César, tem a ver com o que está consignado na Constituição da República Portuguesa.

Em relação à sua questão sobre o Nordeste Sr. Deputado Fernando Lopes, por ser um deputado da Região - embora tenha as minhas raízes no Nordeste - tenho dado provas juntamente com a Câmara Municipal e com as forças vivas do Concelho, de que temos sabido dialogar com o Governo dos Açores, esperado pela nossa vez e equacionar quais são as nossas reais prioridades.

Presidente: Sr. Deputado, agradeçia que procurasse terminar o seu tempo está a esgotar.

O Orador: Já vou terminar, Sr. Presidente.

Numa lista que apresentei de sugestões para serem integradas neste Plano de 95, foi entendido, em diálogo conjunto, franco e aberto, que algumas delas poderiam esperar mais alguns tempos em prol do desenvolvimento harmónico da Região Autónoma dos Açores.

Nós somos assim Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar vou fazer um comentário relativamente a alguns números que apresentou.

Quanto à dívida - e isto é também para o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - eu actualizo os vossos ficheiros uma vez por ano, mas parece que eles já estão desactualizados.

Penso que o ano passado tomaram nota dos números que eu dei, no entanto parece que tenho que voltar a dar esses números, apesar de poderem chegar lá através de contas simples.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro)

O Orador: Reparem que isto não é uma questão de opinião. É uma questão perfeitamente objectiva, não vale a pena insistir com coisas que não têm lógica nenhuma.

O montante presente da dívida são 73,9 milhões de contos. No fim do ano serão 78,4 e não o número que disse, ou seja, 115 . Está longe, não acha?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Está bem!

"Quando os críticos estão em desacordo está o autor de acordo consigo próprio" - Óscar Wilde.

Não há dúvidas que os senhores estão em desacordo e estou eu de acordo porque o meu número é que está certo.

Os senhores o que têm a fazer é tomar nota e para o próximo ano coloquem os vossos discursos no ficheiro, que normalmente são semelhantes de ano para ano e no próximo ano repetem a chapa mas com o meu número e então já dá certo.

Dívida indirecta - 18,2 (é bom tomarem nota senão estou sempre a corrigir);

Dívida das empresas públicas - 36,4.

Quanto à dívida com a Caixa Geral de Depósitos, o Governo Regional não assumiu nenhuma dívida com a mesma e considera-se processo litigioso à sua posição.

Tem posição escrita em 1990 e este ano, em 1994, por duas vezes...

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... apresentou posição escrita relativamente a esta matéria com o respectivo parecer jurídico, com as quantias que considera que não são de forma nenhuma devidas e é uma posição com a qual tem um compromisso de negociação mas que não tem um compromisso de aceitação.

A soma de qualquer importância é absolutamente extemporânea e não tem lógica.

A dívida à Caixa Geral de Depósitos é isto, é uma posição que se tem mantido desde 1990 e este ano foi reafirmada por duas vezes e por escrito. São documentos oficiais.

Relativamente a outros aspectos do protocolo plurianual, há uma coisa que tenho que dizer, ou seja, o ano passado trouxe aqui a situação do protocolo intercalar com os seus efeitos até 31 de Dezembro daquele ano, foi a forma de resolver os problemas naquela altura.

Já agora esclareço que uma das questões que levantou muita celeuma, foi a questão do Aval.

O Aval foi a figura que na altura os serviços do Estado quiseram introduzir para aquela operação.

De facto, a Região Autónoma, por muito que vos custe, não precisa de Aval para realizar as suas operações financeiras ...

Presidente: Sr. Secretário Regional agradece que procurasse terminar.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Por isso, este ano expliquei - o discurso do Sr. Deputado eu compreendo que tenha sido escrito antes da minha intervenção - porque razão é que não existia o Protocolo plurianual e porque razão pensamos que a formulação relativa à autonomia financeira dos Açores tem que ser diferente.

De qualquer forma, prosseguem os contactos no domínio fiscal e no domínio conjuntural para conseguir, com certeza de uma forma prática, resolver os problemas com que nos vamos defrontando para quem tem responsabilidades no exercício do poder.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para pedir esclarecimentos.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria pedir um esclarecimento muito simples ao Sr. Deputado Fernando Lopes que me espantou na sua intervenção com o recurso que fez e o realço que deu, nomeadamente referindo nomes de Deputados desta bancada, confrontando-os publicamente com uma coisa que considero sagrada que é o direito de voto.

O Sr. Deputado veio aqui pôr em cheque a honorabilidade de deputados desta bancada e mais pondo-os em confronto com hipotéticas alterações em relação aos respectivos concelhos.

Eu não posso interpretar de outra maneira as palavras do Sr. Deputado quando diz por exemplo, "porque é que o senhor deputado vai votar", ou "o que é que o sr. deputado X vai fazer em relação ao seu concelho".

Eu gostaria de pedir ao Sr. Deputado Fernando Lopes - e vai daqui o sentido do meu esclarecimento e do meu pedido - que me informasse e também taxativamente tal como citou aqui concelhos e câmaras municipais, em que região ou regiões, em que país ou países o Sr. Deputado vê câmaras municipais, associações agrícolas, federações agrícolas ou organizações sindicais estarem de acordo com os planos e os orçamentos das respectivas regiões ou países?

A minha primeira pergunta é essa. Gostaria que me dissesse, textualmente, por nomes, em que regiões ou países e quais são as câmaras que estão de acordo com o respectivo orçamento e plano?

Em segundo lugar, socorreu-se o Sr. Deputado para formular as críticas ao plano e orçamento na parte final da sua intervenção, sensivelmente às mesmas conclusões que a Comissão a que o Sr. Deputado pertence também as formulou, nomeadamente citando algumas dessas conclusões. Permita-me lembrar-lhe, com o devido respeito, que na realidade, a Comissão não estava a dormir e o Sr. Deputado também não. Portanto, como vê, a Comissão não foi insensível e quando entendeu formular críticas formulou-as, o que não significa, na nossa óptica, que essas críticas sejam obstrutivas ou impeditivas a que se discuta com coerência o Plano e que se possa também votá-lo em coerência.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começarei pelo Dr. Victor Evaristo e relativamente aos trabalhos de Comissão e às citações que faço do relatório da Comissão, é porque esta Comissão não esteve a dormir, as "violas não estiveram a tocar música fúnebre", esteve a trabalhar e esteve a trabalhar seriamente. É com agrado que cito esse trabalho sério.

No que respeita à pergunta das Câmaras de outros países, eu agradecia depois que o Sr. Deputado me desse também as que votam a favor, as moradas e os endereços.

Dirigindo-me agora ao Sr. Secretário das Finanças sobre a questão da dívida da Caixa Geral de Depósitos, o Orçamento Geral de Estado, artigo 72 ° - "Necessidades de Financiamento das Regiões Autónomas", no n.º2 está escrito:

"Relativamente à Região Autónoma dos Açores, acresce ao limite definido no número anterior o montante estritamente necessário à regularização da dívida à Caixa Geral de Depósitos dotando-a de linhas de crédito bonificadas."

É evidente que nós não adivinhamos, nem o Sr. Secretário ainda se dignou informar como é que estão a decorrer essas tais negociações.

Eu já agora pedia-lhe, que expressamente, dissesse quais são as suas propostas e quais as contra-propostas do Ministério das Finanças e se achar bem informar este Plenário, porque já lhe fizemos algumas dessas perguntas na Comissão e não respondeu .

No que respeita à dívida, eu agradeço de facto as actualizações e nós vamos continuar a dizer os números somente para ir recordando e dando ênfase ao Estado. E pediu responsabilidades políticas, porque é que o fez?

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Gostaria também que o Sr. Secretário dissesse mais alguma coisa sobre este célebre Protocolo plurianual ou o Sr. Presidente. Se as suas versões condizem ou não não condizem?

A legislação sobre a lei dos disponíveis como é que vai andando?

Era curial informar esta Câmara sobre todos esses passos negociais.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Câmara tem sido permanentemente informada do que é relevante, por exemplo, o caso da Caixa Geral Depósitos já que o Sr. Deputado perguntou.

Se não foi informado é exactamente por não ter até à data assunto relevante.

Quando estive na Comissão, a primeira reunião sobre o assunto da Caixa Geral de Depósitos ainda não se tinha realizado.

Essa primeira reunião de um grupo de trabalho criado nos termos que dei conta aqui o ano passado, seria intermediada pelo Tesouro, uma vez que nós consideramos matéria de natureza contenciosa.

Com a Caixa Geral de Depósitos, realizou-se uma reunião entre esta sessão que estamos agora e a reunião que tivemos - não sei dizer o dia certo, mas é fácil informá-lo se tiver curiosidade sobre isso.

Essa reunião foi apenas para colocação das posições na Mesa, isto é, a Região reafirmou a sua posição de 1990 e deste ano, por escrito, e ouviu da parte da Caixa Geral de Depósitos a sua posição.

Naturalmente, a Secretaria de Estado do Tesouro que é um intermediário, não tem posição. Ficou a estudar e nesta reunião foi isto que se passou.

Se se tivesse passado outros factos, desses factos teria dado conta aqui.

Se essa suspeição permanente de que esta Câmara não está informada não tem fundamento, fá-lo-ei sempre e não vejo qualquer interesse, pelo contrário, acho essencial fazê-lo, portanto não preciso de convite para o fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para pedir um esclarecimento.

Deputado Fernando Lopes (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores que afirmou - e volto a citar a minha intervenção - no que respeita à actual fase de relacionamento com o Governo da República que em alternativa a estas negociações falhadas, à revisão da Constituição, a alternativa é ir sensibilizando os Governantes continentais e o público em geral.

São estas as orientações políticas para o relacionamento financeiro entre a Região e a República.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sim, senhor. As negociações são permanentes.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para dar um esclarecimento, Sr Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu vou votar favoravelmente o Plano sem pôr em risco nem trazer problemas para o meu concelho.

Eu quero informar o Sr. Deputado o seguinte: eu não sou nem tenho a dimensão, por exemplo do Sr. Deputado Duarte Pires, nem sequer tenho uma dimensão de deputado concelhio, ou a sua dimensão que é deputado de ilha.

Eu tenho pautado a minha intervenção nesta Casa, sempre por uma intervenção de âmbito regional para que fui eleito.

Com isto quero dizer-lhe que os habitantes de Vila Franca estão muito satisfeitos com isso, porque normalmente o resultado do PSD nas eleições anda sempre acima dos 60%.

Por isso, eu tenho grande facilidade de lhe explicar quando sair daqui, não só dos defeitos deste Plano e das suas virtudes, porque eu não estou nos Açores por puro acaso.

Como sabe eu não nasci em Santarém, mas em Vila Franca e o por isso o povo conhece desde pequenino, os meus defeitos e as minhas virtudes e reconhecem as minhas capacidades.

Quando sair daqui não me vou fechar em gabinetes a fazer estudos económicos. Vou conversar com o povo, vou talvez explicar e tentar inventariar as suas aspirações...

Deputado Carlos César (PS): Para voltar a ganhar as eleições?

O Orador: Para voltar a ganhar as eleições.

E na próxima sessão legislativa, não vou vir fazer intervenções e fazer elogios as Sr. Ministro da República à procura de uma avença. Não vou fazer isso!

Vou continuar a trazer para esta Casa denúncias e tentar defender o povo que me elegeu. Essa vai ser a minha postura.

Para complementar a intervenção do Deputado Jorge Cabral, na altura em que eu andava em Vila Franca, na minha adolescência, com o Partido Social Democrata a perceber a autonomia, a perceber os Açores, o senhor andava em Lisboa com o cabelo comprido e com o jornal "A Luta Popular" do MRPP debaixo do braço.

(Risos das bancadas do PSD e do Governo)

Esta é a grande diferença. E isto para o senhor perceber como é que nós aqui nos podemos pautar.

Esteja descansado, porque em Vila Franca, na Ilha de São Miguel e nos Açores, nós vamos assumir as nossas posições com clareza com frontalidade.

Vamos viabilizar este Plano, porque nós acreditamos nele e nas **virtudes do Governo Regional e nas capacidades dos nossos governantes.**

Temos confiança que irão ser ultrapassadas as dificuldades financeiras de que este Plano infelizmente dá mostras.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra com que finalidade?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Deputado Victor Evaristo (PSD): Eu nasci em Castelo Branco, **Castelo Branco**, Sr. Deputado, não foi na Horta. Mas olhe que nem por isso gosto menos dos Açores que o Senhor, pode ter a certeza disso.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Também quanto a "capuchinhos" nunca andei com nenhuns em Lisboa, nem com cachecol ao pescoço.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: :Eu queria, se V. Ex.^{as} me permitissem, se o Sr. Presidente puser uma certa ordem nos trabalhos do Plenário, o que me parece que já vai sem tempo...

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que deixassem o Sr. Deputado Victor Evaristo pedir esclarecimentos.

O Orador: Vocês falam muito e dizem pouco!

Eu queria apenas, em relação ao esclarecimentos que pedi há bocado ao Sr. Deputado Fernando Lopes, fazer um contra-esclarecimento.

V. Ex.^a não me esclareceu coisa nenhuma.

Quando eu lhe pedi que me fornecesse os nomes de câmaras, associações agrícolas, relações sindicais que apoiassem planos ou orçamentos do Governo, V. Ex.^a respondeu uma coisa que não percebi, mas foi qualquer coisa que zoou que eu lhe indicasse nomes e endereços dos que votam a favor.

O Sr. Deputado endereçou-me a minha pergunta, portanto, não respondeu a ela.

Mas eu vou-lhe satisfazer a curiosidade e para não sairmos da Região eu vou lhe dizer que votaram e votam a favor deste Plano e deste Orçamento todas as Câmaras não socialistas desta Região.

Deputado Francisco Sousa (PS): É mentira!

Deputado António Gomes (PS): E quantas não responderam?!

O Orador: Já tem aqui a sua resposta.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que deixassem o Sr. Deputado Victor Evaristo terminar.

O Orador: A Câmara não tem que votar coisa nenhuma, Sr. Deputado! O Sr. é que tem que votar!

Eu não queria dizer o que vou dizer, mas os senhores obrigam.

V. Ex.^{as} estão a assumir um comportamento neste debate que já começou há bocado com as escolas que me faz lembrar o papel que normalmente, e do qual nos rimos, é o papel caricato do "novo rico".

V. Ex.^{as} estão a tomar mais ou menos esse tipo de comportamento.

O novo rico, como sabem, é aquele que exige tudo dos outros, porque na arrogância do seu dinheiro pensa que se lhe permite isso.

O "diabo" é que V. Ex.^{as} usam a mesma arrogância do novo rico **não sendo ricos nem sendo novos.**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Risos das bancadas do PSD e do Governo)

Deputada Lisete Silveira (PS): Que baixo nível!

Deputado Fernando Fonte (PS): Que engraçado!

O Orador: É verdade Sr. Deputado, hoje estou assim!

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos, retomá-los-emos às 18.00 horas.

(Eram 17.40 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 18.20 horas)

(O Deputado António Gomes substituiu o Deputado Hélio Pombo no lugar de Secretário na Mesa da ALRA)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Da leitura dos documentos que estamos a apreciar nesta Câmara e no que se refere à Ilha do Corvo, o Plano e Orçamento para 1995 demonstra que o Governo Regional está atento aos nossos problemas e anseios legítimos já que fomos contemplados com verbas significativas nas diferentes áreas da governação.

Porém, e mesmo tendo em atenção o momento difícil porque passa a nossa Região em termos financeiros, não posso deixar de chamar a atenção do Governo Regional para o facto de não existir verba inscrita no Plano para a construção de um novo edifício escolar na nossa Ilha.

É reconhecido por todos que a actual situação escolar no Corvo é difícil nomeadamente no que diz respeito às actuais instalações que, de facto, não servem nem alunos nem professores e a confirmação está aí, ou seja, os nossos filhos continuam e certamente continuarão a sair de casa com 11/12 anos para, noutras ilhas da Região, continuarem os seus estudos.

No entanto, e a julgar pelo empenho e disponibilidade que o Governo já demonstrou relativamente a este assunto, estamos confiantes que a resolução efectiva deste problema se concretize na vigência do actual Plano de Médio Prazo que, como todos sabemos, termina em 1996.

Confiamos no nosso "mestre", Dr. Mota Amaral, que conhece bem o rumo traçado e os caminhos que juntos percorremos. Para nós este será com certeza o rumo certo que os corvinos tanto desejam ver concretizado.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs.

Membros do Governo:

Mais uma vez esta Assembleia foi convocada para dar o seu parecer e conseqüente votação ao Plano e Orçamento relativos ao ano 1995.

Lançando um olhar cuidadoso sobre o Anexo do Plano, verificamos em relação à Ilha das Flores que ele é, sobre todos os aspectos, o mais miserabilista que passou por esta Assembleia a fim de merecer a aprovação dos Srs. Deputados e mais grave ainda, é o facto de, mais de 50% do total da verba orçamentada, se destinar ao pagamento de obras já concluídas ou em vias de conclusão até final do ano.

Mas se focarmos com maior incidência a Ilha das Flores, o panorama reveste-se de maior desesperança. De facto, há medida que os anos passam, pode-se constatar, que gradativamente os melhores valores que enriquecem a ilha, se vão perdendo rapidamente.

A população envelhecida vai diminuindo, não só ceifada pela morte, mas também porque a gente nova trata de abandonar esta terra na qual, não descobre nada que a possa prender nos aspectos económicos, culturais e sociais. Tendo em conta que nos últimos 2 anos vários estímulos de fixação foram extintos na Ilha das Flores, tais como a Estação Loran, Estação Rádio Naval, Estação Francesa de Tele-Medidas e empresas de construção civil, que concluídos os seus contratos, paulatinamente abandonaram a Ilha para regressarem às suas sedes ou a outros lugares que lhes oferecem condições mais atractivas de trabalho e de vida. Todas estas ausências simultâneas, têm provocado uma inactividade que parece ser prenúncio de uma morte económica. Por tudo isto, nos apercebemos de que a esperança quase morreu para os florentinos, que na sua maioria envelhecidos, aguardam resignadamente o seu fim.

Mas se depois de nos havermos debruçado sobre o estado daquela Ilha, estudarmos o Plano e Orçamento para 95, as nossas esperanças num futuro melhor fatalmente tendem a morrer.

Mais uma vez lembramos nesta Câmara a necessidade de criação de um posto de saúde e de uma ambulância no Concelho das Lajes para transporte de doentes para o Centro de

Saúde de Santa Cruz. Esta necessidade, podemos referi-lo a V. Exas., é das mais elementares e daquelas que deviam pesar mais na responsabilidade Governamental.

O estado caótico da maioria das estradas da Ilha não podia deixar de provocar algum reparo, a quem mesmo de passagem, como acontece com o Governo quando visita a Ilha, no entanto só está orçamentado nesta rubrica 30.000 contos cuja totalidade se destina a reabilitação da Estrada Regional 1-2ª.

No entanto, o estado da estrada de ligação entre as duas Vilas necessita de correcção, dado que o volume dos transportes nos últimos tempos aumentou bastante, bem como, a quantidade de cargas que transitam por esta via devido à construção do porto nas Lajes.

Já no Plano de 92 existia uma verba destinada à iniciação do projecto de melhoria do Porto das Poças, porque tinha um papel decisivo no serviço ao iatismo e nas ligações com interesse turístico Flores-Corvo-Flores.

Neste momento, o barco que faz as ligações tem de aguardar maré-cheia para poder acostar, isto em virtude do fundo do mar junto ao cais se encontrar entulhado de pedras soltas. Como podem V. Exas. ver, para a resolução deste problema falta apenas a boa vontade, dado que o mesmo não é caro nem difícil.

No Porto das Lajes, em fase terminal, nota-se a falta de várias infraestruturas complementares, poder-se-á dizer que são caras, mas algumas delas poder-se-iam e dever-se-iam construir rapidamente, porque custariam muito pouco, como sejam as instalações sanitárias e um varadouro essenciais aos utilizadores daquele porto.

Lembraríamos ainda a construção da ponte da Ribeira Grande, que liga a Freguesia da Fajã-Grande ao resto da Ilha, em substituição do pontão provisório lá existente há vários anos, e que constitui um perigo, em especial para as camionetas cuja distância entre rodas é precisamente igual à largura do referido pontão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como podem observar, neste momento, para muito pouco chamei a atenção dos Srs. Deputados relativamente ao Plano, tanto mais que aquilo que aqui possa ser trazido por qualquer elemento da oposição não encontra eco nem no Governo, nem na bancada que o suporta, o que à partida nos preocupa profundamente.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Aguiar.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É do conhecimento geral, e agora por todos defendido, que a autonomia da nossa Região, foi um bem conseguido, que fez o nosso arquipélago sair do marasmo e do atraso a que se encontrava votado por parte do poder centrado e centralizador em Lisboa.

Tem sido com essa autonomia conseguida que os Açores, o seu povo e os órgãos de Governo próprio, aqui sediados, têm conseguido um desenvolvimento harmonioso e rápido, se tivermos em conta que este regime, de órgãos do governo próprio dos Açores, ainda nem conseguiu os 20 anos de idade.

Certamente que ao longo desta jovem autonomia se tem cometido algumas falhas, nem sempre se consegue tudo quanto se deseja, não é possível fazer-se tudo ao mesmo tempo e tem havido grande dificuldade em estabelecer prioridades, porque efectivamente, faltava fazer quase tudo nestas ilhas para que elas tivessem desenvolvimento e para que nenhuma delas se sentisse menosprezada conforme acontecia antes em relação ao continente português.

Naturalmente que todos querem fazer tudo ao mesmo tempo, depressa e bem, no entanto, qualquer pessoa de bom senso reconhece que esta trilogia é impossível de conseguir, não só porque os recursos financeiros não chegam, mas até porque os meios humanos também não são tão abundantes que permitam atingir tudo quanto queremos.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, temos que ser realistas: não se pode, de forma alguma, e seja com que governo for, fazer em 20 anos aquilo que deixou de ser feito em mais de quinhentos.

Contudo, e com a persistência que caracteriza o nosso povo, tem-se programado a nossa vida, os partidos políticos têm apresentado os seus manifestos eleitorais que são sempre amplamente debatidos e, de seguida, o povo confia os seus destinos a quem lhe inspira confiança, demonstra capacidade, tem projectos credíveis e exequíveis e

pretende criar ou pelo menos permitir que haja melhores condições de vida em cada uma das nossas parcelas. É depois com base no manifesto aprovado pelo povo que são elaborados o programa do Governo e os sucessivos planos e orçamentos, que vão sendo cumpridos com maior ou menor rigor, mas tendo sempre em mente que a nossa única função é servir quem nos escolheu e permitir que nos Açores se viva com dignidade e sem necessitar sair destas belas ilhas, para se ter um bom ambiente de vida.

Aliás, as nossas ilhas já começam a ser invejadas e descobertas por muitos em termos de qualidade de vida, nomeadamente no que se refere a paisagens, ar sem poluição, mar magnífico, tranquilidade para se poder passear e conversar, etc, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem sei que nem só de bom ambiente e tranquilidade se vive e por isso, tomando como exemplo o círculo eleitoral que me elegeu, a Ilha Graciosa, poderei dizer que já muito foi feito ao longo destes anos e que, por todos isso é reconhecido. Por exemplo, na área da educação já ninguém necessita sair da Graciosa aos 12 ou 13 anos de idade, porque a construção da escola preparatória permitiu que os jovens daquela ilha prossigam os seus estudos pelo menos até ao nono ano de escolaridade; as instalações desportivas, recreativas e culturais têm tido diversos apoios; a educação permanente tem funcionado e segundo se sabe bem, o museu da Graciosa é uma realidade que ninguém ignora e que tem tido uma acção preponderante na recolha dos usos e costumes dos nossos antepassados; a Academia Musical da Ilha Graciosa já funciona com apoios governamentais. Por outro lado, o porto comercial daquela ilha está a funcionar em pleno permitindo assim que, quase toda a gente, se tenha esquecido das diversas rupturas em diversos géneros que surgiam na ilha com muita frequência. O aeroporto é uma porta aberta para entrada e saída quase diária o que, nalgum tempo, acontecia, por vezes, com a demora de um mês, as estradas regionais e outros equipamentos colectivos são bem diferentes, para melhor.

Na área da agricultura e pescas, investimentos como a Casa de Matança, a Casa de Frio na Folga, os apoios a agricultores e às suas associações, bem como às cooperativas e a alguns pescadores, têm permitido a melhoria das condições de vida das nossas gentes.

Tendo em atenção outro sector, os serviços de saúde, de apoio às crianças e aos idosos, têm sido dotados com meios técnicos e equipamentos, destacando-se nomeadamente, a recuperação e remodelação das Termas do Carapacho, a remodelação e ampliação do Centro de Saúde, a construção do lar de idosos, alguns polivalentes, entre outras, de salientar ainda que a electrificação de toda a ilha é um bem já conseguido.

A energia alternativa é também uma realidade, com a construção do parque eólico.

Os projectos de modernização do Comércio e o incentivo aos jovens empresários, têm sido sempre conseguidos quando solicitados e devidamente organizados. Enfim, estes são apenas alguns exemplos do bem que temos e que por vezes é esquecido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entanto; esqueçam-se aqueles que pensam que na Graciosa está tudo feito, porque isso não corresponde à realidade e posso aqui também referir algumas justas aspirações do povo daquela ilha.

Por exemplo, na área da educação é necessário, com a envolvência de todos como se fez em outros locais, que o ensino passe a ser ministrado até aos 10º e 11º anos.

É urgente que a escola de música da Academia Musical da Ilha Graciosa, seja oficializada para que o ensino ali ministrado seja reconhecido oficialmente.

Há necessidade de ampliar a escola preparatória para que nela possam ser leccionados os 10º e 11º anos tal como já referi, e será benéfico concluírem-se as obras de extensão do museu.

Por outro lado, é necessário fazerem-se os arranjos exteriores no Centro de Saúde e continuar a dotar aquele Centro de mais meios técnicos e humanos.

É fundamental que se continue a apoiar as Santas Casas da Misericórdia com coragem, não se podendo descurar o apoio para a conclusão de algumas obras em polivalentes.

Continuam a ser aspirações justas e necessárias, a recarga do resto das estradas regionais, a protecção do Porto Comercial, a construção de um quebra mar de abrigo naquela área portuária, a protecção da orla marítima, nomeadamente no Carapacho junto às Termas, na Rochela e nos Fenais, continuar com o apoio à habitação nas três vertentes: SAFIN, Auto-Construção e Habitação Degradada.

Outro sector que ainda sente carências é o da agricultura e pescas, sendo por isso necessário a construção de alguns edifícios onde possam funcionar as lotas. A rampa de varagem do Porto da Praia não reúne as condições ideais para ali se operar.

A fábrica de lacticínios necessita ser construída e para tal é indispensável o apoio governamental.

Os caminhos de penetração são fundamentais para o desenvolvimento agrícola e por isso a sua manutenção tem, obrigatoriamente, que continuar, bem como a conclusão de outros.

É ainda necessário no sector da energia construir um novo edifício para a central, bem como concluir a remodelação das redes eléctricas.

Tal como referi, estes são apenas alguns exemplos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante estas situações, e no momento em que nos encontramos na análise e discussão do Plano e Orçamento para o ano de 1995, será de perguntar:

- estão os graciosences **totalmente satisfeitos** com este Plano ? A minha resposta é **não !**

Logicamente a pergunta que se coloca a seguir é: Então os representantes daquele povo vão **votar favoravelmente** aqueles documentos. A resposta é **sim!**

E assim, Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, porque também como já referi nesta intervenção, nos poucos anos que temos de órgãos de governo próprio na Região, já se fez aquilo que em séculos ninguém se dignou construir.

E, como de todos é sabido e por todos é assumido, este é o Plano possível atendendo à situação económica e financeira que a Região atravessa, tal como todo o País e até todo o mundo, como todos os dias nos é dito e lido através dos diversos órgãos de comunicação social.

Vamos ainda apoiar este plano, também com a esperança e até com a certeza de que o que não conseguirmos atingir em 1995 será contemplado em anos seguintes, porque como diz o povo "Roma e Pavia não se fizeram num dia" e temos as provas concretas de que com o apoio de todos e a visão de desenvolvimento harmónico do nosso arquipélago, tem sido e continuará a ser possível fazer muito em pouco tempo.

Esperamos apenas que nunca se perca aquele princípio fundamental de que todas as parcelas da Região são importantes e só com todas elas é possível ter um arquipélago unido, coeso e forte.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bastaria trazer hoje aqui a simples leitura do Comunicado da reunião de 4 de Outubro último, do Conselho de Ilha, que transmitia a necessidade imperiosa de se incluir no Plano que estamos apreciando, ou concluídos urgentemente, uma série de empreendimentos para a Ilha do Pico. **Confrontar** essas reivindicações, **então responsabilmente manifestadas e assumidas como imprescindíveis e inadiáveis, por todos os três Presidentes de Câmara, de Assembleias Municipais, e pelos quatro Deputados da Ilha, confrontá-las, dizia eu, com a escassez de acções e com a reduzida dotação em verbas das poucas obras que este Plano consagra para o Pico, e estaria amplamente justificado o nosso voto desfavorável a este Plano da Região para o próximo ano.**

É que, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados, em nosso entender, quem tem um mínimo de coerência política e assume responsabilidades perante o povo que os elegeu, não pode proceder de outro modo, sob pena de estar ludibriando, ano após ano, gente anónima que quer continuar, teimosamente, a ter esperança de que melhores dias virão para a nossa Ilha do Pico.

Queremos e estamos incluídos no número dos Picarotos que ainda têm essa esperança. Por isso, lançamos desta tribuna um último apelo aos Srs. Membros do Governo: Não matem a esperança que ainda existe no povo da nossa Ilha e demonstrem-no já, incluindo neste Plano de 1995, ao menos o que prometeram no Plano de Médio Prazo 1993-1996.

Tenham a coragem, Srs. Membros do Governo, de assumir as vossas responsabilidades políticas, cumprindo as promessas feitas. Tal atitude só vos dignificará, libertando os Deputados do PSD do Pico do difícil dilema que, com certeza, devem sentir sobre os seus ombros:

- trair o povo por fidelidade ao Partido, ou trair o partido por amor ao Povo...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo,

Que mau negócio fizeram os Picarotos, meus concidadãos, com a escolha político-partidária das últimas eleições.

É que, a tão apregoada **sintonia político-partidária** - Câmaras, Deputados e Governo - que a existir, produziria verdadeiros milagres, parece que ao Pico, só trouxe indícios de demissões autárquicas pelos mais diversos motivos e falta de solidariedade, sem qualquer benefício em troca.

Parece que se perdeu o espírito reivindicativo que em anos anteriores os nosso autarcas e Deputados demonstraram.

Permitam-me citar apenas um parágrafo do Comunicado do Conselho de Ilha, da reunião de 19 de Setembro último:

" Execução do Plano relativa ao Pico - ressalta um sentimento unânime de grande descontentamento pelo facto daquela execução material se caracterizar por níveis bastante aquém do desejável e admissível...- ou ainda outra: - está em causa a sobrevivência económica da Ilha do Pico, concretamente e a título de exemplo: a ampliação da pista do Pico e o reforço do molhe acostável do porto comercial de S. Roque ", são inadiáveis.

Será que quem assim pensava, está satisfeito com o "negócio eleitoral" que fez com este Governo?

Para bem dos Picarotos, preferíamos que fosse ao contrário. Que tivessem feito um bom negócio. Mas um Governo P.S.D. que em 18 anos nunca aceitou qualquer alteração proposta pelo P.S.,...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... em relação ao Pico, só demonstra que não tem vontade política de aceitar a evidência e a imperiosa necessidade que a ilha sente, de ser dotada com investimentos proporcionais à sua real dimensão económica e, apenas pensa e actua

na prática, no sentido de que nunca o Pico pode nem deve crescer mais que Flores, Corvo, S. Jorge, ou Graciosa. **A nossa real dimensão é que deve ser tida em conta por qualquer Governo, que planeie com rigor e não aquela que o Governo - P.S.D - teima em nos atribuir :**

-uma ilha menor igual a outras cinco e nunca uma ilha maior aspirando aos valores de desenvolvimento semelhantes a outras três - S. Miguel, Terceira e Faial.

Esta é que é a velha questão, mais que dita e redita nesta Assembleia, pelo meu colega de partido, o Deputado Manuel Serpa.

E não nos acenem com o fantasma do bairrismo, que responderemos com a exigência dum desenvolvimento harmónico, tendo em conta a realidade **ilha**.

Foi essa a grande esperança do regime autonómico: substituir-se a velha divisão distrital, por uma Região Açores, implementando-se assim a **descentralização por Ilha**. Continuamos apostados firmemente na concretização dessa justa aspiração.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Não referi no concreto qualquer obra, porque em tempo próprio -Outubro/Novembro - e antes desta apreciação final, - ao contrário do que aqui afirmou o Sr. Deputado Victor Evaristo - fiz chegar junto do Governo, em requerimentos devidamente fundamentados, as minhas principais preocupações, solicitando mesmo algumas alterações e o reforço de verbas, para dar execução a velhas aspirações dos Picarotos.

Deixo, no entanto, aqui expressa a grande preocupação dos Deputados do P.S., **como alerta ao Governo**, e a nossa solidariedade para com os homens e mulheres que trabalhavam na TUNAPESCA, em S. Roque do Pico, prometendo-lhes que estaremos atentos à sua actual situação difícil e fazemos votos que a Administração desta Empresa consiga resolver os seus problemas e encontre alternativas para a falta de pescado, sentidas este ano, **para que volte a laborar no próximo ano.**

Não podemos confiar em quem já nos **prometeu** no Plano Médio-Prazo 93-96, por exemplo, a ampliação da Escola Preparatória de S. Roque, ou no PMP anterior 88/92 a de S. Roque e a das Lajes, ou ainda há um ano na visita ao Pico, que ia pôr a concurso a repavimentação de diversos troços da estrada regional **e nada construiu.**

E a verba de 90 mil contos deste Plano, para conclusão da repavimentação de troços da Estrada Regional no Pico que, ao que parece, apenas se destina ao pagamento de dívidas de anos anteriores. Afinal sempre existiam dívidas no Pico.

Nem podemos acreditar em quem afirma, segundo o Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, sobre a audição ao Governo em Outubro último, e cito: **"no Porto da Madalena, irão iniciar-se os trabalhos para a construção da Gare de passageiros"**. Procuramos neste Plano a concretização dessa promessa e, infelizmente, também nada encontrámos quanto a esta obra. **Mais um esquecimento do Governo.**

Será que irão proceder a alterações, durante esta discussão, englobando esta e outras obras para o Pico ?

Então aceitem desde já, Srs. Deputados do P.S.D., especialmente os do Pico, a nossa proposta de alteração, para introduzir neste Plano-95 a **prometida e esperada ampliação da pista do aeroporto do Pico.**

Mostrem a coragem que a nós não nos falta.

Mostrem aos Picarotos que, como V. Exas. deram a entender, também sobre esta questão, podemos estar unidos na defesa da nossa ilha.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS e do Dep. Independente)

Presidente: O Sr. Deputado Álvaro Manito pede a palavra com que finalidade?

Deputado Álvaro Manito (PSD): Para prestar esclarecimentos Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Álvaro Manito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome dos dois Deputados do PSD da Ilha do Pico, nós queríamos dizer ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila do PS que não precisamos de concelhos do Sr. Deputado.

Os Deputados do PSD do Pico tudo têm feito, dentro daquilo que está ao seu alcance, para cumprir e defender aquilo que também defenderam em Concelho de Ilha, dentro das possibilidades do Quadro Financeiro da Região, está claro.

A seu tempo, com certeza que irão surgir algumas propostas por eles defendidas em sede própria - como é claro - no seu Grupo Parlamentar.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Gastão Pacheco.

Deputado Gastão Pacheco (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É certo que a minha experiência nesta Casa é curta, mas a bastante para concluir que são feitas afirmações e outras tantas reivindicações avulsas e sem sentido regional, realçando as preocupações de alguns em afectar para a sua Ilha, verbas e obras, irrealistas em função da realidade e dos rendimentos das receitas geradas na Região.

Fala-se na grave crise económica, nas dívidas assumidas pela Região, no entanto, as dívidas são a única razão para o desenvolvimento desta.

Pelo contrário, é este Governo Regional que tem sabido, desde a primeira hora, desenvolver esta Região. Quem conhecia os Açores como eu conheço pode notar a diferença.

Prometer é muito bonito! Realizar é difícil! No entanto, destruir é fácil! Mas o Povo que nos elegeu livremente já sabe há muito com o que pode contar. Isso resume-se pura e simplesmente com a **Verdade** e com a **Realidade**.

É certo que todos nós que nascemos e vivemos nos Açores, aspiramos a uma vida melhor com o mínimo de condições.

No entanto, duas coisas são fundamentais, **Saúde** e **Educação**. São as mesmas que nos levam 80% do Orçamento Regional.

Por estas razões, vamos aprovar este Orçamento com a plena consciência que apesar de não ser o que queríamos ou desejávamos para todos nós é o **único** possível para que assim possamos continuar a desenvolver a nossa Região.

O Governo queria poder agradar a tudo e a todos, satisfazendo todas as pretensões. Seria óptimo podermos construir um tanque para o Sr. Pires, uma Ermida para o Sr. Fontes, uma Marina para o Sr. Barros, um aeroporto Internacional para o meu

querido amigo Ávila do Pico e uma Biblioteca Pública para os filósofos de Santa Luzia, um altar para o César...

Deputado Carlos César (PS): E seria mais uma frota automóvel!

O Orador: ... um Dornier para o Paulo Valadão, mas nada disso é possível, são sonhos irrealistas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Porque não integraram no Plano a Médio Prazo?!

O Orador: Não se apoguenta meu filho!

(Risos das bancadas do PSD e do Governo)

Contudo, já estamos habituados a toda esta discussão estéril da oposição criticando-nos por não ter cão e por ter o cão, são muitos anos de raiva relançada pela sede de poder.

Adoráramos ver surgir da oposição ideias válidas, sugestões construtivas, mas infelizmente isso nunca aconteceu e infelizmente não vai acontecer tão cedo.

Sejamos realistas.

Disse.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Pensei que éramos todos republicanos, mas afinal somos todos realistas!

(Risos das bancadas do PSD e do Governo)

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu protesto vai neste sentido: não falei, nem falo, nem nunca falámos em aeroporto internacional. O Sr. Deputado deve ter percebido mal.

(Aparte inaudível do Deputado Gastão Pacheco)

O Orador: Pior do que isso, é aquilo que o Governo pôs e V. Ex.^{as} aprovaram no Plano a Médio Prazo 93/96, isto é, 260 mil contos para ampliação do aeroporto do Pico. V. Ex.^{as} é que **aprovaram**, não fomos nós e agora não querem cumprir.

Em 95 deram 110 mil contos e para o ano 150 mil contos.

Este é que é o meu protesto e não se brinca com coisas sérias!

Deputado João Cunha (PSD): Tenha calma!

O Orador: Brincar é lá fora!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se algum elemento comum caracteriza as sociedades modernas nesta transição de século e milénio ele é seguramente a comunicação social.

A pujança alcançada por este sector produtivo, sobretudo a partir da Segunda Grande Guerra e posteriormente pelo recurso a suportes electrónicos que culminaram na comunicação global dos nossos dias, transformou a imprensa, rádio e televisão na principal indústria da formação, da cultura e do entretenimento, para além, naturalmente, da capacidade informativa que sempre lhe foi própria.

Esta função social dos media também se verifica entre nós, sendo até acentuada pela pequena dimensão do mercado e das empresas jornalísticas e pelas dificuldades de custo e de acesso a muitos desses produtos informativos.

Por isso mesmo têm sido determinantes as comparticipações públicas à actividade das empresas jornalísticas açorianas, também com o objectivo de tornar mais competitivos e dinâmicos os meios de comunicação social dos Açores.

E o Governo ao comparticipar esses custos não só ajuda as empresas, como facilita o acesso dos cidadãos a tais bens.

"Importa, no entanto, medir com rigor quais são esses custos sociais e as debilidades estruturais deste sector, para situar exactamente nestas balizas a intervenção pública, reservando-se para o risco empresarial as flutuações conjunturais, as oscilações do mercado, a maior ou menor eficácia da gestão.

O poder público, seja executivo ou legislativo, não pode ser tentado pela conveniência de boa relação com a imprensa, asfixiando-a com intervencionismos, mais propícios ao comodismo do que à inovação, ao esbanjamento do que ao rigor, à superficialidade do que à qualidade. As políticas de subsídios podem ter estes riscos, sobretudo quando no destino, isto é, nas empresas, se privilegiar a gestão corrente em detrimento das medidas de fundo, se descuidar uma boa estrutura financeira e não se acautelar a posse de tecnologias e conhecimento"(1)

A participação das entidades públicas no suporte de actividades de valor social deve ser geradora de dinamismos e inovação, tendentes à realização dos meios financeiros e do formato humano necessários à sustentação dessas empresas e produções. Foi este o espírito que enfermou a Proposta de Decreto Legislativo Regional que veio a instituir o Sistema de Ajudas Financeiras para a Modernização dos Órgãos de Comunicação Social da Região Autónoma dos Açores (DLR n° 19/94/A, de 13 de Julho).

No ano que agora termina, a execução financeira do Programa 24 - Modernização dos Media reflectiu os objectivos propostos: comparticipar a difusão dos produtos jornalísticos, estimular a aquisição de tecnologias de produção e reforçar as oportunidades de formação e valorização profissional. Neste domínio, o Governo desenvolveu acções conjuntas com o CENJOR e o Centro de Formação de Jornalistas, nelas participando cerca de 100 profissionais e colaboradores permanentes da imprensa, rádio e televisão, num total de aproximadamente 120 horas, de formação.

Noções gerais de direito, de economia e de política internacional e escrita jornalística são as acções já programadas para o próximo ano.

Por outro lado, a política de participação e valorização das Comunidades Açorianas emigradas traduz-se, na área da (1) Intervenção proferida no encerramento das 3.ªs Jornadas de Comunicação Social dos Açores, Angra do Heroísmo, 10 de Setembro de

1994 Comunicação Social, na difusão regular de informação para os países de acolhimento dos nossos concidadãos.

Através da agência de notícias regional Açorpress, seis jornais, outras tantas estações de rádio e dois canais de televisão de expressão portuguesa nos Estados Unidos e Canadá recebem diariamente dois blocos informativos sobre a actualidade regional. Todos os encargos com a transmissão dessa informação são suportados pelo Governo Regional, que também comparticipa em 80% o custo da assinatura mensal do serviço. Em cada ano aquela comparticipação representa um encargo de aproximadamente 7.800 contos para o Orçamento Regional.

Bisemanalmente, a RTP Açores também envia para o continente americano, via satélite, um programa informativo sobre os variados domínios da vida regional, sendo igualmente os custos de transmissão assegurados pelo Executivo. Anualmente esse serviço representa um encargo de aproximadamente 40 mil contos.

Por último, e na área da radiodifusão, a RDP/Açores edita todas as semanas um programa de música e informação, para difusão através de estações e programas de língua portuguesa no continente americano. Presentemente o programa "Na Rota das Ilhas" é transmitido em 40 estações nos estados de Massachusetts, R. Island e Califórnia e na província de Ontário, no Canadá.

Para além daqueles serviços de informação, especialmente concebidos para este fim, o "porte pago" à imprensa constitui um extraordinário meio de transporte de informação para a diáspora, valorizando solidariamente a relação cultural e social entre os Açores e as suas comunidades residente no estrangeiro.

Já noutra plano, no das infraestruturas audiovisuais, o Governo Regional tem contribuído decisivamente para a expansão das empresas concessionárias do serviço público de radiodifusão e de televisão, financiando suplementarmente a aquisição e instalação de equipamento de difusão.

No corrente ano, estas iniciativas tiveram pequena expressão financeira. Desde logo porque as empresas responsáveis por aquelas áreas assumiram uma parte substancial do investimento realizado. E casos houve, também, em que as autarquias locais colaboraram na instalação destes equipamentos de valor social.

No tocante a cobertura radiofónica, foi iniciado o processo relativo à instalação dos retransmissores do Nordesteinho (S. Miguel) e Pico Alto (S. Maria). Os estudos técnicos estão já concluídos e prevemos que logo em Janeiro seja lançado o concurso público para aquisição das respectivas torres auto-suportadas.

Em 1995, para além da instalação daqueles dois retransmissores, iniciar-se-ão os preparativos para a montagem de outras quatro novas infraestruturas: Cascalho Negro (S. Miguel), Serra do Cume (Terceira), Macela (S. Jorge) e Serra Branca (Graciosa).

O ano que agora termina fica assinalado pelo início da construção do novo centro de produção da RDP/Açores que, para além de melhorar substancialmente as condições logísticas de funcionamento daquela delegação, há-de contribuir decisivamente para uma melhor prestação do serviço público de radiodifusão nos Açores.

Preocupa-nos, no entanto, as dificuldades que a empresa vem sentindo para financiar a segunda fase da obra, orçada em mais de meio milhão de contos. E entendemos, mesmo, que a reestruturação da RDP, SA, cuja validade, necessidade e prioridade subscrevemos, não pode ter como consequência o adiamento da conclusão desta imprescindível infraestrutura.

É necessário que o Governo da República, a quem já manifestámos a nossa posição, dote a RDP, SA dos meios financeiros suficientes para este fim. Mesmo que isso signifique o abrandamento da cooperação com os PALOP's. E o princípio é válido, também, relativamente à cobertura televisiva.

Nesta área, em 1994 entraram em funcionamento quatro novos retransmissores, que vieram beneficiar as populações de Velas (S. Jorge) e Mosteiro, Fajãzinha e Fajã Grande, nas Flores. E o retransmissor da Lagoa do Pilar, em S. Miguel, deverá ser inaugurado antes do fim do ano.

Prevê-se que em 1995 entrem em funcionamento novas infraestruturas em S. Maria (Maia e Malbusca), S. Miguel (Furnas), Graciosa (Pico Timão e Pico Jardim) e Flores (Ponta Delgada).

Este esforço e empenhamento para melhor servir a população açoriana quanto a condições de recepção do sinal de televisão, representou, ao longo de diversos anos, um esforço financeiro para a Região na ordem dos 300 mil contos, a preços correntes. Apesar disso, nos Açores continua a verificar-se um défice televisivo.

Estamos quase a concluir 20 anos de televisão nos Açores.

Entretanto generalizou-se a recepção directa por satélite. E a distribuição por cabo é já uma realidade. Mas ainda só dispomos de um canal, o que é verdadeiramente atípico das sociedades modernas. E já faz tempo para que aos Açorianos seja garantido o acesso a um segundo canal. Sobre o serviço público de televisão, dada a sofisticação da tecnologia que envolve e a grande instabilidade que se vive no mercado audiovisual nacional, dificilmente se poderá ter posições definitivas e acabadas. Mas temos de ter princípios muito firmes. Disso não abdicaremos nunca.

Os açorianos, no mínimo, têm direito a dispor de um canal de televisão próprio, que emita no quadro de referências culturais, sociais e políticas da nossa especificidade. E têm igualmente direito, como a maioria dos cidadãos deste País, de aceder a outro programa de serviço público que, sendo complementar do primeiro, esteja preferencialmente vocacionado para a emissão de programas educativos nos domínios da literatura, da ciência, da música, do teatro, e a emissão de programas formativos especialmente dirigidos a crianças, jovens e minorias e a cidadãos deficientes.

Hoje a informação de suporte electrónico, não tem fronteiras. Ultrapassa barreiras, vence distancias, faz revoluções, gera desenvolvimento. E por isso um produto apetecido, onde quer que chega e até mesmo onde a sua difusão se faz com dificuldades.

Nos Açores nunca tivemos dúvidas sobre isto. Queremos, efectivamente, aceder a mais canais, preferencialmente nacionais, mas também estrangeiros. Para tanto tenhamos oportunidade. Porque quanto maior puder ser a escolha, maior será a liberdade.

Mas não queremos, a pretexto de nos abirmos ao País, e depois à Europa e ao Mundo, deixar de ver o que se passa junto à nossa porta, na nossa rua, nas nossas Ilhas. Essa informação de proximidade, quase mesmo de intimidade, é coisa que os grandes, no caso os canais nacionais, jamais farão.

Costumo dizer que nenhum açoriano concebe uma televisão que não lhe mostre a Maré de Agosto, o Senhor Santo Cristo, as Sanjoaninas, o Carnaval da Graciosa, a

Semana Cultural das Velas, a Festa dos Baleeiros ou das Vindimas, a Semana do Mar ou a Festa do Emigrante, nas Flores.

Algum de nós aceitaria uma televisão que dedicasse aos Açores o mesmo tempo que o Canall ou a TV2 dispensa ao Alentejo ou ao Minho? Para um canal nacional, público ou privado, tudo se passa no caminho entre a 5 de Outubro e o Terreiro do Paço, desviando às vezes até Belém, com esforço chegando a Cascais, e para a outra margem... bom... só até à praça da portagem...

E convém recordar também que se a RTP/Açores quiser desempenhar positivamente a sua tarefa de canal de vocação regional, terá de manter um esforço permanente de identificação e comunhão com os interesses regionais. Se a comunidade açoriana não for capaz de se rever na RTP/Açores, jamais ela será expressão da realidade das nossas Ilhas. E esse protagonismo é imprescindível para que exista esclarecimento, formação e participação cívica dos cidadãos; para estimular a criatividade e a formação de uma consciência crítica; para provocar oportunidades de recreação e promoção educacional.

Em resumo, queremos mais e também melhor televisão.

Queremos que ela seja um meio que ponha em perspectiva a actualidade regional, nacional e mundial a partir de preocupações próximas dos telespectadores, um meio que não faça imitação de modelos nacionais, mas antes procure criar respostas regionais, mesmo quando os meios disponíveis são limitados.

O objectivo de disponibilizar mais um canal de televisão aos açorianos, não só é actual, como é prioritário. E na ausência de condições para a concretização desse desiderato, o Governo traz à consideração desta Câmara uma proposta aberta e flexível sobre a matéria que se resume ao seguinte: deve ou não a Região financiar integralmente a instalação de uma segunda rede de televisão, sabendo que para isso contará com a solidariedade europeia?

Temos consciência que a tarefa vai para além das responsabilidades que o quadro constitucional consigna aos órgãos de Governo próprio dos Açores. Mas os açorianos também têm expectativas legítimas que querem ver concretizadas e mandataram este Governo para tanto.

Sim, porque a Autonomia não significa gerir facilidades, realizar apenas o que é óbvio ou simplesmente adiar os desejos. A Autonomia é antes de mais, ter um ideal, não desistir mas reagir, arriscar, enfrentar e combater a indiferença e a adversidade. Autonomia é indignação e superação. É a luta pelo sucesso e pela felicidade. Autonomia é ainda e sempre, realizar os sonhos, os nossos sonhos!
Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo previu neste Plano uma dotação para iniciar a montagem de uma segunda rede de cobertura geral de televisão na Região.

Como sabe, Sr. Subsecretário, e é essa a nossa opinião já muitas vezes manifestada, o serviço público é uma obrigação do Governo a nível nacional.

Eu gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Subsecretário que é a seguinte: como é que V. Ex.^a reagiria se por exemplo neste próximo Orçamento Geral do Estado que está a ser discutido, fosse inscrita uma verba para a montagem de uma segunda rede de televisão nos Açores?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Seria óptimo!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que não é para prestar um esclarecimento, mas sim um sentimento que poderia experimentar numa situação dessas.

Ficaria contente e neste caso a verba que nós temos inscrita, mas que pomos à consideração desta Câmara se deve ou não ser utilizada para este fim, seria consignada em muitas das prioridades que aqui também foram definidas e paras as quais não conseguimos encontrar os meios financeiros para as realizar.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para congratular-me com a resposta do Sr. Subsecretário e dizer que o Partido Socialista irá apresentar na Assembleia da República uma proposta nesse sentido.

Depois da sua declaração, quero crer que darão indicações aos vossos deputados na Assembleia da República para votarem favoravelmente essa nossa proposta.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): O que eu lamento é tu só ouvires a opinião do Sr. Subsecretário!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À medida que os Planos anuais vão sendo presentes a esta Assembleia, mais nos damos conta que os investimentos são menores e que os bloqueios impostos à sociedade, tornam intransponíveis a prossecução de políticas anunciadas como de grande impacto social, mesmo aquelas " que o Governo definiu como objecto prioritário da sua acção".

Cada vez mais, a discussão dos Planos e Orçamento se vão assim tornando numa espécie de "ritual de desobriga" que o Governo, ano após ano, tem necessariamente que cumprir.

Infelizmente, temos de reconhecer que **este Governo cumpriu mal a desobriga e defraudou**, uma vez mais, **as expectativas de milhares de casais que esperavam ver concretizada a oportunidade de terem casa própria.**

As insuficientes dotações para os programas em vigor e **o facto do Governo não haver ainda saldado a dívida para com a Caixa Geral de Depósitos**, dificultam a concretização de um legítimo direito e **tornam os açorianos nos únicos portugueses que não têm pleno acesso ao crédito bonificado.**

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Analisemos, no curto espaço de tempo que temos disponível, os programas sobre os apoios à habitação.

Em primeiro lugar, refiro o SAFIN, por ser o programa que teoricamente abrange maior número de casais e que, em boa verdade, apesar do Governo já ter admitido a necessidade de o rever, parece dotado das verbas suficientes para satisfazer as eventuais candidaturas para o ano de 1995.

Se os níveis de procura se mantiverem percentualmente idênticos aos anos transactos, as verbas inscritas serão teoricamente satisfatórias. Porém, o SAFIN não é, em nosso entender, um programa que, por si só, sirva para que um qualquer casal resolva cabalmente todos os problemas de aquisição ou construção de casa própria.

Creio que um programa desta natureza deve existir como um meio e não como um fim e por isso, de pouco serve, para a maioria dos casais, uma bonificação que, no limite, poderá atingir os nove anos, se os mesmos não poderem recorrer ao regime mais favorável que, pela sua natureza, continua a ser o crédito bonificado da Caixa Geral de Depósitos.

Em segundo lugar, refiro os apoios a conceder ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 16/90/A, que continuará, no próximo ano, com as mesmas dificuldades de aplicabilidade dos anos anteriores pois, segundo as informações prestadas, em sede de Comissão, pelo Sr. Secretário da tutela, "não há garantia das verbas inscritas poderem sequer contemplar os pedidos já existentes".

No entanto, sem retirar o mérito ao referido decreto, continuo a pensar que o mesmo, quando for dotado das verbas suficientes para poder satisfazer a procura, apenas terá validade plena para o casal jovem que tenha uma conta poupança-habitação na Caixa Geral de Depósitos.

Finalmente, uma brevíssima referência às verbas inscritas no Plano e que são destinadas à recuperação do Parque Habitacional e Realojamento.

Não tenho dúvida de que a dotação orçamental para o referido programa é francamente insuficiente, face às necessidades existentes neste sector.

É lamentável que o Governo, uma vez mais, seja o único responsável pela não rentabilização das potencialidades advenientes dos acordos de cooperação a celebrar entre o INH, o IGAPHE, os Municípios e a Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podia terminar a minha intervenção neste debate, sem partilhar convosco um exemplo que é bem elucidativo do **escândalo** que constitui a situação de impasse em que se encontra a Região perante a dívida à Caixa Geral de Depósitos.

Tal situação é tanto mais grave, quanto faz com que sejam as **famílias açorianas as únicas que, no nosso país, não têm acesso ao crédito bonificado**, daquela instituição bancária, para aquisição de casa própria.

Mas, para melhor compreendermos a injustiça a que fica sujeita qualquer família açoriana com o não cumprimento do serviço da dívida por parte do Governo Regional, tomemos como exemplo um casal sem filhos, ambos segundos oficiais de uma qualquer repartição pública da nossa Região, cujo vencimento mensal líquido seria cerca de 160 contos.

Admitamos que o referido casal havia, à custa de grandes sacrifícios, conseguido poupar algum dinheiro destinado a adquirir casa própria e que apenas necessitaria de recorrer a um empréstimo de 6 mil contos.

Em tal situação, o casal obteria na banca o referido crédito, concedido pelo prazo de 25 anos e, por ser o regime mais favorável, optaria por uma taxa fixa de 2 anos na modalidade de prestações constantes. Os encargos seriam, nos 2 primeiros anos, cerca de 52 mil escudos e nos restantes subiriam para cerca de 73 mil escudos mensais.

Feitas as contas, o casal chegaria naturalmente à conclusão que seria impossível submeter-se a tal sacrifício.

Porém, se o mesmo casal pudesse recorrer ao crédito bonificado da Caixa Geral de Depósitos, as prestações mensais não excederiam os 46 mil escudos o que, convenhamos, estaria perfeitamente ao seu alcance.

Mais exemplos, para quê? Os números falam por si.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Para o Partido Socialista "o direito à habitação é um direito social que assume especial relevância como instrumento de garantia e protecção institucional da família, enquanto elemento e valor fundamental da sociedade".

Entendimento diverso parece ter o Governo Regional, uma vez que propõe a esta Assembleia para aprovação, um Plano que, no domínio dos apoios à habitação, não

satisfaz e é mesmo redutor para as famílias açorianas, em relação aos seus direitos constitucionais.

É tempo ainda para o Governo poder inverter a sua atitude, reforçando as verbas para os programas destinados ao apoio à habitação e esclarecendo, de uma vez por todas, quando é que os açorianos vão poder beneficiar do crédito bonificado da Caixa Geral de Depósitos.

Só assim se poderá considerar que na nossa Região há efectivamente uma política de habitação.

Só assim os açorianos deixarão de ter uma autonomia que, ao invés das expectativas, signifique ter menos direitos do que os restantes portugueses que vivem no resto do todo nacional.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas para esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Jaime Medeiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria lembrar ao Sr. Deputado Ricardo Barros que aquando da visita dos deputados da Assembleia da República à Região, na reunião que tiveram na Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações em que foi explicado o tipo de programas que existiam de apoio à habitação e a sua abrangência, ouvimos um rasgado elogio da maioria dos deputados, incluindo alguns da bancada Socialista, dizendo que de facto na Região os apoios à habitação eram bem melhores do que aqueles que existem a nível nacional.

Presidente: Para dar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, é muito fácil que os Srs. Deputados da Assembleia da República tenham chegado a essa conclusão, porque naturalmente V. Ex.^a não lhes explicou que os açorianos não tinham acesso ao crédito bonificado da Caixa Geral de Depósitos.

Os programas que nós temos para apoio à habitação são programas complementares e são programas como eu demonstrei aqui - e faço um desafio à bancada do Governo para que me demonstre o contrário - em que eles estão a ser prejudicados.

Se os deputados da Assembleia da República soubessem que os açorianos são os únicos portugueses que não têm acesso ao crédito bonificado da Caixa Geral de Depósitos, naturalmente não teriam tido essa afirmação.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Lopes (PS): Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas:

É evidente que se o Sr. Secretário das Finanças já tivesse terminado as negociações, que parece que já executou com a Caixa Geral de Depósitos, para o pagamento da tal dívida, da qual não sabemos o montante, as famílias açorianas poderiam estar em igualdade de circunstâncias e não serem "portugueses de segunda".

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Quem é que lhe disse isso?!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Hoje cada vez os problemas do ambiente, são mais actuais e já não se limitam de modo nenhum, ao meio restrito onde nos encontramos. Quem, não tem assistido ao desenrolar das grandes tomadas de decisão, em relação ao ambiente, que fizeram sentar a mesma mesa, países ricos e pobres, com interesses tão diferentes e variados para falarem deste assunto, que a todos aflige por igual porque é património comum o ambiente. É que esta nova preocupação do homem, com o ambiente que caracteriza o nosso século: o desenvolvimento académico e científico da Ecologia e dos estudos ecológicos, procedeu o movimento ecologista ou ambientalista, social ou político, desde os anos 60 ou 70, actuando das mais diversas formas, da acção directa à acção

política, primeiro nos Estados Unidos da América e depois na Europa Ocidental. A solicitação ampelíssima que este movimento dirigiu aos tribunais, e à Administração, o peso das catástrofes ecológicas Bhopal na Índia, em 3.12.1986, Chernobyl na Ucrânia URSS, em 24.4.1984 as Marés-Negras, a devastação da floresta Amazónica, a compreensão do flagelo de Irochima e Nagazakui, o buraco do Ozono, as chuvas ácidas, a eutrofização de lagos e lagoas etc..., levaram à sensibilização internacional expressa nas conferências de Estocolmo 1972 e Rio de Janeiro 1992, e á larga adesão da opinião pública às propostas dos movimentos ecológicos e dos "partidos verdes" - eis alguns dos factores que geraram tão larga problemática e consciencialização política. O paradigma ecológico passa a estar presente em muita reflexão social - e política também necessariamente.

Portanto, à medida que vamos tomando conhecimento, dos factores que poderão intervir na degradação deste grande ecossistema Gaia, como diria o Prof. Lovelock (mãe-terra em grego), cada vez mais nos consciencializamos, que é necessário, a cada dia que passa, protegermos da maneira mais correcta o ambiente que ainda nos resta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ambiente na Região Autónoma dos Açores, embora em boas condições de preservação, pese aqui a condição de serem ilhas pequenas situadas no meio do Atlântico, não possuem verdadeiras indústrias pluidoras serem arejadas pelo Anticiclone, lavadas pelo Atlântico e encontrarem-se a muito mais de mil quilómetros dos principais centros pluidores. Mesmo assim no entanto, não deixam os Açores, de terem alguns problemas de ordem ambiental, que a curto prazo se torna necessário resolver. Mas aqui não poderemos deixar de ter em atenção, que na sua múltipla e variada tipologia, os problemas ambientais não só requerem estudos muito cautelosos, como por vezes as suas resoluções tem custos avultados. É aqui que sem dúvida tem de entrar a gestão do ambiente nesta Região, e, é também aqui, que entra o Plano e Orçamento, para 1995.

Este Plano e Orçamento, que tem que gerir na área do ambiente não só toda a Região, como ainda ter em atenção particular os 55 sítios de importância para a Conservação da Natureza, caracterizados pelo Projecto Biótopos do Programa CORINE, e as 31 áreas protegidas existentes. Terá ainda em nosso entender que

estudar outras áreas de interesse ecológico, e atacar problemas que merecem resolução urgente. Por isso embora as verbas destinadas à área do ambiente, não sejam por certo as que todos desejávamos, são no entanto as possíveis, isto é aquelas que no momento actual e para o Plano de 1995, é possível disponibilizar.

Poderíamos para enfatizar o processo, pôr a seguinte dúvida: quem é que está satisfeito, com as verbas atribuídas ao ambiente? Ninguém seria sem dúvida a resposta de todos. Isto porque, todos nós temos problemas em certas áreas ambientais, que gostaríamos de ver resolvidos. Nós os Jorgenses gostaríamos por exemplo de resolver o problema do desassoreamento da Lagoa, de Santo Cristo na Caldeira. Outros, quererão resolver o problema da eutrofização das suas lagoas ou ainda a desmatagem de características rocha, como é o caso, da infestação do mato na monumental Rocha dos Bordões nas Flores. Mas a compra de terrenos com características de Biotópos e áreas a proteger são outros dos muitos e variados problemas que aqui poderíamos abordar.

Concretamente neste último caso, a título de exemplo poderemos apontar o caso do Morro Grande (Morro das Velas) em S. Jorge, junto à Vila daquele nome, que sendo uma propriedade particular é sem dúvida um biótopo e área a proteger de inegável valor biológico e paisagístico ou o Pico dos Loiros subjacente as Velas, a Ribeira do Câimbro na Serra do Topo, com o seu maravilhoso núcleo de Fetos Gigantes, o maior da Região que conhecemos. Mas muitas outras áreas, com características de Biótopo e áreas a proteger existem por certo na Região, e em todas as nossas ilhas. São muitos é certo os problemas nestas áreas a resolver, mas também é verdade, já muitos terem sido resolvidos e outros estarem em fase de resolução, como são o caso de alguns aterros sanitários, a formação ambiental dada, os estudos de biótopos, áreas a proteger e intervenções a fazer ao nível ambiental. Isto porque os Açores, como já afirmamos embora sejam uma região, com o seu ambiente ainda muito bem preservado, não deixam no entanto, de ter já os seus problemas pontuais resultantes da acção do homem uns, outros da própria natureza. Perante os factos apontados, é nosso entender que as verbas no Plano, para a área do ambiente em 1995, não são as desejáveis, mas são as possíveis e capazes de gerirem o ambiente, nuns casos ao nível

da contenção da degradação ambiental, noutros ao nível do planeamento e ao nível da própria intervenção.

Assim sendo, para um Plano, à partida limitado pelas verbas de que dispõem no seu todo, e tendo que fazer face, a um conjunto de problemas de relevante importância para a Região, há que distribuir o mais equilibradamente possível as verbas em causa pelas áreas a contemplar.

É certo, que podíamos gastar só no ambiente, todas as verbas contempladas no Plano, sem estarmos a fazer disparates ou a gastar dinheiro mal gasto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estamos a ser de modo algum demagógicos, nem cegos pela utopia, e se houver dúvidas acerca do que acabamos de afirmar é fácil de darmos exemplos. Portanto quem tem pouco não pode dar muito, sempre assim foi, mas por vezes a arte de gerir o pouco, desperta o engenho, cria a capacidade, obriga ao desafio e sobretudo leva á racionalização de todos os promenores.

São as qualidades para esta gestão equilibrada e rigorosa que sabemos possuírem os membros do Governo, é portanto o que esperamos deles e o que deles exigimos. Porque temos também a convicção que é isso que eles se esforçarão ao máximo por fazer, pese embora o desgosto da oposição que já engendrou para aí uma série de despropósitos, já velhos, poídos e rotos para atirarem a este Plano. Como é normal dirão que faziam melhor quando sabemos que não tem a responsabilidade de o fazer ou avançarão com propostas de alteração mirabulantes que sabem que não podem ser cumpridas, e como eles, não tem a responsabilidade de cumprir o que quer que seja, não lhes custa nada propôr. Isto é quando os outros é que pagam o fogo não nos custa nada deitar os foguetes.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: O Sr. Deputado Carlos César é que não vai ser de certeza o Presidente do Conselho de Administração do Hospital.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nesta apresentação do Plano para 1995 que o Governo sujeita à Assembleia Legislativa Regional, cabe-me, agora, apresentar o Plano de Investimentos dos sectores da Saúde, Segurança Social e Protecção Civil.

Estamos a meio do mandato desta legislatura e da execução do Plano a Médio Prazo 93/96.

É, por isso, uma altura em que se deve fazer um balanço da actividade desenvolvida nos primeiros dois anos da acção deste Governo e perspectivar aquilo que se pretende fazer nos próximos dois anos.

Como é do conhecimento de todos esse trabalho foi feito, com profundidade, há pouco tempo, por esta Assembleia que através de longas audições com os Membros do Governo e da análise dos relatórios e da documentação distribuída, teve a oportunidade de conhecer, de uma forma completa e nunca antes realizada, aquilo que o Governo Regional executou durante esse período.

Estes primeiros anos do mandato coincidiram com uma época muito difícil de recessão económica mundial que teve graves repercussões na Europa, no país e inevitavelmente, nos Açores.

Alguns esperariam que estes dois anos passados fossem anos de paralisia da acção governativa e que o Governo Regional fosse confrontado perante esta Assembleia e perante a população dos Açores como tendo fracassado nos seus propósitos e, por isso, fosse severamente julgado, de pouco lhe servindo a referida recessão e dificuldades como justificação.

Não foi isso que efectivamente se verificou, sem negar as dificuldades a alguns atrasos em obras e outras realizações importantes, falando verdade ao povo dos

Açores acerca dos problemas que se enfrentavam, o Governo Regional, conseguiu dar continuidade ao essencial que se tinha proposto fazer, como ficou claramente demonstrado no balanço de actividades realizado, e, conseguiu, para espanto de muitos, efectuar uma execução significativa de realizações e de tomadas de medidas o que, naturalmente, frustrou os senhores deputados da oposição que teriam preferido que a realidade fosse outra, para fazer do Governo o "bombo da festa", neste debate. Sendo assim, dispensar-me-ei de me repetir, ocupando desnecessariamente o tempo de V. Exas. e remeto para as reuniões havidas e para a documentação então distribuída, o balanço de actividades destes dois primeiros anos do mandato do V Governo, nas áreas da Saúde, Segurança Social e Protecção Civil.

O Plano de Investimentos da SRSSS para 1995 ascende a 5 milhões de contos o que representa, em relação à verba prevista no Plano a Médio Prazo, um aumento de 53,8%, o que significa que para esta fase final do mandato o P.M.P. foi revisto em alta, de uma forma significativa, demonstrando a importância que estes sectores e os investimentos que nele estão a ser feitos têm, no conjunto das preocupações e prioridades deste Governo.

Desta verba de 5 milhões de contos, 73,5% são para o sector da Saúde, com 4 250 milhões de contos, sendo 7% para a Segurança Social e 8% para a Protecção Civil.

Dentro da área da Saúde o maior peso vai para o sector nas novas construções que tem uma verba muito significativa destinada à construção do Hospital Divino Espírito Santo.

Por mais de uma vez já foi dito que a construção do novo Hospital do Divino Espírito Santo é uma das maiores, senão a maior obra destes 17 anos de autonomia democrática pelo arrojo da decisão que levou à sua construção, pelo volume financeiro envolvido, pela complexidade do projecto e de todo o processo que levará ao seu equipamento, instalação e entrada em funcionamento. Está aqui a explicação.

Inevitavelmente uma obra desta natureza não pôde deixar de sofrer com a crise económica e financeira destes 2 últimos anos que se abateu sobre a Região.

De facto, as especiais dificuldades verificadas no ano de 1993, obrigaram o Governo Regional a renegociar com o consórcio construtor um novo plano de obra e de

pagamento. O ritmo de construção foi drasticamente diminuído durante algum tempo, só tendo novamente atingido o ritmo de cruzeiro neste passado Verão.

A verba que temos para 1995 é suficiente para manter a obra no ritmo previsto e prevê-se que a obra esteja pronta no Verão de 1996.

Em boa altura.

O processo da entrada em funcionamento do Hospital do Divino Espírito Santo é uma tarefa complexa.

Em primeiro lugar, porque não se trata de por a funcionar uma instituição nova mas sim de dar novas instalações a uma velha instituição que é o actual hospital, é por isso fundamental, ainda antes da mudança, reorganizar o actual hospital e, tanto quanto possível, alterar alguma mentalidade ultrapassada face aos novos padrões da vida hospitalar que ainda perdura em, felizmente, cada vez menos gente.

Em segundo lugar porque é necessário ter uma grande segurança e prudência no processo de entrada em funcionamento do novo hospital. A sua lotação, capacidade e potencialidades são muito maiores do que as actuais, mas não é realista pensar que seja possível de um ano para o outro tê-lo a funcionar na sua máxima capacidade.

O pleno aproveitamento das instalações terá que ser feito gradualmente, primeiro, à medida das necessidades e depois à medida das nossas possibilidades de dispor dos recursos financeiros e humanos necessários.

O hospital do Divino Espírito Santo é uma estrutura indispensável para dotar S. Miguel e a Região duma unidade hospitalar adequada a enfrentar as necessidades do séc. XXI e de não ficarmos para trás, já que estão em curso no país vários hospitais daquele nível mas é, aliás como as unidades hospitalares de todo o mundo desenvolvido, uma estrutura muito cara e, por isso, as opções de crescimento e ampliação de actividades terão que ser ponderadas com muita prudência e com critérios técnicos perfeitamente justificados.

Este prolongamento do prazo de construção do Hospital do Divino Espírito Santo, verificou-se, de igual modo, nas duas outras obras de construção dos centros de saúde de Vila do Porto e de S. Roque que deverão estar concluídas se tudo correr bem como espero, respectivamente, no 1º trimestre e início do 2º semestre de 95.

As dotações previstas para estas obras para 1995 são pequenas, porque é possível pelas razões atrás referidas, dispôr de verbas que não serão gastas no Hospital do Divino Espírito Santo e que poderão ser aplicadas ainda este ano naqueles centros de saúde, permitindo assim que se faça um maior esforço na dotação daquele hospital para 1995.

Continuaremos com o programa de beneficiação e ampliação do Hospital de Angra e com pequenas obras de melhoramento nos centros de saúde da Madalena e Sta Cruz da Graciosa.

Continuar-se-ão a desenvolver os processos que levarão à construção dos centros de saúde da Povoação e Praia da Vitória, prevendo-se para 1995 a elaboração dos respectivos projectos .

No âmbito da Segurança Social serão desenvolvidas acções nas áreas do apoio a infância e juventude, do apoio aos idosos, do apoio à família e à comunidade e do apoio aos deficientes, não escolarizáveis.

Na primeira área de actuação destacarei a construção de creches e jardins de infância em Ponta Delgada e em Sta Cruz das Flores, de um lar para raparigas na Ribeira Grande e obras de melhoramento da casa de infância de Stº António no Faial.

Na área de apoio aos idosos destaco a construção dum lar de idosos na Ribeira Grande e do início de construção de centros de cuidados geriátricos em Angra e na Horta. Continuaremos a apoiar decididamente a ampliação da rede de apoio domiciliário e fomentaremos o apoio prestado pelos vizinhos.

No que diz respeito ao apoio às crianças deficientes, apoiaremos a construção que se iniciará em 1995, dum centro moderno para estas crianças tão necessitadas de apoio.

Para o completamento da rede regional descentralizada de centros de convívio de idosos e de respostas flexíveis para as crianças e jovens, entendemos que as casas do povo que têm grande implantação e dinamismo nos Açores, devem ter um papel fundamental, daí que continuaremos a apoiá-las nessas suas funções de apoio à comunidade através de verbas do orçamento privativo da Segurança Social que financiará também a construção ou remodelação de algumas instalações para os serviços e polivalentes com a dupla função de terminais de serviços de Saúde e Segurança Social.

Não poderia finalizar a apresentação do Plano da área da Segurança Social sem referir o papel importante e meritório desenvolvido pela Comissão Regional da Família neste ano designado por Anto Internacional da Família que em diálogo com as forças vivas da Região, num processo descentralizado com a activa colaboração das autarquias promoveu debates, com profundidade sob todas as vertentes desta questão e possibilitou que se apresentassem propostas e se definissem linhas de actuação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Finalmente referir-me-ei ao último sector que se encontra na minha dependência, a Protecção Civil.

No que diz respeito às infraestruturas básicas (quarteis) daremos continuidade em 1995 à obra do Corvo, à da secção destacada no Topo e lançaremos no fim do 1º semestre de 1995 as obras dos quarteis das Lajes do Pico e de Sta Cruz das Flores.

Com a conclusão dessas obras completaremos a rede de quarteis que tinha sido concebida há vários anos e que pretende cobrir a Região com instalações capazes e funcionais que permitam os bombeiros desempenharem as suas missões, das quais se destaca como uma das principais, a de serem a espinha dorsal do novo sistema de protecção civil de apoio e socorro às populações e seus bens. Com a dotação destinada a equipamentos pretendemos completar em termos operacionais considerados mínimos, o equipamento indispensável segundo uma tipologia também previamente aprovada.

Na área das comunicações destaco o processo de aquisição duma rede de comunicações de emergência que cobrirá eficientemente a Região, substituindo a rede existente que tem muitas limitações operacionais.

O estudo da rede bem como a elaboração do caderno de encargos do concurso foi elaborado com a prestimosa colaboração das Forças Armadas e pelo empenhamento pessoal do Sr. General Baptista Pereira Comandante Operacional dos Açores que disponibilizou um oficial da arma de transmissões que em colaboração com os responsáveis pelo Serviço Regional de Protecção Civil efectuaram essa complexa e trabalhosa tarefa com competência e isenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É este de forma, necessariamente abreviada o plano da SRSSS para 1995.

É o plano possível, atendendo às disponibilidades financeiras, mas é um bom plano dado que enfrenta os principais problemas e as prioridades previamente definidas, com determinação e com recursos que não sendo aqueles que gostaríamos de ter são, mesmo assim, muito significativos e dão garantia de se conseguir atingir os objectivos e as metas a que nos propusemos.

Obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Menezes pede a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Menezes (PS): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu ouvi-o com muita atenção e queria perguntar se confirma que não há qualquer verba para a Unidade de Cuidados Intensivos ou de Cuidados Especiais do Hospital da Horta e para o Serviço de Diálise?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Menezes:

Neste Plano não existe nenhuma verba para esse fim, mas o Hospital da Horta dispõe no seu Orçamento, na área das despesas de capital, verbas para lançar aquisição e a montagem de uma unidade de cuidados intensivos.

Aliás, há cerca de um mês, autorizei o Hospital da Horta a lançar o concurso para aquisição desse equipamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para pedir esclarecimentos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Quanto à Casa do Povo das Lages do Pico, ao edifício em ruínas que a Câmara das Lages tenta há muito tempo, juntamente com o Governo adquirir, se pudesse fazer o favor de me informar, qual a situação dessa obra.

Quanto aos Polivalentes de Santo Amaro, Santa Luzia e Santo António, mas principalmente o de Santo Amaro, qual o ponto dessa situação?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para prestar os esclarecimentos pedidos pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pergunta do Sr. Deputado Rui Ávila, vem num sentido, na minha opinião correcto, de questionar o Governo sobre todas as obras que pretende fazer na Região, independentemente da origem do financiamento dessa mesmas obras, o que significa que finalmente a argumentação que nós temos vindo a desenvolver nas Comissões teve acolhimento da parte do Partido Socialista.

Tenho muito gosto em responder ao Sr. Deputado, na medida em que, em relação ao Polivalente das Lages neste momento estamos aguardando a posição da Câmara das Lages, na medida em que existe a intenção de adquirir este prédio, mas é necessária essa acção conjunta e só depois disso poderemos avançar com o processo e definir e decidir se, efectivamente, será exactamente uma Casa do Povo ou será uma instituição com outro fim, nomeadamente apoio a idosos ou a jovens.

Em relação ao Polivalente e à Casa do Povo de Santo Amaro, nós não temos para 1995 nada previsto.

Quanto a Santa Luzia, penso que foi a pergunta que referiu, a informação que tenho é de que a obra está em curso por administração directa.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Completam-se este mês 10 anos desde que pela primeira vez se inscreveram nos Planos da Região, o novo Hospital de Ponta Delgada, o Centro de Saúde de Vila do Porto e o Centro de S. Roque do Pico.

Não se trata de nenhuma efeméride nem tão pouco de um acontecimento que este Governo do PSD se possa especialmente orgulhar.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Eu pensava que fosse algum voto de saudação.

O Orador: Analisar as causas por que ao fim destes 10 anos continuamos a falar destas obras, seria fastidioso e obrigar-nos-ia a repetir aquilo que já foi dito vezes sem conta.

Recordemos, porém, os desenvolvimentos mais recentes.

O **Centro de Saúde de S. Roque do Pico** que, é bom sempre lembrar, só começou a ver a luz do dia depois de um longo e atribulado processo que demorou mais de 8 anos, foi adjudicado em Fev/93 por 644.275 c. e deveria ter ficado concluído em Julho/94. Contudo, ao que dizem, problemas financeiros fizeram com que esta obra decorresse a um ritmo lento tendo sofrido, por isso, um atraso considerável.

Agora existe a promessa de que o Centro de Saúde de S. Roque ficará concluído no 2º semestre de 1995 e prevê-se que possa custar cerca de 890.000 c. isto sem contar com o equipamento do "bloco de média cirurgia" que é uma questão que ainda não está suficientemente esclarecida.

O Plano para 1995 tem uma dotação de 30.000 contos. Será que, mesmo com o reforço de verba efectuado no corrente ano, os meios financeiros disponíveis serão suficientes? Será que o Sr. Secretário António Meneses tomou em consideração que o empreiteiro já apresentou um sobrecusto relativo ao anormal funcionamento da obra no valor de 126.605 contos?

O **Centro de Saúde de Vila do Porto** foi adjudicado em Fev/93 por 577.578 c e deveria ter ficado concluído em Fev/94.

Depois dos já crónicos atrasos na satisfação de compromissos de ordem financeira, a data de conclusão da empreitada ficou aprazada para Agosto/94. Depois da última visita do Governo a Stª Maria já ficou resolvido que a obra será entregue no 1º trimestre de 1995.

Vamos agora aos números: o custo final da construção está estimado em 750.000 contos. Até ao final de 1994, contando com um reforço de verba recentemente transferido, o executado rondará os 630.000 contos.

Faltam assim cerca de 120 mil contos para que o Centro de Saúde de Vila do Porto comece a funcionar. Contudo, o Plano para 1995 só tem disponível uma verba de 20 mil contos.

Como é que se resolve isto, Sr. Secretário António Meneses? Será com mais uma operação de engenharia financeira de que o Sr. diz ser um grande especialista? Ou será que V. Ex^a continua a pensar que isto são pormenores que não interessam aos deputados, como afirmou recentemente em sede de Comissão?

Mas vamos prosseguir com mais alguns pormenores incómodos.

A construção do novo **Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada** é uma das obras de maior envergadura em curso na Região. Depois de um longo processo, que se arrastou por mais de sete anos, deu-se finalmente início à respectiva construção em Abril de 1991.

No ano de 1992, o novo hospital ficou relegado para segundo plano. A construção em Ponta Delgada da marina, das piscinas e do monumento à autonomia tiveram prioridade.

Em 1993, como não havia dinheiro e abundavam as dívidas, surgiram grandes atrasos nos pagamentos ao consórcio de empresas que estão a construir o novo hospital, de tal forma que este suspendeu os trabalhos (por 3 meses) e pediu uma indemnização por danos emergentes e lucros cessantes, o que custou à Região a "módica" quantia de 278.100 contos (se alguém tiver dúvidas consulte a Resolução N^o 141/94).

Em 1994 reforçou-se a dotação prevista para a construção do novo hospital e inscreveu-se uma verba de 3.480.000 contos. O Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social ao apresentar o Plano para 1994 a este respeito, afirmava o seguinte: "esta verba agora prevista é fundamental para continuar a obra ao ritmo previsto para que aquela importante realização esteja concluída dentro do prazo previsto".

Como é que é possível tanta previsão falhar?

O ritmo de execução em 1994, não foi o desejável. O realizado deve ficar-se pelos 50% da dotação prevista (37% até Set./94).

Qual é desta vez a desculpa? Será falta de dinheiro?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Conjuntura nacional e internacional...!

O Orador: Afinal, por que razão se reforçou recentemente a verba do novo hospital com mais 100 mil contos, quando estávamos todos convencidos que havia dinheiro a mais que serviria para reforçar a dotação dos Centros de Saúde de S. Roque e Vila do Porto ?

Esta também é uma questão que eu gostava de ver esclarecida pelo Sr. Secretário António Meneses.

É devido aos sucessivos atrasos na construção que esta empreitada do hospital que foi adjudicada por 6,2 milhões de contos já se prevê possa ultrapassar os 10 milhões. Isto sem o equipamento, porque com este deve rondar os 16 milhões de contos.

É por tudo isto que a conclusão da empreitada que estava prevista para Fev./95 já está adiada para Jan./96. E agora, de acordo com informação recente do Senhor Secretário António Meneses, pretende-se que a conclusão do novo hospital "deslize" até Junho de 1996. Com tantos "deslizes", não sei o que poderá acontecer.

Será que conseguem que o novo hospital fique pronto antes das eleições legislativas regionais de 1996?

Oxalá que sim.

Vozes do PSD e do Governo: Sim, sim!

O Orador: Assim o permita o Senhor Divino Espírito Santo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Segurança Social, no que se refere aos investimentos, tem registado desde os primórdios da nossa Autonomia dotações extremamente baixas comparativamente ao volume global de verbas previstas nos sucessivos Planos.

Na década de 80, do total de investimentos na Região coube à Segurança Social, em média, uns magros 2,5%.

Na década de 90, este quadro pouco lisonjeiro, especialmente numa Região como a nossa que se debate com graves problemas sociais, agrava-se e o investimento efectivo fica-se em média pelos 1,1% do total da Região.

A Segurança Social de parente pobre passa assim a filho enteadado.

De tal forma que até o Tribunal de Contas, ao apreciar recentemente a Conta da Região relativa ao ano de 1992, se refere com alguma estranheza a este facto, ou seja, ao reduzido volume de investimentos no Sector da Segurança Social.

As obras cujo início estava previsto para 1994 e que constavam do Plano não avançaram.

Por este motivo, o Plano para 1995, que estamos a apreciar no que à Segurança Social se refere, mais não é do que um repositório de intenções não concretizadas.

A comprová-lo basta verificar que, com excepção do Lar Feminino da Casa de Infância de Stº António - que tem uma dotação irrisória no Plano - todos os outros equipamentos de apoio à infância e juventude e aos idosos, previstos para 1995, já constam dos planos, sem excepção, desde 1990 .

Manda a verdade que se diga que ao longo dos anos, embora com grandes atrasos, se têm concluído alguns equipamentos. O problema reside, porém, no facto de prometer-se muito e concretizar-se muito pouco.

E assim o bom povo das nossas ilhas lá vai vivendo, como diria o grande poeta, "neste engano de alma ledado e cego que a fortuna não deixa durar muito".

Basta de promessas. Deixem, de uma vez por todas de enganar o povo.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS e do CDS/PP).

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quem estiver minimamente a par do processo da construção de obras públicas, sabe que não é de estranhar uma diferença, em alguns casos bastante substancial, entre o

valor da adjudicação do concurso público e o valor final da obra. Há todo um processo e um mecanismo estabelecido na lei, como por exemplo, revisão de preços, trabalhos a mais, também uma determinada percentagem aceitável de erros e omissões dos projectos, etc. . E é evidente que quando há, por razões que já foram explicadas, algum atraso, e esse for imputável neste caso ao adjudicatário - ao Governo - a própria lei também estabelece mecanismos de compensação e de indemnizações que estão perfeitamente claras na lei.

Para além disso, estas obras dos Centros de Saúde de Vila do Porto e S. Roque foram adjudicadas por um preço que não abrangia os equipamentos e estes valores finais de que o Sr. Deputado fala, para além de terem todos estes elementos que a lei prevê, têm também a questão dos equipamentos.

Por consequência, penso que o Sr. Deputado deve estar preocupado, bem como esta Câmara - e é essa a minha responsabilidade e o meu compromisso - é em relação às obras com que nós nos comprometemos a fazer para que estejam prontas.

Se, depois, eu para pagar essa obra tiver que fazer alguma mudança de verbas dentro do orçamento que me é atribuído, fá-lo-ei e está dentro da minha competência, pois não vou fazer mudanças que não estejam dentro da minha alçada.

E o Sr. Deputado devia estar feliz, porque efectivamente estes dois centros de saúde entrarão em funcionamento e serão postos à disposição do povo em 1995.

Deputado Fernando Fonte (PS): Estão há 10 anos à espera!

O Orador: Em relação ao Hospital do Divino Espírito Santo, eu devo dizer que esta é uma obra de tal dimensão que é lançada a concurso ou a decisão do seu lançamento é feita por um Governo - acho que já tive oportunidade de dizer isso aqui nesta Câmara - será o outro que o lança a concurso e, eventualmente, um terceiro que o inaugurará.

Como eu estou no Governo há dois mandatos, lancei-o a concurso e, possivelmente também vou ter a oportunidade de estar na inauguração.

De qualquer maneira, este "deslize" de tempo foi explicado, ou seja, é justificado pelas razões que foram apresentadas na minha intervenção.

O facto de em 1994, apesar de ter sido dotada uma verba satisfatória mas o grau de execução ser baixo e haver até disponibilidade que permita reforçar os Centros de

Saúde de Vila do Porto e S. Roque, também quem estiver minimamente informado como é que se processam estas questões das obras públicas, ficaria esclarecido, na medida em que uma obra desta dimensão, com o estaleiro que tem, com a movimentação de pessoal e de operários existente, se pára como esta teve quase que parar - só estavam operários para manter as instalações - quando se toma a decisão de retomar a obra, leva algum tempo, e isso já é uma tarefa e uma responsabilidade do próprio empreiteiro, a voltar a pôr a obra em velocidade de cruzeiro. Tem que se voltar outra vez a instalar o pessoal, alguns deles são operários que vêm de fora e, por consequência, há aqui um período...

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: ... de quebra e de início da tomada da velocidade para a velocidade de cruzeiro.

Este facto foi também explicado e não foi escondido por mim, aquando da minha intervenção. Disse isso mesmo e, por conseguinte, em Agosto deste ano é que a obra estará em velocidade de cruzeiro, daí a explicação.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Fonte pede a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Fonte (PS): Para pedir mais esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Há aqui uma questão que eu levantei e pedi que tomasse devida nota e até repeti para V. Ex^a. perceber melhor, mas V. Ex^a. não aflorou. Ou seja, por que razão, havendo dinheiro a mais que não foi gasto no Hospital de P. Delgada, tem sido anunciado que esse dinheiro iria servir para reforçar a verba dos Centros de Saúde de Vila do Porto e de S. Roque. Na verdade, não saiu dinheiro nenhum do seu orçamento previsto para o Hospital para esse efeito, antes pelo contrário, foi-lhe reforçada a verba em 100 mil contos, durante o ano de 1994.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para responder ao Sr. Deputado Fernando Fonte.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não estou a perceber qual é o fundo da questão.

A verba está fixada desde o início do ano. E como eu lhe disse, vão sobrar verbas que possivelmente poderão reforçar as verbas dos Centros de Saúde de Vila do Porto e de S. Roque, por isso não estou a entender a pergunta.

Pedia que fizesse o favor de explicar melhor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com muito gosto que presto este esclarecimento ao Sr. Secretário Regional. Aliás, vou esclarecê-lo com papéis que são seus.

O Sr. Secretário informou-nos que tinha reforçado os Centros de Saúde de S. Roque e de Vila do Porto com uma verba de 80 mil contos e 320 mil contos, respectivamente. E que esse dinheiro tinha vindo do Hospital.

Ora bem, no despacho normativo nº 241/94, datado de 10/11/94, existe uma alteração de verbas no orçamento da sua Secretaria, no capítulo "Despesas do Plano" em que há, efectivamente, esse reforço de verbas para os Centros de Saúde de Vila do Porto e S. Roque, só que elas não saem do Hospital de P. Delgada, mas sim do Capítulo **110200 - "Diversas Despesas"** - e contrariamente, há um reforço também de 50 mil contos para o Hospital de P. Delgada.

Por outro lado, no despacho normativo nº 196/94, datado de 8/9/94, encontramos um reforço de verba de 50 mil contos para o Hospital de P. Delgada. Isto está no Capítulo **"Construções de Unidades de Saúde"** e são transferências de capital. Portanto, não se trata de despesas correntes nem se trata do **velho hospital**, mas sim do **novo hospital** e de transferências de capital.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu até posso dizer-lhe que os códigos são o **08, 02 e 03**.

Este reforço da verba para 220 mil contos não é para esta obra do Hospital do Divino Espírito Santo. É entregue no actual Hospital de P. Delgada e essa verba de 100 mil contos a mais é destinada ao pagamento da acessoria. Ou seja, as verbas do pagamento da acessoria saem do orçamento do actual Hospital de P. Delgada.

Portanto, o que se passa com este reforço de 120 mil para 220 mil contos, com estes códigos e nestas rubricas que estão aqui estabelecidas, são verbas que estão entregues ao actual Hospital de P. Delgada para pagar a acessoria. Não tem nada a ver com a construção física da obra do Hospital do Divino Espírito Santo.

Eu até tenho aqui os elementos se quiser ver depois.

Muito obrigado.

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte).

O Orador: Em termos de Plano, as referências atribuídas ao novo hospital é "**Hospital Divino Espírito Santo**", é o que está no Plano de 1995.

Quando se diz Hospital de P. Delgada é o hospital **velho**. E teve um reforço de 100 mil contos para se poder pagar a acessoria do hospital. Não há confusão sobre essa matéria.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Fonte pretende a palavra para mais esclarecimentos?

Deputado Fernando Fonte (PS): Quero, Sr. Presidente, porque não fiquei satisfeito com a explicação que o Sr. Secretário deu.

Presidente: Muito bem, Sr. Deputado não tem problema nenhum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para mais esclarecimentos.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional se neste momento tem na sua mão o despacho normativo nº 196/94 que se refere às questões que eu aqui levantei?

Se tiver, estamos a falar da mesma coisa. Senão, é escusado estar a dar-me respostas enviesadas, porque é óbvio que não estamos a falar da mesma coisa.

A questão que eu levantei prende-se com esse despacho normativo, em que as verbas transferidas para o Centro de Saúde de S. Roque do Pico e para o Centro de Saúde de

Vila do Porto não saíram do Hospital, mas sim de outro capítulo e houve um reforço de verba para a construção de "**Unidades de Saúde**" - "**transferências de capital, Novo Hospital de P. Delgada**". Portanto, não se trata do **velho hospital**.

Se falamos deste despacho normativo, estamos a falar na mesma coisa. Se me está a responder com outros papéis, não estamos a utilizar a mesma língua e é essa a questão que eu desejava ver esclarecida.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Enfim, aqui na Assembleia pode-se discutir tudo o que os Deputados quiserem.

Quanto ao despacho eu conheço-o muito bem, porque tenho aqui o ofício que enviei para o Sr. Secretário Regional das Finanças a fazer esta proposta. E por isso sei muito bem o que é que estou a dizer.

Deputado Carlos César (*PS*): Mostre lá o ofício!

O Orador: Está aqui, quer ver?

Nós estamos a falar da mesma coisa. Talvez o Sr. Deputado estava convencido de que tinha descoberto aqui uma gafe, mas não. Está tudo aqui justificado.

Já agora cito:

"Prevê-se que da obra do Hospital de P. Delgada seja possível teoricamente disponibilizar" - no entanto não penso esgotar esta verba - "800 mil contos".

Desses 800 mil contos, cerca de 450 mil contos serviriam para isto que já referi na minha intervenção, ou seja, reforçar e passar de 360 mil para 440 mil a verba do Centro de Saúde de Vila do Porto; de aumentar de 418 mil para 738 mil a verba do Centro de Saúde de S. Roque; e de reforçar de 120 mil (não estamos a falar em milhões, é 120 **mil contos**, logo não pode ser a mesma coisa!) para 220 mil contos, as verbas que estão no actual Hospital de P. Delgada para pagar a acessoria da obra do Hospital do Divino Espírito Santo.

É isso que está aqui!

Deputado Fernando Fonte (*PS*): Mas não foi isso que saiu!

O Orador: Eu tenho aqui o ofício e é esta a explicação que eu lhe estou a dar.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS).

O Orador: Aquilo que eu disse é perfeitamente e rigorosamente verdade!

Ou seja, houve a disponibilidade de 450 mil contos do Hospital do Divino Espírito Santo para reforçar os dois centros de saúde e para reforçar em 100 mil contos a acessoria. Pronto, está explicado.

Deputado Fernando Fonte (PS): O que o Sr. diz não se escreve!

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Tenho muita pena do Sr. ter ficado muito frustrado por se ter "espalhado ao comprido"!!

Mas não é com facilidade que me apanha!

(Risos da bancada do PSD).

Presidente: Srs. Deputados, estamos em cima da nossa hora regimental.

Vamos encerrar por hoje os nossos trabalhos.

Se os Srs. Deputados tivessem a paciência de aguardar apenas um momento, dar-vos-ia os tempos que ainda faltam ser utilizados.

Assim, o Governo dispõe de 2 horas, 32 minutos e 1 segundo; o PSD dispõe de 2 horas, 2 minutos e 58 segundos; o PS dispõe de 1 hora, 55 minutos e 59 segundos; o CDS/PP dispõe de 4 minutos e 15 segundos; o PCP dispõe de 20 minutos e 30 segundos e o Sr. Deputado Independente dispõe ainda dos seus 15 minutos.

Srs. Deputados, damos por encerrados os nossos trabalhos. Continuaremos na próxima Segunda-feira, com a mesma ordem de trabalhos, pelas 15,00 horas.

Boa noite, bom fim de semana e muito obrigado.

(Eram 20,00 horas)

*(Deputados que entraram durante a sessão: **PS** - Dionísio Sousa, Nélia Figueiredo, Rui Pedro Ávila)*

*(Deputados que faltaram à Sessão : **PSD** - Rui Luís; **PS** - Mário Machado).*

A Redactora de 2.ª Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco*